



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Processo: **001519-0200/18-7**

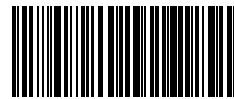
Gabinete: **Renato Luís B. Azeredo**

Data de abertura: **04 de janeiro de 2018**

Matéria: **Contas de Governo**

Órgão: **PM DE RONDA ALTA - 56100**

Interessado(s): **Miguel Angelo Gasparetto
Odemar Paulo Raimondi**



Neste RVE estão incluídos:

Sim Não

Modelos da LRF do Executivo

☐☒

Deverá ser consolidado para fins de LRF

☐☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 28/02/2018 - 1º Bimestre

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0

compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil

☒ Financeiro

☒ Patrimonial

☒ Pessoal

☒ Orçamentário

☒ Tributário

☒ Folha de Pagamento

☐ Outros

☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade			
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis



2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.615.000,00	759.506,75
Contribuições	1.089.000,00	119.215,12
Receita Patrimonial	2.853.000,00	324.493,75
Receita de Serviços	90.000,00	13.807,37
Transferências Correntes	29.436.000,00	4.884.546,26
Outras Receitas Correntes	211.000,00	71.528,29
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	6.173.097,54
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	2.390.000,00	143.578,25
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	143.578,25
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	150.000,00	0,00
Transferências de Capital	17.000,00	121.875,00
Outras Receitas de Capital	9.000,00	3.289,68
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	125.164,68
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-851.008,02
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	5.590.832,45

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	270.200,00
Créditos Especiais	2.989.663,88
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	349.700,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	37.510.163,88
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	5.080.447,79
Liquidado	4.129.488,06
Pago	3.808.321,04



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

SALDO A LIQUIDAR	950.959,73
SALDO A PAGAR	321.167,02

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.130.532,74
Liquidado	1.441.131,13
Pago	1.313.320,09
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	689.401,61
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	127.811,04

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Reduções/Suplementações Orçamentárias entre entidades	12.000,00
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	349.700,00
Superávit Financeiro	2.898.163,88
TOTAL	3.259.863,88

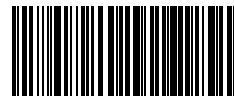
2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	30.206.543,29D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	17.514.644,85D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	1.268.912,00C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	21.501.240,57C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.296.669,14D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	237.353,93D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.002.275,43D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	997.693,37D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.053,38D
TRIBUTARIAS	0,00	48.639,78D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	45.101,15D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.310.624,53C
CONTRIBUICOES	0,00	262.793,37C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	89.530,50C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	347.913,59C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	5.006.421,26C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	300,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	156.171,91C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Bancos Conta Movimento	1.433.090,17D	2.639.125,69D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.433.090,17D	2.639.125,69D

RPPS

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	43.527,06D	0,00
Bancos Conta Aplicação	24.457.402,94D	24.939.534,39D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	24.500.930,00D	24.939.534,39D

OUTROS

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL

	25.934.020,17D	27.578.660,08D
--	-----------------------	-----------------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.958.426,06	4.505.331,20	4.213.797,09
2º Bimestre	5.678.087,45	5.472.500,78	5.057.675,79
3º Bimestre	4.164.441,34	4.635.009,28	4.526.872,21
4º Bimestre	4.695.767,80	4.496.371,87	4.430.294,81
5º Bimestre	4.347.819,80	4.687.927,13	4.512.387,60
6º Bimestre	4.758.821,05	5.682.361,44	6.615.689,12

CONTAS DE RECEITA

	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	34.833.470,00	33.574.740,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.030.000,00	2.172.659,42
RECEITAS DE CAPITAL	5.135.550,00	2.406.894,55
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.395.020,00	-3.965.475,03

TOTAL CONTAS DE RECEITA

	37.604.000,00	34.188.819,38
--	----------------------	----------------------

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	251.868,51	0,00	251.868,51
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	76.498,47	0,00	76.498,47
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		358.366,98	0,00	358.366,98

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

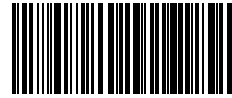
FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1112011101000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	5.213,45	0,00	5.213,45
1112011102000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	434,45	0,00	434,45
1112011103000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.303,36	0,00	1.303,36
1112011104000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	1.737,82	0,00	1.737,82
1113031101010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	37.656,51	0,00	37.656,51
1113031101020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	15.690,31	0,00	15.690,31
1113031101030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	9.414,15	0,00	9.414,15
1113031102010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.901,85	0,00	1.901,85
1113031102020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	792,44	0,00	792,44
1113031102030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	475,46	0,00	475,46
1113031103010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
1113031103020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
1113031103030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
1113034101010000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.615,01	0,00	2.615,01



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.089,63	0,00	1.089,63
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	653,78	0,00	653,78
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	217.255,06	0,00	217.255,06
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	90.525,24	0,00	90.525,24
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	54.311,80	0,00	54.311,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	89,48	0,00	89,48
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,30	0,00	37,30
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	22,35	0,00	22,35
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	13.042,27	0,00	13.042,27
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	5.434,97	0,00	5.434,97
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	3.259,95	0,00	3.259,95
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	3.473,72	0,00	3.473,72
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.448,09	0,00	1.448,09
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	867,78	0,00	867,78
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	40.900,96	0,00	40.900,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	17.042,09	0,00	17.042,09
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	10.225,21	0,00	10.225,21
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	84.548,49	0,00	84.548,49
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	35.229,00	0,00	35.229,00
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.136,82	0,00	21.136,82
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	379,72	0,00	379,72
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	158,29	0,00	158,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	94,71	0,00	94,71
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	799,96	0,00	799,96
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	333,33	0,00	333,33
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	199,98	0,00	199,98
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	168,17	0,00	168,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	70,09	0,00	70,09
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	42,02	0,00	42,02
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.182.350,06	0,00	1.182.350,06
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	98.529,18	0,00	98.529,18
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	295.587,52	0,00	295.587,52
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	394.116,70	0,00	394.116,70
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	5.334,81	0,00	5.334,81
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	444,57	0,00	444,57
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	1.333,70	0,00	1.333,70
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	1.778,27	0,00	1.778,27
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	834.142,81	0,00	834.142,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	69.511,91	0,00	69.511,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	208.535,73	0,00	208.535,73
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	278.047,60	0,00	278.047,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	213.436,71	0,00	213.436,71
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.786,42	0,00	17.786,42
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	53.359,21	0,00	53.359,21



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	71.145,59	0,00	71.145,59
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	15.725,75	0,00	15.725,75
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.310,48	0,00	1.310,48
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.931,44	0,00	3.931,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.241,92	0,00	5.241,92
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-56.725,91	0,00	-56.725,91
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-23.638,21	0,00	-23.638,21
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-14.178,52	0,00	-14.178,52
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-1,82	0,00	-1,82
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-0,76	0,00	-0,76
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-0,45	0,00	-0,45
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-4.160,53	0,00	-4.160,53
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
SUBTOTAL		4.334.801,35	0,00	4.334.801,35

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.083.700,34**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

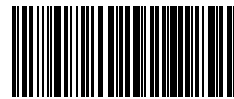
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	168.731,10	0,00	168.731,10
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	187.582,56	0,00	187.582,56
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-23.639,32	0,00	-23.639,32
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.737,82	0,00	1.737,82
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.330,08	0,00	750.330,08
TOTAL II		1.084.742,24	0,00	1.084.742,24

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	431.451,63	0,00	431.451,63
20	Educação Infantil	34.618,98	0,00	34.618,98
20	Educação Especial	26.823,48	0,00	26.823,48
31	Ensino Fundamental	443.237,22	0,00	443.237,22
SUBTOTAL I		936.131,31	0,00	936.131,31

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		267.795,46	0,00	267.795,46
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		498,52	0,00	498,52
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		27,76		1.203.428,25



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	5.213,45	0,00	5.213,45
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	434,45	0,00	434,45
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.303,36	0,00	1.303,36
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	1.737,82	0,00	1.737,82
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.182.350,06	0,00	1.182.350,06
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	98.529,18	0,00	98.529,18
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	295.587,52	0,00	295.587,52
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	394.116,70	0,00	394.116,70
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	5.334,81	0,00	5.334,81
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	444,57	0,00	444,57
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	1.333,70	0,00	1.333,70
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	1.778,27	0,00	1.778,27
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	834.142,81	0,00	834.142,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	69.511,91	0,00	69.511,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	208.535,73	0,00	208.535,73
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	278.047,60	0,00	278.047,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	213.436,71	0,00	213.436,71
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.786,42	0,00	17.786,42
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	53.359,21	0,00	53.359,21
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	71.145,59	0,00	71.145,59
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	15.725,75	0,00	15.725,75
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.310,48	0,00	1.310,48
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.931,44	0,00	3.931,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.241,92	0,00	5.241,92
SUBTOTAL		3.760.339,46	0,00	3.760.339,46

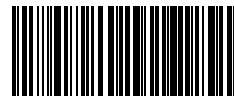
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada 752.067,89

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.737,82	0,00	1.737,82
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.330,08	0,00	750.330,08
TOTAL II		752.067,90	0,00	752.067,90

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	443.237,22	0,00	443.237,22



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		443.237,22	0,00	443.237,22

(+) Perda com o FUNDEB	267.795,46	0,00	267.795,46
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	483,29	0,00	483,29
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	18,90		710.549,39

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	483,29	0,00	483,29
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	484.272,44	0,00	484.272,44
Total		484.755,73	0,00	484.755,73

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 290.853,44

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	437.760,54	0,00	437.760,54
TOTAL		437.760,54	0,00	437.760,54

% de Aplicação 90,31

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 247,63

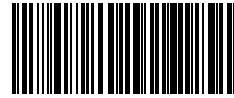
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	5.213,45	0,00	5.213,45
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	434,45	0,00	434,45
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.303,36	0,00	1.303,36
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	1.737,82	0,00	1.737,82



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

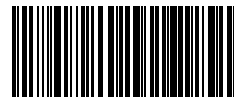
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	37.656,51	0,00	37.656,51
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	15.690,31	0,00	15.690,31
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	9.414,15	0,00	9.414,15
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.901,85	0,00	1.901,85
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	792,44	0,00	792,44
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	475,46	0,00	475,46
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	2.615,01	0,00	2.615,01
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.089,63	0,00	1.089,63
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	653,78	0,00	653,78
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	217.255,06	0,00	217.255,06
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	90.525,24	0,00	90.525,24
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	54.311,80	0,00	54.311,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	89,48	0,00	89,48
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,30	0,00	37,30
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	22,35	0,00	22,35
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	13.042,27	0,00	13.042,27
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	5.434,97	0,00	5.434,97
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	3.259,95	0,00	3.259,95
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	3.473,72	0,00	3.473,72
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.448,09	0,00	1.448,09
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	867,78	0,00	867,78
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	40.900,96	0,00	40.900,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	17.042,09	0,00	17.042,09
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	10.225,21	0,00	10.225,21
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	84.548,49	0,00	84.548,49
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	35.229,00	0,00	35.229,00
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.136,82	0,00	21.136,82
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	379,72	0,00	379,72
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	158,29	0,00	158,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	94,71	0,00	94,71
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	799,96	0,00	799,96
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	333,33	0,00	333,33
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	199,98	0,00	199,98
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	168,17	0,00	168,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	70,09	0,00	70,09
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	42,02	0,00	42,02
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.182.350,06	0,00	1.182.350,06



11801030591297318



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	98.529,18	0,00	98.529,18
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	295.587,52	0,00	295.587,52
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	394.116,70	0,00	394.116,70
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	5.334,81	0,00	5.334,81
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	444,57	0,00	444,57
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	1.333,70	0,00	1.333,70
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	1.778,27	0,00	1.778,27
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	834.142,81	0,00	834.142,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	69.511,91	0,00	69.511,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	208.535,73	0,00	208.535,73
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	278.047,60	0,00	278.047,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	213.436,71	0,00	213.436,71
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.786,42	0,00	17.786,42
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	53.359,21	0,00	53.359,21
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	71.145,59	0,00	71.145,59
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	15.725,75	0,00	15.725,75
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.310,48	0,00	1.310,48
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	3.931,44	0,00	3.931,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	5.241,92	0,00	5.241,92
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-56.725,91	0,00	-56.725,91
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-23.638,21	0,00	-23.638,21
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-14.178,52	0,00	-14.178,52
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-1,82	0,00	-1,82
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-0,76	0,00	-0,76
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-0,45	0,00	-0,45
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-4.160,53	0,00	-4.160,53
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
SUBTOTAL I		4.334.801,35	0,00	4.334.801,35

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **650.220,20**

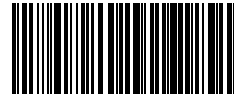
3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	102.274,89	0,00	102.274,89
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	562.747,60	0,00	562.747,60
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-14.179,17	0,00	-14.179,17
TOTAL II		650.843,32	0,00	650.843,32

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	793.278,38	0,00	793.278,38
SUBTOTAL I		793.278,38	0,00	793.278,38

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)



Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		160,83	0,00	160,83
SUBTOTAL III		160,83	0,00	160,83

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	18,30	793.117,55

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2018, modalidade PRI, não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	52 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2018, modalidade PRP, não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	21 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2018, modalidade PRP, não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	24 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2018, modalidade PRP, não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 99999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 88888888888888

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores



5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54
2º Bimestre	6.215.666,65	0,00
3º Bimestre	6.215.666,65	0,00
4º Bimestre	6.215.666,65	0,00
5º Bimestre	6.215.666,65	0,00
6º Bimestre	6.215.666,75	0,00
TOTAL	37.294.000,00	6.173.097,54

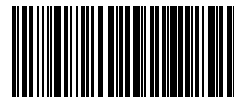
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	0,00
3º Bimestre	398.333,33	0,00
4º Bimestre	398.333,33	0,00
5º Bimestre	398.333,33	0,00
6º Bimestre	398.333,35	0,00
TOTAL	2.390.000,00	143.578,25

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	0,00
3º Bimestre	29.333,41	0,00
4º Bimestre	29.333,41	0,00
5º Bimestre	29.333,41	0,00
6º Bimestre	29.332,95	0,00
TOTAL	176.000,00	125.164,68

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	0,00
3º Bimestre	-726.666,66	0,00
4º Bimestre	-726.666,66	0,00
5º Bimestre	-726.666,66	0,00
6º Bimestre	-726.666,70	0,00
TOTAL	-4.360.000,00	-851.008,02

TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	5.590.832,45
-------------------------	----------------------	---------------------



5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

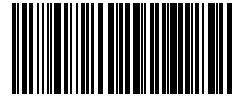
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.



11801030591297318

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



03/04/2018 - 17:08:29

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 28/02/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 03 de Abril de 2018

ANDRE BONOLDI

Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 30/04/2018 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0

compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis



2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	3.615.000,00	1.377.237,96
Contribuicoes	1.089.000,00	248.533,35
Receita Patrimonial	2.853.000,00	619.919,58
Receita de Servicos	90.000,00	28.274,28
Transferencias Correntes	29.436.000,00	9.558.326,75
Outras Receitas Correntes	211.000,00	105.503,14
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	11.937.795,06
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	2.390.000,00	462.155,92
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	462.155,92
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	150.000,00	0,00
Transferencias de Capital	17.000,00	121.875,00
Outras Receitas de Capital	9.000,00	6.309,65
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	128.184,65
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-1.567.101,43
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	10.961.034,20

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.142.200,00
Créditos Especiais	2.989.663,88
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	989.950,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	37.741.913,88
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	9.709.692,21
Liquidado	8.780.851,03
Pago	8.163.052,52



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

SALDO A LIQUIDAR	928.841,18
SALDO A PAGAR	617.798,51

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.130.532,74
Liquidado	1.741.840,18
Pago	1.566.042,93
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	388.692,56
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	175.797,25

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.898.163,88
Excesso de Arrecadação	243.750,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	989.950,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	989.950,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	31.277.077,10D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	17.903.702,57D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	1.447.409,55C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	21.474.254,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.306.802,17D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	477.254,58D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.290.763,98D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.936.790,45D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	18.298,77D
TRIBUTARIAS	0,00	98.383,03D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	62.752,35D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.549.706,54C
CONTRIBUICOES	0,00	710.689,27C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	90.565,00C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	678.483,86C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	9.680.201,75C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.270,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	333.178,26C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	257.787,98	0,00	257.787,98
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	76.498,47	0,00	76.498,47
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		364.286,45	0,00	364.286,45

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

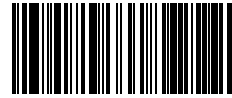
FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1112011101000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	7.098,32	0,00	7.098,32
1112011102000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	591,52	0,00	591,52
1112011103000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.774,57	0,00	1.774,57
1112011104000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.366,10	0,00	2.366,10
1113031101010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	76.466,70	0,00	76.466,70
1113031101020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	31.861,28	0,00	31.861,28
1113031101030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	19.116,65	0,00	19.116,65
1113031102010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	5.000,41	0,00	5.000,41
1113031102020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.083,51	0,00	2.083,51
1113031102030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.250,12	0,00	1.250,12
1113031103010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
1113031103020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
1113031103030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
1113034101010000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.279,60	0,00	5.279,60



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

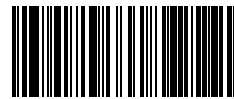
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.199,90	0,00	2.199,90
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.319,92	0,00	1.319,92
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	369.295,13	0,00	369.295,13
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	153.876,69	0,00	153.876,69
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	92.320,22	0,00	92.320,22
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	89,48	0,00	89,48
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,30	0,00	37,30
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	22,35	0,00	22,35
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	28.983,99	0,00	28.983,99
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	12.078,24	0,00	12.078,24
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	7.244,36	0,00	7.244,36
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	8.234,93	0,00	8.234,93
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.432,91	0,00	3.432,91
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.057,44	0,00	2.057,44
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	99.329,15	0,00	99.329,15
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	41.387,18	0,00	41.387,18
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	24.832,22	0,00	24.832,22
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	135.608,34	0,00	135.608,34
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	56.504,60	0,00	56.504,60
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	33.901,28	0,00	33.901,28
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	716,55	0,00	716,55
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	298,68	0,00	298,68
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	178,75	0,00	178,75
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.698,48	0,00	1.698,48
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	707,74	0,00	707,74
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	424,61	0,00	424,61
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	517,92	0,00	517,92
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	215,83	0,00	215,83
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	129,46	0,00	129,46
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.106.442,54	0,00	2.106.442,54
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	175.536,91	0,00	175.536,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	526.610,65	0,00	526.610,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	702.147,53	0,00	702.147,53
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	10.669,47	0,00	10.669,47
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	889,13	0,00	889,13
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	2.667,36	0,00	2.667,36
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	3.556,49	0,00	3.556,49
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.684.546,66	0,00	1.684.546,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	140.378,89	0,00	140.378,89
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	421.136,68	0,00	421.136,68
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	561.515,55	0,00	561.515,55
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	458.897,48	0,00	458.897,48
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.241,47	0,00	38.241,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.724,40	0,00	114.724,40



21801032636673664



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.965,93	0,00	152.965,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	28.496,45	0,00	28.496,45
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.374,71	0,00	2.374,71
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.124,13	0,00	7.124,13
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.498,83	0,00	9.498,83
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.283,87	0,00	-77.283,87
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.205,39	0,00	-32.205,39
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.316,40	0,00	-19.316,40
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-21,17	0,00	-21,17
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-8,82	0,00	-8,82
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-5,28	0,00	-5,28
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-960,00	0,00	-960,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-400,00	0,00	-400,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-240,00	0,00	-240,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-4.160,53	0,00	-4.160,53
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-2,01	0,00	-2,01
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-0,84	0,00	-0,84
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-0,51	0,00	-0,51
SUBTOTAL		8.246.130,97	0,00	8.246.130,97

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.061.532,74**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

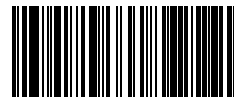
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	305.721,25	0,00	305.721,25
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	357.421,11	0,00	357.421,11
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-32.615,40	0,00	-32.615,40
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.366,10	0,00	2.366,10
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.429.684,33	0,00	1.429.684,33
TOTAL II		2.062.577,39	0,00	2.062.577,39

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	818.440,35	0,00	818.440,35
20	Educação Infantil	131.166,89	0,00	131.166,89
20	Educação Especial	47.288,68	0,00	47.288,68
31	Ensino Fundamental	903.933,20	0,00	903.933,20
SUBTOTAL I		1.900.829,12	0,00	1.900.829,12

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



21801032636673664



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

(+) Perda com o FUNDEB	513.217,19	0,00	513.217,19
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	994,93	0,00	994,93

% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) 29,26 2.413.051,38

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	7.098,32	0,00	7.098,32
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	591,52	0,00	591,52
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.774,57	0,00	1.774,57
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.366,10	0,00	2.366,10
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.106.442,54	0,00	2.106.442,54
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	175.536,91	0,00	175.536,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	526.610,65	0,00	526.610,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	702.147,53	0,00	702.147,53
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	10.669,47	0,00	10.669,47
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	889,13	0,00	889,13
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	2.667,36	0,00	2.667,36
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	3.556,49	0,00	3.556,49
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.684.546,66	0,00	1.684.546,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	140.378,89	0,00	140.378,89
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	421.136,68	0,00	421.136,68
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	561.515,55	0,00	561.515,55
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	458.897,48	0,00	458.897,48
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.241,47	0,00	38.241,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.724,40	0,00	114.724,40
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.965,93	0,00	152.965,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	28.496,45	0,00	28.496,45
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.374,71	0,00	2.374,71
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.124,13	0,00	7.124,13
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.498,83	0,00	9.498,83
SUBTOTAL		7.160.251,77	0,00	7.160.251,77

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada 1.432.050,35

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.366,10	0,00	2.366,10



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.429.684,33	0,00	1.429.684,33
TOTAL II		1.432.050,43	0,00	1.432.050,43

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	903.933,20	0,00	903.933,20
SUBTOTAL I		903.933,20	0,00	903.933,20
(+) Perda com o FUNDEB		513.217,19	0,00	513.217,19
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		949,57	0,00	949,57
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		19,78		1.416.200,82

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	949,57	0,00	949,57
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	918.833,24	0,00	918.833,24
Total		919.782,81	0,00	919.782,81

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 551.869,69

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	884.070,95	0,00	884.070,95
TOTAL		884.070,95	0,00	884.070,95
% de Aplicação				96,12

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69

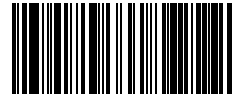
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 247,63

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Abril)

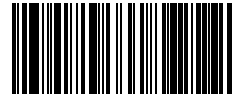
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	7.098,32	0,00	7.098,32
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	591,52	0,00	591,52
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.774,57	0,00	1.774,57
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.366,10	0,00	2.366,10
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	76.466,70	0,00	76.466,70
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	31.861,28	0,00	31.861,28
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	19.116,65	0,00	19.116,65
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	5.000,41	0,00	5.000,41
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.083,51	0,00	2.083,51
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.250,12	0,00	1.250,12
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	5.279,60	0,00	5.279,60
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.199,90	0,00	2.199,90
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.319,92	0,00	1.319,92
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	369.295,13	0,00	369.295,13
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	153.876,69	0,00	153.876,69
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	92.320,22	0,00	92.320,22
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	89,48	0,00	89,48
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,30	0,00	37,30
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	22,35	0,00	22,35
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	28.983,99	0,00	28.983,99
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	12.078,24	0,00	12.078,24
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	7.244,36	0,00	7.244,36
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	8.234,93	0,00	8.234,93
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.432,91	0,00	3.432,91
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.057,44	0,00	2.057,44
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	99.329,15	0,00	99.329,15
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	41.387,18	0,00	41.387,18
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	24.832,22	0,00	24.832,22
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	135.608,34	0,00	135.608,34
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	56.504,60	0,00	56.504,60
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	33.901,28	0,00	33.901,28
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	716,55	0,00	716,55
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	298,68	0,00	298,68
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	178,75	0,00	178,75
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.698,48	0,00	1.698,48



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	707,74	0,00	707,74
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	424,61	0,00	424,61
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	517,92	0,00	517,92
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	215,83	0,00	215,83
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	129,46	0,00	129,46
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.106.442,54	0,00	2.106.442,54
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	175.536,91	0,00	175.536,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	526.610,65	0,00	526.610,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	702.147,53	0,00	702.147,53
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	10.669,47	0,00	10.669,47
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	889,13	0,00	889,13
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	2.667,36	0,00	2.667,36
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	3.556,49	0,00	3.556,49
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.684.546,66	0,00	1.684.546,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	140.378,89	0,00	140.378,89
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	421.136,68	0,00	421.136,68
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	561.515,55	0,00	561.515,55
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	458.897,48	0,00	458.897,48
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.241,47	0,00	38.241,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.724,40	0,00	114.724,40
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.965,93	0,00	152.965,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	28.496,45	0,00	28.496,45
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	2.374,71	0,00	2.374,71
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	7.124,13	0,00	7.124,13
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	9.498,83	0,00	9.498,83
91118011101000000000	Deducacao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.283,87	0,00	-77.283,87
91118011102000000000	Deducacao - IPTU - Principal - MDE	-32.205,39	0,00	-32.205,39
91118011103000000000	Deducacao - IPTU - Principal - ASPS	-19.316,40	0,00	-19.316,40
91118011401000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-21,17	0,00	-21,17
91118011402000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-8,82	0,00	-8,82
91118011403000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-5,28	0,00	-5,28
91118014101000000000	Deducacao - ITBI - Principal - PROPRIO	-960,00	0,00	-960,00
91118014102000000000	Deducacao - ITBI - Principal - MDE	-400,00	0,00	-400,00
91118014103000000000	Deducacao - ITBI - Principal - ASPS	-240,00	0,00	-240,00
91118023101000000000	Deducacao - ISS - Principal - PROPRIO	-4.160,53	0,00	-4.160,53
91118023201000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-2,01	0,00	-2,01
91118023402000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-0,84	0,00	-0,84
91118023403000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-0,51	0,00	-0,51
SUBTOTAL I		8.246.130,97	0,00	8.246.130,97
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.236.919,65

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	184.839,47	0,00	184.839,47
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.072.263,22	0,00	1.072.263,22
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-19.562,39	0,00	-19.562,39
TOTAL II		1.237.540,30	0,00	1.237.540,30

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.338.756,15	0,00	1.338.756,15
SUBTOTAL I		1.338.756,15	0,00	1.338.756,15

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	649,43	0,00	649,43
SUBTOTAL III	649,43	0,00	649,43

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	16,23	1.338.106,72

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2018, modalidade CHP (Chamamento público), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2018, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	65 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	36 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	96 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	4 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 262, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 267, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2018, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	EMP_69	0	0		Não existe nenhum empenho, no mês 1/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)
EMPENHO.TXT	EMP_69	0	0		Não existe nenhum empenho, no mês 2/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)
EMPENHO.TXT	EMP_69	0	0		Não existe nenhum empenho, no mês 3/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)
EMPENHO.TXT	EMP_69	0	0		Não existe nenhum empenho, no mês 4/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 999999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 88888888888888
BVMOVANT.TXT	BVM_18	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Débito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVDEV arquivo BVER_ANT.TXT
BVMOVANT.TXT	BVM_19	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Crédito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVCRE arquivo BVER_ANT.TXT

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

Descrição: EMP_69 - Não existe nenhum empenho, no mês 1/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: EMP_69 - Não existe nenhum empenho, no mês 2/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: EMP_69 - Não existe nenhum empenho, no mês 3/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: EMP_69 - Não existe nenhum empenho, no mês 4/2018, com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br
2º Bimestre	Mural	16/05/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/05/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	16/05/2018	www.famurs.com.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2018	25/05/2018	Câmara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real



Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54
2º Bimestre	6.215.666,65	5.764.697,52
3º Bimestre	6.215.666,65	0,00
4º Bimestre	6.215.666,65	0,00
5º Bimestre	6.215.666,65	0,00
6º Bimestre	6.215.666,75	0,00
TOTAL	37.294.000,00	11.937.795,06

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	318.577,67
3º Bimestre	398.333,33	0,00
4º Bimestre	398.333,33	0,00
5º Bimestre	398.333,33	0,00
6º Bimestre	398.333,35	0,00
TOTAL	2.390.000,00	462.155,92

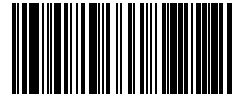
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	3.019,97
3º Bimestre	29.333,41	0,00
4º Bimestre	29.333,41	0,00
5º Bimestre	29.333,41	0,00
6º Bimestre	29.332,95	0,00
TOTAL	176.000,00	128.184,65

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	-716.093,41
3º Bimestre	-726.666,66	0,00
4º Bimestre	-726.666,66	0,00
5º Bimestre	-726.666,66	0,00
6º Bimestre	-726.666,70	0,00
TOTAL	-4.360.000,00	-1.567.101,43

TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	10.961.034,20
-------------------------	----------------------	----------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001



5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 49350218020

Nome: Odemar Paulo Raimondi

Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 06/03/2018

Término: 08/03/2018

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.



21801032636673664

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/05/2018 - 08:40:17

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/04/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 23 de Maio de 2018

ANDRE BONOLDI
Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Página

32

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça

16

Peça
1260955

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N009A93C



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.0

17/07/2018

08:52:14

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE RONDA ALTA

CNPJ: 87711503000153

ORGÃO Nº: 56100

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31802013730393254 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Mateus Paulo Cence Lazaretti

Telefone: (54)33645909

e-mail: lazaretti.mateus@yahoo.com.br

Lei de Instituição do Controle Interno: 1710

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 31/10/2013

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
208026096	Marcelo Bandeira Chaves	Coordenador Do Sistema De Controle Interno	marcelo.mbc@bol.com.br	(54) 0313-5225

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Auditório Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Auditório Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1903, publicada em 27/09/2017:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes,



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.0

17/07/2018

08:52:14

Pág.: 2/6

relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2018 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2018, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;
- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;
- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.0

17/07/2018

08:52:14

Pág.: 3/6

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2018, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2018 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou, no 1º Semestre de 2018, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1029.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 30/04/2018 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, não enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2018

08:52:14

3.0.1.0

Pág.: 4/6

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2018 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2018, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2018.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2018.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421



3.0.1.0

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

17/07/2018

08:52:14

Pág.: 5/6

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 01/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 1º Semestre
PM DE RONDA ALTA



41804012154710421



3.0.1.0

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

17/07/2018
08:52:14
Pág.: 6/6

PM DE RONDA ALTA, 17/07/2018

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Marcelo Bandeira Chaves
Responsável pelo Controle Interno

Página
38

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça
6

Peça
1369884

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N007FFBB



Neste RVE estão incluídos:

Sim Não

Modelos da LRF do Executivo



Deverá ser consolidado para fins de LRF



1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 30/06/2018 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0 compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil

☒ Financeiro

☒ Patrimonial

☒ Pessoal

☒ Orçamentário

☒ Tributário

☒ Folha de Pagamento

☐ Outros

☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade			
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.615.000,00	1.810.150,40
Contribuições	1.089.000,00	384.160,40
Receita Patrimonial	2.853.000,00	811.705,56
Receita de Serviços	90.000,00	41.831,87
Transferências Correntes	29.436.000,00	14.614.801,26
Outras Receitas Correntes	211.000,00	138.465,44
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	17.801.114,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	2.390.000,00	790.699,90
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	790.699,90
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	150.000,00	97.550,00
Transferências de Capital	17.000,00	291.875,00
Outras Receitas de Capital	9.000,00	8.672,53
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	398.097,53
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-2.276.344,56
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	16.713.567,80

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.920.700,00
Créditos Especiais	3.440.763,88
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.789.700,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	38.171.763,88
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	14.611.077,08
Liquidado	13.656.550,87
Pago	12.880.096,61



SALDO A LIQUIDAR	954.526,21
SALDO A PAGAR	776.454,26

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.130.532,74
Liquidado	1.761.840,18
Pago	1.606.507,11
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	368.692,56
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	155.333,07

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.178.013,88
Excesso de Arrecadação	393.750,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.789.700,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.789.700,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	32.371.351,63D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	17.886.661,73D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	1.481.936,51C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	21.447.528,04C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.433.442,25D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	793.191,07D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.520.907,47D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	38.835,21D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	3.088.773,34D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	90.463,17D
TRIBUTARIAS	0,00	151.777,17D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	93.374,19D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.859.049,89C
CONTRIBUICOES	0,00	1.174.860,30C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	92.665,22C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	919.007,45C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	14.695.082,11C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	105.805,18C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	286.775,94C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Bancos Conta Movimento	1.433.090,17D	3.217.569,64D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.433.090,17D	3.217.569,64D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	43.527,06D	0,00
Bancos Conta Aplicação	24.457.402,94D	25.818.370,85D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	24.500.930,00D	25.818.370,85D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	25.934.020,17D	29.035.940,49D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.958.426,06	4.505.331,20	4.213.797,09
2º Bimestre	5.678.087,45	5.472.500,78	5.057.675,79
3º Bimestre	4.164.441,34	4.635.009,28	4.526.872,21
4º Bimestre	4.695.767,80	4.496.371,87	4.430.294,81
5º Bimestre	4.347.819,80	4.687.927,13	4.512.387,60
6º Bimestre	4.758.821,05	5.682.361,44	6.615.689,12
CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado	
RECEITAS CORRENTES	34.833.470,00	33.574.740,44	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.030.000,00	2.172.659,42	
RECEITAS DE CAPITAL	5.135.550,00	2.406.894,55	
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado	
DEDUCOES	-4.395.020,00	-3.965.475,03	
TOTAL CONTAS DE RECEITA	37.604.000,00	34.188.819,38	

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	267.286,18	0,00	267.286,18
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		297.286,18	0,00	297.286,18

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

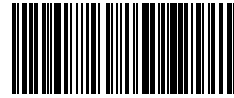
FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1112011101000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	7.880,43	0,00	7.880,43
1112011102000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	656,70	0,00	656,70
1112011103000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.970,11	0,00	1.970,11
1112011104000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.626,82	0,00	2.626,82
1113031101010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	121.084,65	0,00	121.084,65
1113031101020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	50.452,18	0,00	50.452,18
1113031101030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	30.271,08	0,00	30.271,08
1113031102010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	8.521,63	0,00	8.521,63
1113031102020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	3.550,69	0,00	3.550,69
1113031102030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	2.130,43	0,00	2.130,43
1113031103010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
1113031103020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
1113031103030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
1113034101010000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	7.665,66	0,00	7.665,66
1113034101020000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.194,12	0,00	3.194,12



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

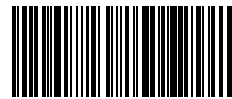
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.916,43	0,00	1.916,43
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	388.378,71	0,00	388.378,71
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	161.828,52	0,00	161.828,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	97.090,71	0,00	97.090,71
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	269,68	0,00	269,68
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	112,43	0,00	112,43
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	67,31	0,00	67,31
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	41.334,49	0,00	41.334,49
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	17.224,90	0,00	17.224,90
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	10.331,44	0,00	10.331,44
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	13.295,40	0,00	13.295,40
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.542,04	0,00	5.542,04
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.322,03	0,00	3.322,03
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	169.115,79	0,00	169.115,79
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	70.464,97	0,00	70.464,97
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	42.278,86	0,00	42.278,86
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	202.629,79	0,00	202.629,79
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	84.430,76	0,00	84.430,76
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	50.656,01	0,00	50.656,01
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.092,49	0,00	1.092,49
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	455,36	0,00	455,36
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	272,60	0,00	272,60
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.939,46	0,00	1.939,46
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	808,18	0,00	808,18
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	484,84	0,00	484,84
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	719,73	0,00	719,73
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	299,94	0,00	299,94
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	179,91	0,00	179,91
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.230.474,63	0,00	3.230.474,63
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	269.206,25	0,00	269.206,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	807.618,67	0,00	807.618,67
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.076.824,88	0,00	1.076.824,88
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	16.004,13	0,00	16.004,13
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.333,69	0,00	1.333,69
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	4.001,02	0,00	4.001,02
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	5.334,71	0,00	5.334,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.540.745,59	0,00	2.540.745,59
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	211.728,81	0,00	211.728,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	635.186,42	0,00	635.186,42
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	846.915,20	0,00	846.915,20
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	539.569,83	0,00	539.569,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	44.964,18	0,00	44.964,18
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	134.892,51	0,00	134.892,51
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	179.856,75	0,00	179.856,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	42.652,24	0,00	42.652,24



31801013730393254



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.554,35	0,00	3.554,35
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.663,07	0,00	10.663,07
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	14.217,43	0,00	14.217,43
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.668,19	0,00	-77.668,19
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.365,64	0,00	-32.365,64
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.412,41	0,00	-19.412,41
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-408,67	0,00	-408,67
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-170,30	0,00	-170,30
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-102,13	0,00	-102,13
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-7.676,70	0,00	-7.676,70
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.465,07	0,00	-1.465,07
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-879,04	0,00	-879,04
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4,02	0,00	-4,02
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1,68	0,00	-1,68
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1,02	0,00	-1,02
SUBTOTAL		12.074.791,14	0,00	12.074.791,14

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.018.697,79**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

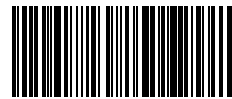
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	399.466,66	0,00	399.466,66
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	530.787,28	0,00	530.787,28
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-36.284,97	0,00	-36.284,97
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.626,82	0,00	2.626,82
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.123.148,97	0,00	2.123.148,97
TOTAL II		3.019.744,76	0,00	3.019.744,76

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.176.203,38	0,00	1.176.203,38
20	Educação Infantil	230.270,88	0,00	230.270,88
20	Educação Especial	64.413,28	0,00	64.413,28
31	Ensino Fundamental	1.357.355,23	0,00	1.357.355,23
SUBTOTAL I		2.828.242,77	0,00	2.828.242,77

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



31801013730393254



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

(+) Perda com o FUNDEB	772.341,19	0,00	772.341,19
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	1.456,16	0,00	1.456,16

% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) 29,81 3.599.127,80

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	7.880,43	0,00	7.880,43
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	656,70	0,00	656,70
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.970,11	0,00	1.970,11
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.626,82	0,00	2.626,82
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.230.474,63	0,00	3.230.474,63
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	269.206,25	0,00	269.206,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	807.618,67	0,00	807.618,67
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.076.824,88	0,00	1.076.824,88
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	16.004,13	0,00	16.004,13
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.333,69	0,00	1.333,69
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	4.001,02	0,00	4.001,02
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	5.334,71	0,00	5.334,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.540.745,59	0,00	2.540.745,59
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	211.728,81	0,00	211.728,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	635.186,42	0,00	635.186,42
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	846.915,20	0,00	846.915,20
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	539.569,83	0,00	539.569,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	44.964,18	0,00	44.964,18
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	134.892,51	0,00	134.892,51
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	179.856,75	0,00	179.856,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	42.652,24	0,00	42.652,24
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.554,35	0,00	3.554,35
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.663,07	0,00	10.663,07
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	14.217,43	0,00	14.217,43
SUBTOTAL		10.628.878,42	0,00	10.628.878,42

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada 2.125.775,68

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.626,82	0,00	2.626,82



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.123.148,97	0,00	2.123.148,97
TOTAL II		2.125.775,79	0,00	2.125.775,79

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.357.355,23	0,00	1.357.355,23
SUBTOTAL I		1.357.355,23	0,00	1.357.355,23
(+) Perda com o FUNDEB		772.341,19	0,00	772.341,19
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		1.382,30	0,00	1.382,30
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		20,02		2.128.314,12

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	1.382,30	0,00	1.382,30
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	1.353.434,60	0,00	1.353.434,60
Total		1.354.816,90	0,00	1.354.816,90

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 812.890,14

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.317.027,80	0,00	1.317.027,80
TOTAL		1.317.027,80	0,00	1.317.027,80
% de Aplicação				97,21

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69

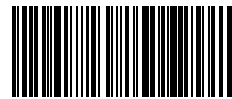
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 247,63

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

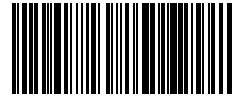
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	7.880,43	0,00	7.880,43
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	656,70	0,00	656,70
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	1.970,11	0,00	1.970,11
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.626,82	0,00	2.626,82
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	121.084,65	0,00	121.084,65
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	50.452,18	0,00	50.452,18
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	30.271,08	0,00	30.271,08
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	8.521,63	0,00	8.521,63
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	3.550,69	0,00	3.550,69
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	2.130,43	0,00	2.130,43
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	7.665,66	0,00	7.665,66
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.194,12	0,00	3.194,12
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.916,43	0,00	1.916,43
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	388.378,71	0,00	388.378,71
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	161.828,52	0,00	161.828,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	97.090,71	0,00	97.090,71
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	269,68	0,00	269,68
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	112,43	0,00	112,43
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	67,31	0,00	67,31
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	41.334,49	0,00	41.334,49
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	17.224,90	0,00	17.224,90
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	10.331,44	0,00	10.331,44
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	13.295,40	0,00	13.295,40
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.542,04	0,00	5.542,04
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.322,03	0,00	3.322,03
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	169.115,79	0,00	169.115,79
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	70.464,97	0,00	70.464,97
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	42.278,86	0,00	42.278,86
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	202.629,79	0,00	202.629,79
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	84.430,76	0,00	84.430,76
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	50.656,01	0,00	50.656,01
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.092,49	0,00	1.092,49
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	455,36	0,00	455,36
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	272,60	0,00	272,60
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PROPRIO	1.939,46	0,00	1.939,46



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

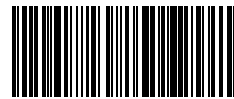
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	808,18	0,00	808,18
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	484,84	0,00	484,84
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	719,73	0,00	719,73
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	299,94	0,00	299,94
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	179,91	0,00	179,91
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.230.474,63	0,00	3.230.474,63
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	269.206,25	0,00	269.206,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	807.618,67	0,00	807.618,67
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.076.824,88	0,00	1.076.824,88
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	16.004,13	0,00	16.004,13
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.333,69	0,00	1.333,69
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	4.001,02	0,00	4.001,02
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	5.334,71	0,00	5.334,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.540.745,59	0,00	2.540.745,59
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	211.728,81	0,00	211.728,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	635.186,42	0,00	635.186,42
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	846.915,20	0,00	846.915,20
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	539.569,83	0,00	539.569,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	44.964,18	0,00	44.964,18
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	134.892,51	0,00	134.892,51
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	179.856,75	0,00	179.856,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	42.652,24	0,00	42.652,24
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	3.554,35	0,00	3.554,35
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	10.663,07	0,00	10.663,07
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	14.217,43	0,00	14.217,43
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.668,19	0,00	-77.668,19
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.365,64	0,00	-32.365,64
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.412,41	0,00	-19.412,41
91118011104000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-408,67	0,00	-408,67
9111801110402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-170,30	0,00	-170,30
9111801110403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-102,13	0,00	-102,13
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-7.676,70	0,00	-7.676,70
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.465,07	0,00	-1.465,07
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-879,04	0,00	-879,04
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4,02	0,00	-4,02
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1,68	0,00	-1,68
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1,02	0,00	-1,02
SUBTOTAL I		12.074.791,14	0,00	12.074.791,14
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.811.218,67



3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	241.239,28	0,00	241.239,28
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.592.361,69	0,00	1.592.361,69
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.763,96	0,00	-21.763,96
TOTAL II		1.811.837,01	0,00	1.811.837,01

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.988.441,20	0,00	1.988.441,20
SUBTOTAL I		1.988.441,20	0,00	1.988.441,20

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.259,45	0,00	1.259,45
SUBTOTAL III	1.259,45	0,00	1.259,45

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	16,46	1.987.181,75

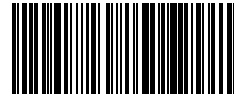
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	8 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 262, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 267, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 61,049%
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 999999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 88888888888888



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 100,00%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 41,023%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, SERÁ REALIZADO A PARTIR DESTE MÊS

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

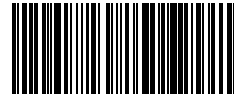
Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO



Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br
2º Bimestre	Mural	16/05/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/05/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	16/05/2018	www.famurs.com.br
3º Bimestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2018	25/05/2018	Câmara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

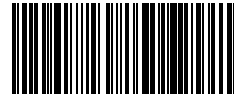
5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/07/2017 a 31/12/2017



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	16.822.069,48	0,00	16.822.069,48
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.846.874,50	0,00	-1.846.874,50
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	150.371,83	0,00	150.371,83
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	62.655,21	0,00	62.655,21
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	37.593,03	0,00	37.593,03
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	2.755,00	0,00	2.755,00
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.147,91	0,00	1.147,91
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	688,77	0,00	688,77
12102907000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	433.353,45	0,00	433.353,45
13281001000000000000	CEF C/RPPS APLIC PRAZO FIXO	346.282,86	0,00	346.282,86
13281002000000000000	BB C/RPPS APLIC RENDA FIXA	161.084,26	0,00	161.084,26
13281003000000000000	BRGS C/RPPS APLIC.PRAZO FIXO	545.946,38	0,00	545.946,38
91112043101010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	-521,45	0,00	-521,45
91112043101020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	-217,27	0,00	-217,27
91112043101030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	-130,36	0,00	-130,36
Subtotal		13.234.185,36	0,00	13.234.185,36
	(+) Perda com o FUNDEB	653.235,41	0,00	653.235,41
TOTAL		13.887.420,77	0,00	13.887.420,77

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	17.801.114,93	0,00	17.801.114,93
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-2.276.344,56	0,00	-2.276.344,56
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	121.084,65	0,00	121.084,65
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	50.452,18	0,00	50.452,18
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	30.271,08	0,00	30.271,08
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	8.521,63	0,00	8.521,63
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	3.550,69	0,00	3.550,69
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	2.130,43	0,00	2.130,43
12100421000000000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	362.804,10	0,00	362.804,10
13210041000100000000	REMUN BANRISUL C/RPPS	435.116,05	0,00	435.116,05
13210041000200000000	REMUN C.E..F C/RPPS	215.036,21	0,00	215.036,21
13210041000300000000	REMUN B.BRASIL C/RPPS	118.822,16	0,00	118.822,16



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19900311000000000000	Compensacoes Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Proprios de Previdencia dos Servidores - Principal	72.534,28	0,00	72.534,28
Subtotal		14.104.446,91	0,00	14.104.446,91
	(+) Perda com o FUNDEB	772.341,19	0,00	772.341,19
TOTAL		14.876.788,10	0,00	14.876.788,10
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		28.764.208,87	0,00	28.764.208,87

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/07/2017 a 31/12/2017

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.345.759,22	0,00	8.345.759,22
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	444.180,31	0,00	444.180,31
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	170.786,18	0,00	170.786,18
319005000101	AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	37.047,20	0,00	37.047,20
319005000102	AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL ATIVO	1.368,17	0,00	1.368,17
319005000103	SALARIO MATERNIDADE - PESSOAL ATIVO	57.841,67	0,00	57.841,67
319005000105	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	420,25	0,00	420,25
319113990100	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	432.909,07	0,00	432.909,07
SELEÇÃO MANUAL				
319091060000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	68.041,41	0,00	68.041,41
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		7.133.164,96	0,00	7.133.164,96

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	150.371,83	0,00	150.371,83
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	62.655,21	0,00	62.655,21
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	37.593,03	0,00	37.593,03
91112043101010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	-521,45	0,00	-521,45
91112043101020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	-217,27	0,00	-217,27
91112043101030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	-130,36	0,00	-130,36
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		249.750,99	0,00	249.750,99



CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior	6.883.413,97	0,00	6.883.413,97
--	--------------	------	--------------

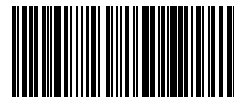
5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.967.946,37	0,00	6.967.946,37
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	432.190,65	0,00	432.190,65
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	158.164,72	0,00	158.164,72
319005000101	AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	20.905,18	0,00	20.905,18
319005000102	AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL ATIVO	8.896,54	0,00	8.896,54
319005000103	SALARIO MATERNIDADE - PESSOAL ATIVO	33.434,02	0,00	33.434,02
319005000105	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	319,04	0,00	319,04
319113990100	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	379.295,06	0,00	379.295,06
SELEÇÃO MANUAL				
319091060000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	41.667,31	0,00	41.667,31
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		5.893.073,85	0,00	5.893.073,85

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	121.084,65	0,00	121.084,65
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	50.452,18	0,00	50.452,18
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	30.271,08	0,00	30.271,08



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas- ASPS			
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		201.807,91	0,00	201.807,91

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	5.691.265,94	0,00	5.691.265,94
Total da Despesa com Pessoal	12.574.679,91	0,00	12.574.679,91

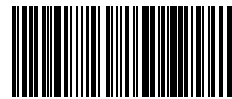
5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212310198010000	BRGS Emprestimo Folha de Pgto 13o Salario 2017	329.822,50	0,00	329.822,50
213110102000000	FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR	112.566,66	0,00	112.566,66
222310101000000	FINANCIAMENTOS DO ATIVO PERMANENTE	946.435,60	0,00	946.435,60
TOTAL		1.388.824,76	0,00	1.388.824,76

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010100	BCO BRASIL C/MOVIMENTO	4.907,88	0,00	4.907,88
111111902010200	BCO BRASIL C/FPM	71.768,75	0,00	71.768,75



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

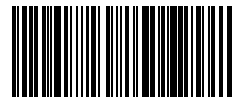
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902010300	BCO BRASIL C/ITR	1.040,16	0,00	1.040,16
111111902010400	BCO BRASIL C/FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	172,10	0,00	172,10
111111902010500	BCO BRASIL C/RECURSOS HIDRICOS	1.191,17	0,00	1.191,17
111111902010600	BCO BRASIL C/FEX - AUXILIO ESFORCO EXPORTADOR	69,06	0,00	69,06
111111902010700	BCO BRASIL C/SIMPLES NACIONAL	515,52	0,00	515,52
111111902010800	BCO BRASIL C/ICMS DESONERACAO	2.956,77	0,00	2.956,77
111111902020100	BCO BRASIL C/CIDE	7.627,31	0,00	7.627,31
111111902030100	BCO BRASIL C/PNDE	3.615,03	0,00	3.615,03
111111902030200	BCO BRASIL C/MDE	2.472,14	0,00	2.472,14
111111902030300	BCO BRASIL C/SALARIO EDUCACAO	10.876,62	0,00	10.876,62
111111902030401	BCO BRASIL C/PNATE	14.525,86	0,00	14.525,86
111111902030500	BCO BRASIL C/FUNDEB	27.751,78	0,00	27.751,78
111111902030601	BCO BRASIL C/PNAE	21.764,33	0,00	21.764,33
111111902030700	BCO BRASIL C/APOIO A CRECHES	1.077,15	0,00	1.077,15
111111902030800	BCO BRASIL C/COBERT QUDRA L.SUBIDA GRANDE	20.623,06	0,00	20.623,06
111111902030900	BCO BRASIL C/AQUIS ONIBUS PRONACAMPO	15.941,37	0,00	15.941,37
111111902031000	BCO BRASIL C/BRASIL CARINHOSO	2.059,71	0,00	2.059,71
111111902031100	BCO DO BRASIL C/BRINQUEDOS PAR	13.604,93	0,00	13.604,93
111111902031200	BCO BRASIL C/FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	63.562,63	0,00	63.562,63
111111902040100	BCO BRASIL C/SAUDE PROPRIOS	56.116,49	0,00	56.116,49
111111902040200	BCO BRASIL C/QUALIF E GESTAO DO SUS	3.429,06	0,00	3.429,06
111111902040400	BCO BRASIL C/FARMACIA BASICA	7.380,15	0,00	7.380,15
111111902040501	BCO BRASIL C/PAB FIXO	101.731,19	0,00	101.731,19
111111902040502	BCO BRASIL C/PSF - SAUDE DA FAMILIA	6.354,55	0,00	6.354,55
111111902040504	BCO BRASIL C/PACS - AGENTES DE SAUDE	141,21	0,00	141,21
111111902040506	BCO BRASIL C/SAUDE BUCAL	2.137,51	0,00	2.137,51
111111902040508	BCO BRASIL C/ESPECIFICIDADES REGIONAIS	736,91	0,00	736,91
111111902040509	BCO BRASIL C/PMAQ	150.835,59	0,00	150.835,59
111111902040510	INCREMENTO PAB FIXO	300.000,00	0,00	300.000,00
111111902040511	BCO BRASIL C/NASF	48.000,00	0,00	48.000,00
111111902040601	BCO BRASIL C/VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	28.914,47	0,00	28.914,47
111111902040602	BCO BRASIL C/VIGILANCIA SANITARIA	0,05	0,00	0,05
111111902040603	BCO BRASIL C/APERFEICOAMENTO SUS	1.764,32	0,00	1.764,32
111111902040701	BCO BRASIL C/SAMU	22.684,01	0,00	22.684,01
111111902040702	BCO BRASIL C/EXAMES LABORATORIAIS	21.601,27	0,00	21.601,27
111111902040800	BCO BRASIL C/ACADEMIA RUA DUQUE DE CAXIAS	1.504,00	0,00	1.504,00
111111902040900	BCO BRASIL C/ACADEMIA BAIRRO ESPERANCA	7.250,24	0,00	7.250,24
111111902041000	BCO BRASIL C/ACADEMIA BAIRRO IPIRANGA	384,03	0,00	384,03
111111902041100	BCO BRASIL C/EQUIPAMENTOS ACADEMIAS	8.267,40	0,00	8.267,40
111111902041200	BCO BRASIL C/AMPLIACAO DE UBS	27,83	0,00	27,83
111111902041300	BCO BRASIL C/CONSTRUCAO DE UBS	10.274,85	0,00	10.274,85



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902041400	BCO BRASIL C/ESTRUTURA ATENCAO BASICA	30.923,77	0,00	30.923,77
111111902041500	BCO BRASIL C/EQUIPAMENTOS P/CEMPREV	7.950,84	0,00	7.950,84
111111902041600	BCO BRASIL C/EQUIPAM EMENDA OSMAR TERRA	7.022,05	0,00	7.022,05
111111902041700	BCO BRASIL C/EQUIP UBS	99.270,42	0,00	99.270,42
111111902041800	BCO BRASIL C/FNS AFM PRODUCAO AMBULATORIAL	60.000,00	0,00	60.000,00
111111902041900	BCO BRASIL C/FNS AFM FARMACIA BASICA	45.708,43	0,00	45.708,43
111111902042001	BCO BRASIL C/FNS EQUIPAMENTOS PARA A SAUDE	151.015,26	0,00	151.015,26
111111902050600	BCO BRASIL C/BLOCO IGD BF	13.741,69	0,00	13.741,69
111111902050700	BCO BRASIL C/BLOCO IGD SUAS	5.698,89	0,00	5.698,89
111111902050800	BCO BRASIL C/BLOCO PSB PAIF	18.808,68	0,00	18.808,68
111111902050900	BCO BRASIL C/BLOCO PSB SCFV	18.488,20	0,00	18.488,20
111111902051000	BCO BRASIL C/BLOCO ACESSUAS	44.543,38	0,00	44.543,38
111111902051100	BCO BRASIL C/BPC ESCOLA	1.796,53	0,00	1.796,53
111111902051200	BCO BRASIL C/FNAS CRIANCA FELIZ	32.971,76	0,00	32.971,76
111111902051301	BCO BRASIL C/FNAS AFM IGD SUAS	2.333,35	0,00	2.333,35
111111902051302	BCO BRASIL C/FNAS AFM PAIF	6.000,00	0,00	6.000,00
111111902051303	BCO BRASIL C/FNAS AFM SCFV	33.950,02	0,00	33.950,02
111111903010100	CEF C/MOVIMENTO	9.742,21	0,00	9.742,21
111111903020900	CEF C/MODERNIZACAO GINASIO L. DIVISORIA	12.638,88	0,00	12.638,88
111111903021500	CEF C/PAVIMENTACAO RUA RIACHUELO	30.498,12	0,00	30.498,12
111111903021600	CEF C/CONTRAP PAVIMENTACAO RUA RIACHUELO	4.131,29	0,00	4.131,29
111111903021700	CEF C/SIST COLETIVO DE CAPTACAO DE AGUA	26.088,36	0,00	26.088,36
111111903021900	CEF C/PAVIM. ASF. RUA MIGUEL BEUX	57.809,93	0,00	57.809,93
111111903022000	CEF C/CONTRAP PAVIM. ASF. RUA MIGUEL BEUX	1.000,00	0,00	1.000,00
111111903022100	CEF C/CONSTRUCAO PORTICOS	8.759,46	0,00	8.759,46
111111903022700	CEF C/MORDERN QUADRA B.IPIRANGA	83.221,24	0,00	83.221,24
111111903022800	CEF C/CONTRAP MODERN QUADRA B.IPIRANGA	7.350,00	0,00	7.350,00
111111903023200	CEF C/ASF RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	128.502,02	0,00	128.502,02
111111903023300	CEF C/CONTR ASF HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	2.326,66	0,00	2.326,66
111111912010100	BANRISUL C/MOVIMENTO	72.205,69	0,00	72.205,69
111111912010200	BANRISUL C/FOLHA DE PAGAMENTO	12.827,83	0,00	12.827,83
111111912010300	BANRISUL C/ARRECADACAO DE TRIBUTOS	3.332,80	0,00	3.332,80
111111912010400	BANRISUL C/13o SALARIO	658.754,18	0,00	658.754,18
111111912010500	BANRISUL C/ISS RETIDO DO ESTADO	3.472,64	0,00	3.472,64
111111912020100	BANRISUL C/CIP ILUMINACAO PUBLICA	22.167,41	0,00	22.167,41
111111912020400	BANRISUL C/GRUPO DE EGRESSOS PSIQUIATRICOS	65,96	0,00	65,96
111111912020700	BANRISUL C/BRDE OPERACAO DE CREDITO	134.603,65	0,00	134.603,65
111111912040100	BANRISUL C/MDE	1.908,85	0,00	1.908,85
111111912040200	BANRISUL C/TRANSPORTE ESCOLAR	8.560,06	0,00	8.560,06
111111912050100	BANRISUL C/SAUDE PROPRIOS	2.588,78	0,00	2.588,78
111111912050200	BANRISUL C/INCENTIVO ATENCAO BASICA	123.384,23	0,00	123.384,23



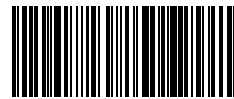
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912050300	BANRISUL C/FARMACIA BASICA	42.475,81	0,00	42.475,81
111111912050400	BANRISUL C/PACS AGENTES DE SAUDE	19.266,00	0,00	19.266,00
111111912050500	BANRISUL C/PSF SAUDE DA FAMILIA	4.396,87	0,00	4.396,87
111111912050600	BANRISUL C/PIM	21.407,23	0,00	21.407,23
111111912050700	BANRISUL C/SAMU	10.473,35	0,00	10.473,35
111111912050900	BANRISUL C/PSF INDIGENA	48.525,88	0,00	48.525,88
111111912051100	BANRISUL C/VIGILANCIA EM SAUDE - DENGUE	4.477,13	0,00	4.477,13
111111912060200	BANRISUL C/FEAS	2.725,39	0,00	2.725,39
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-99.146,66	0,00	-99.146,66
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-56.186,41	0,00	-56.186,41
TOTAL		3.062.236,57	0,00	3.062.236,57

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				3.062.236,57
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
218810102010000	INSS FOLHA DE PAGAMENTOS	13.160,43	0,00	13.160,43
218810102020000	INSS AUTONOMOS E EMPRESAS	4.262,85	0,00	4.262,85
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	8.813.334,05	0,00	8.813.334,05
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-584.676,99	0,00	-584.676,99
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	37.191.242,28	0,00	37.191.242,28
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-8.030.659,11	0,00	-8.030.659,11
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-6.567.825,29	0,00	-6.567.825,29
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-2.467.268,73	0,00	-2.467.268,73
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-7.854.088,11	0,00	-7.854.088,11
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	368.692,56	0,00	368.692,56
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	99.146,66	0,00	99.146,66
TOTAL		20.985.320,60	0,00	20.985.320,60



5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

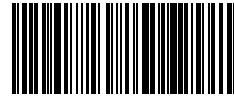
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

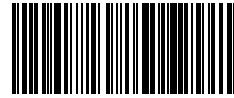
CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	411.237,78	0,00	411.237,78
11120200020000000000	IPTU - MDE	171.354,38	0,00	171.354,38
11120200030000000000	IPTU - ASPS	102.804,61	0,00	102.804,61
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	277.564,55	0,00	277.564,55
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	115.652,34	0,00	115.652,34
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	69.391,20	0,00	69.391,20
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.061,11	0,00	5.061,11
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.108,78	0,00	2.108,78
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.265,31	0,00	1.265,31
11120431030100000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - PROPRIO	10.380,35	0,00	10.380,35
11120431030200000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - MDE	4.325,16	0,00	4.325,16
11120431030300000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - ASPS	2.595,09	0,00	2.595,09
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	16.759,81	0,00	16.759,81
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	6.983,66	0,00	6.983,66
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	4.190,17	0,00	4.190,17
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	464.923,74	0,00	464.923,74
11120800020000000000	ITBI - MDE	193.718,39	0,00	193.718,39
11120800030000000000	ITBI - ASPS	116.230,81	0,00	116.230,81
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	343.946,23	0,00	343.946,23
11130501020000000000	ISS - MDE	143.314,29	0,00	143.314,29
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.983,31	0,00	85.983,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	1.958,95	0,00	1.958,95
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	14.072,66	0,00	14.072,66
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	49.496,35	0,00	49.496,35
11213200000000000000	TAXA DE APROVACAO DO PROJETO DE CONSTRUCAO CIVIL	14.166,75	0,00	14.166,75
11229000000000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	103.819,98	0,00	103.819,98
11229900030000000000	TAXA DE REGISTRO NO CADASTRO TECNICO AMBIENTAL MUNICIPAL	700,00	0,00	700,00
11229900040000000000	TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	25.599,59	0,00	25.599,59
11300400000000000000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	41.218,80	0,00	41.218,80
12102907000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	775.510,59	0,00	775.510,59
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	143.623,59	0,00	143.623,59
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	5.535.195,15	0,00	5.535.195,15
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	461.266,27	0,00	461.266,27
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.383.798,80	0,00	1.383.798,80



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.845.065,07	0,00	1.845.065,07
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	246.071,85	0,00	246.071,85
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	102.529,94	0,00	102.529,94
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	61.517,97	0,00	61.517,97
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	253.880,58	0,00	253.880,58
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	105.783,58	0,00	105.783,58
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	63.470,15	0,00	63.470,15
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	108.604,95	0,00	108.604,95
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	9.050,40	0,00	9.050,40
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	27.151,23	0,00	27.151,23
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	36.201,67	0,00	36.201,67
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	31.992,84	0,00	31.992,84
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	2.666,04	0,00	2.666,04
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	7.998,24	0,00	7.998,24
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	10.664,28	0,00	10.664,28
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	5.166.592,67	0,00	5.166.592,67
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	430.549,39	0,00	430.549,39
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	1.291.648,17	0,00	1.291.648,17
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	1.722.197,58	0,00	1.722.197,58
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	552.469,01	0,00	552.469,01
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	46.039,13	0,00	46.039,13
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	138.117,33	0,00	138.117,33
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	184.156,40	0,00	184.156,40
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	78.054,02	0,00	78.054,02
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	6.504,51	0,00	6.504,51
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	19.513,50	0,00	19.513,50
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	26.018,05	0,00	26.018,05
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	28.635,09	0,00	28.635,09
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	42,43	0,00	42,43
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	2.847,43	0,00	2.847,43
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	1.187,54	0,00	1.187,54
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	710,64	0,00	710,64
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	2.034,54	0,00	2.034,54



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

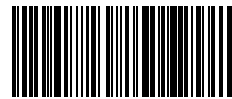
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

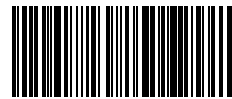
CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	847,85	0,00	847,85
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	508,47	0,00	508,47
19119800000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	116,73	0,00	116,73
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.700,96	0,00	1.700,96
19119901010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.291,01	0,00	1.291,01
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	24.047,77	0,00	24.047,77
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	10.022,92	0,00	10.022,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	6.008,55	0,00	6.008,55
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.840,89	0,00	1.840,89
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	767,07	0,00	767,07
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	460,22	0,00	460,22
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	59,63	0,00	59,63
19139800000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	6.912,57	0,00	6.912,57
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	7.246,64	0,00	7.246,64
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	6.794,80	0,00	6.794,80
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	68.983,47	0,00	68.983,47
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	28.746,54	0,00	28.746,54
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	17.242,34	0,00	17.242,34
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	5.763,68	0,00	5.763,68
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	2.401,56	0,00	2.401,56
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	1.440,85	0,00	1.440,85
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	224,72	0,00	224,72
19319800000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.941,61	0,00	10.941,61
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	16.888,56	0,00	16.888,56
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	19.881,74	0,00	19.881,74
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-73.757,33	0,00	-73.757,33
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-30.736,37	0,00	-30.736,37
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-18.434,57	0,00	-18.434,57
91112043101010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	-521,45	0,00	-521,45
91112043101020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	-217,27	0,00	-217,27
91112043101030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA -	-130,36	0,00	-130,36



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	ASPS			
91112043106010000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	-814,35	0,00	-814,35
91112043106020000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	-339,32	0,00	-339,32
91112043106030000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	-203,59	0,00	-203,59
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-540,00	0,00	-540,00
91112080002000000000	Deducao - ITBI - MDE	-225,00	0,00	-225,00
91112080003000000000	Deducao - ITBI - ASPS	-135,00	0,00	-135,00
91130040000000000000	Deducao - CONTRIBUICAO DE MELHORIA PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	-5.372,40	0,00	-5.372,40
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-3,09	0,00	-3,09
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-1,29	0,00	-1,29
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,76	0,00	-0,76
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-5,31	0,00	-5,31
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-2,23	0,00	-2,23
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-1,32	0,00	-1,32
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-16,73	0,00	-16,73
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-6,95	0,00	-6,95
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-4,10	0,00	-4,10
91913130001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	-5,47	0,00	-5,47
91913130002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	-2,28	0,00	-2,28
91913130003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	-1,37	0,00	-1,37
91913350000000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	-0,33	0,00	-0,33
91913980000000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	-1,82	0,00	-1,82
91913990001010000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	-3,31	0,00	-3,31
91913990001020000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	-2,43	0,00	-2,43
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,73	0,00	-0,73
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,31	0,00	-0,31
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,11	0,00	-0,11
91931350000000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	-0,03	0,00	-0,03
91931990101010000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	-0,16	0,00	-0,16
91931990101020000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	-0,17	0,00	-0,17
TOTAL		23.819.838,61	0,00	23.819.838,61



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	2.065.172,71	0,00	2.065.172,71	1,0303	2.127.747,44
Fevereiro	1.909.820,07	0,00	1.909.820,07	1,0258	1.959.093,43
Março	1.892.521,06	0,00	1.892.521,06	1,0252	1.940.212,59
Abril	2.140.838,00	0,00	2.140.838,00	1,0252	2.194.787,12
Maiο	2.093.412,22	0,00	2.093.412,22	1,0252	2.146.166,21
Junho	1.742.854,00	0,00	1.742.854,00	1,0252	1.786.773,92
Julho	2.090.472,54	0,00	2.090.472,54	1,0252	2.143.152,45
Agosto	1.806.879,84	0,00	1.806.879,84	1,0252	1.852.413,21
Setembro	1.671.867,33	0,00	1.671.867,33	1,0228	1.709.985,91
Outubro	2.011.265,78	0,00	2.011.265,78	1,0165	2.044.451,67
Novembro	1.775.923,99	0,00	1.775.923,99	1,0155	1.803.450,81
Dezembro	2.618.811,07	0,00	2.618.811,07	1,0074	2.638.190,27
TOTAL	23.819.838,61	0,00	23.819.838,61		24.346.425,02

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Seleção Manual

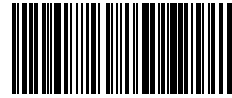
Justificativa: FORAM DESCONTADOS VALORES REFERENTE A SENTENÇAS JUDICIAIS LANÇADAS NA CONTA 319091

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54
2º Bimestre	6.215.666,65	5.764.697,52
3º Bimestre	6.215.666,65	5.863.319,87
4º Bimestre	6.215.666,65	0,00
5º Bimestre	6.215.666,65	0,00
6º Bimestre	6.215.666,75	0,00
TOTAL	37.294.000,00	17.801.114,93

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	318.577,67
3º Bimestre	398.333,33	328.543,98
4º Bimestre	398.333,33	0,00
5º Bimestre	398.333,33	0,00
6º Bimestre	398.333,35	0,00
TOTAL	2.390.000,00	790.699,90

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	3.019,97
3º Bimestre	29.333,41	269.912,88
4º Bimestre	29.333,41	0,00
5º Bimestre	29.333,41	0,00



RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
6º Bimestre	29.332,95	0,00
TOTAL	176.000,00	398.097,53

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	-716.093,41
3º Bimestre	-726.666,66	-709.243,13
4º Bimestre	-726.666,66	0,00
5º Bimestre	-726.666,66	0,00
6º Bimestre	-726.666,70	0,00
TOTAL	-4.360.000,00	-2.276.344,56
TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	16.713.567,80

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 49350218020

Nome: Odemar Paulo Raimondi

Cargo: Vice-Prefeito Municipal



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

Substituições:

Início: 06/03/2018

Término: 08/03/2018

Início: 28/05/2018

Término: 03/06/2018

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NO ITEM 5.2.11 FORAM DESCONTADOS VALORES REFERENTE A SENTENÇAS JUDICIAIS LANÇADAS NA CONTA 319091



31801013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/07/2018 - 13:35:16

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 30/06/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 16 de Julho de 2018

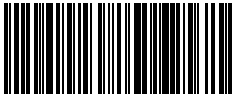
ANDRE BONOLDI
Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2018
PM DE RONDA ALTA
1º Semestre



31802013730393254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.00.4
16/07/2018
13:35:16
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE RONDA ALTA
CNPJ: 87711503000153
ORGÃO Nº: 56100
Cód. Barras do RVE Vinculado: 31801013730393254

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		28.764.208,87

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	12.574.679,91	43,72 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF
EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2018
PM DE RONDA ALTA
1º Semestre



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.0.0.4
16/07/2018
13:35:16
Pág.: 2/2

RONDA ALTA, 16 de Julho de 2018 .

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

LOIRI JORGE LANZINI
Responsável pela Administração Financeira

MARCELO BANDEIRA CHAVES
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 31/08/2018 - 4º Bimestre

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0

compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade			
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis



2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	3.615.000,00	2.355.375,39
Contribuicoes	1.089.000,00	515.462,43
Receita Patrimonial	2.853.000,00	1.142.440,84
Receita de Servicos	90.000,00	46.823,63
Transferencias Correntes	29.436.000,00	19.527.560,69
Outras Receitas Correntes	211.000,00	187.524,72
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	23.775.187,70
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	2.390.000,00	1.123.705,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	1.123.705,86
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	150.000,00	97.550,00
Transferencias de Capital	17.000,00	535.625,00
Outras Receitas de Capital	9.000,00	12.799,63
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	645.974,63
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-2.889.157,86
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	22.655.710,33

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.639.702,00
Créditos Especiais	3.884.338,07
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.942.902,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	39.181.138,07
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	20.068.462,16
Liquidado	18.911.361,76
Pago	17.939.805,97



SALDO A LIQUIDAR	1.157.100,40
SALDO A PAGAR	971.555,79

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.123.022,81
Liquidado	1.832.008,07
Pago	1.786.053,75
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	291.014,74
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	45.954,32

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.389.430,93
Excesso de Arrecadação	1.191.707,14
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.942.902,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.942.902,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	33.596.057,91D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	17.986.465,49D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	1.438.050,72C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	25.081.689,77C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.701.015,93D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.066.065,42D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.842.948,74D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	38.835,21D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	4.181.857,80D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	231.922,44D
TRIBUTARIAS	0,00	204.740,84D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.803.474,44D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	2.347.327,91C
CONTRIBUICOES	0,00	1.639.168,29C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	94.677,29C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.310.699,93C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	19.851.591,54C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	129.914,94C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	354.197,24C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	94.749.600,23D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65D	817.212,65D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	94.749.600,23C



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65C	817.212,65C
ATOS POTENCIAIS	0,00	321.899,00D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50D	51.252.921,93D
DIVIDA ATIVA	1.057.156,99D	1.596.785,62D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	182.943,86D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	41.356,34D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	321.899,00C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50C	51.252.921,93C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	1.057.156,99C	1.596.785,62C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	182.943,86C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	41.356,34C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.433.090,17D	3.228.988,67D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.433.090,17D	3.228.988,67D

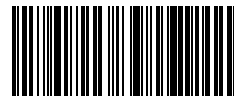
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	43.527,06D	0,00
Bancos Conta Aplicação	24.457.402,94D	26.364.499,13D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	24.500.930,00D	26.364.499,13D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	25.934.020,17D	29.593.487,80D
--------------	-----------------------	-----------------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.958.426,06	4.505.331,20	4.213.797,09
2º Bimestre	5.678.087,45	5.472.500,78	5.057.675,79
3º Bimestre	4.164.441,34	4.635.009,28	4.526.872,21
4º Bimestre	4.695.767,80	4.496.371,87	4.430.294,81
5º Bimestre	4.347.819,80	4.687.927,13	4.512.387,60



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	4.758.821,05	5.682.361,44	6.615.689,12

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	34.833.470,00	33.574.740,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.030.000,00	2.172.659,42
RECEITAS DE CAPITAL	5.135.550,00	2.406.894,55
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.395.020,00	-3.965.475,03

TOTAL CONTAS DE RECEITA	37.604.000,00	34.188.819,38
--------------------------------	----------------------	----------------------

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	280.288,46	0,00	280.288,46
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		310.288,46	0,00	310.288,46

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

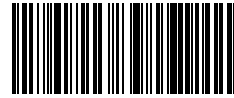
FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - PROPRIO	8.785,87	0,00	8.785,87
11120111020000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - MDE	732,15	0,00	732,15



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

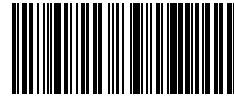
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	2.196,46	0,00	2.196,46
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.928,63	0,00	2.928,63
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	167.675,19	0,00	167.675,19
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	69.865,03	0,00	69.865,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	41.918,58	0,00	41.918,58
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	11.864,84	0,00	11.864,84
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	4.943,70	0,00	4.943,70
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	2.966,23	0,00	2.966,23
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	10.797,64	0,00	10.797,64
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	4.499,14	0,00	4.499,14
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.699,41	0,00	2.699,41
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	402.298,38	0,00	402.298,38
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	167.628,70	0,00	167.628,70
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	100.570,10	0,00	100.570,10
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	1.104,41	0,00	1.104,41
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	460,61	0,00	460,61
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	275,56	0,00	275,56
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	56.756,95	0,00	56.756,95
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	23.651,64	0,00	23.651,64
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	14.186,44	0,00	14.186,44
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	20.744,06	0,00	20.744,06
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	8.646,38	0,00	8.646,38
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	5.183,55	0,00	5.183,55
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	322.433,13	0,00	322.433,13
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	134.347,24	0,00	134.347,24
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	80.608,19	0,00	80.608,19
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	260.206,65	0,00	260.206,65
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	108.421,68	0,00	108.421,68
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	65.049,69	0,00	65.049,69
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.217,07	0,00	1.217,07
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	507,33	0,00	507,33
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	303,66	0,00	303,66
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	7.022,31	0,00	7.022,31
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	2.926,11	0,00	2.926,11
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	1.755,54	0,00	1.755,54
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	4.201,55	0,00	4.201,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.750,72	0,00	1.750,72



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.050,35	0,00	1.050,35
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.065.398,56	0,00	4.065.398,56
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	338.783,24	0,00	338.783,24
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.016.349,65	0,00	1.016.349,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.355.132,84	0,00	1.355.132,84
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	21.338,79	0,00	21.338,79
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.778,25	0,00	1.778,25
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	5.334,68	0,00	5.334,68
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	7.112,93	0,00	7.112,93
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.491.490,96	0,00	3.491.490,96
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	290.957,58	0,00	290.957,58
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	872.872,75	0,00	872.872,75
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.163.830,35	0,00	1.163.830,35
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	567.559,66	0,00	567.559,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	47.296,64	0,00	47.296,64
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	141.889,99	0,00	141.889,99
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	189.186,75	0,00	189.186,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	56.105,90	0,00	56.105,90
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	4.675,49	0,00	4.675,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	14.026,49	0,00	14.026,49
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	18.702,01	0,00	18.702,01
91118011101000000000	Deducacao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10
91118011102000000000	Deducacao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducacao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011401000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-642,59	0,00	-642,59
91118011402000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-267,78	0,00	-267,78
91118011403000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-160,57	0,00	-160,57
91118014101000000000	Deducacao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducacao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducacao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducacao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducacao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducacao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-10,05	0,00	-10,05
91118023402000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-4,20	0,00	-4,20
91118023403000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-2,55	0,00	-2,55
SUBTOTAL		16.074.504,33	0,00	16.074.504,33



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada 4.018.626,08

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	528.826,30	0,00	528.826,30
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	790.571,05	0,00	790.571,05
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-36.614,73	0,00	-36.614,73
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.928,63	0,00	2.928,63
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.733.964,88	0,00	2.733.964,88
TOTAL II		4.019.676,13	0,00	4.019.676,13

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.591.746,30	0,00	1.591.746,30
20	Educação Infantil	348.475,87	0,00	348.475,87
20	Educação Especial	81.537,88	0,00	81.537,88
31	Ensino Fundamental	1.785.750,99	0,00	1.785.750,99
SUBTOTAL I		3.807.511,04	0,00	3.807.511,04

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		973.963,57	0,00	973.963,57
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.787,65	0,00	1.787,65
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		29,73		4.779.686,96

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	8.785,87	0,00	8.785,87
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	732,15	0,00	732,15
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	2.196,46	0,00	2.196,46
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.928,63	0,00	2.928,63
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.065.398,56	0,00	4.065.398,56
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	338.783,24	0,00	338.783,24
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.016.349,65	0,00	1.016.349,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.355.132,84	0,00	1.355.132,84



41801031756186378



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	21.338,79	0,00	21.338,79
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.778,25	0,00	1.778,25
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	5.334,68	0,00	5.334,68
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	7.112,93	0,00	7.112,93
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.491.490,96	0,00	3.491.490,96
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	290.957,58	0,00	290.957,58
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	872.872,75	0,00	872.872,75
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.163.830,35	0,00	1.163.830,35
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	567.559,66	0,00	567.559,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	47.296,64	0,00	47.296,64
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	141.889,99	0,00	141.889,99
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	189.186,75	0,00	189.186,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	56.105,90	0,00	56.105,90
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	4.675,49	0,00	4.675,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	14.026,49	0,00	14.026,49
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	18.702,01	0,00	18.702,01
SUBTOTAL		13.684.466,62	0,00	13.684.466,62

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada

2.736.893,32

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.928,63	0,00	2.928,63
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.733.964,88	0,00	2.733.964,88
TOTAL II		2.736.893,51	0,00	2.736.893,51

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.785.750,99	0,00	1.785.750,99
SUBTOTAL I		1.785.750,99	0,00	1.785.750,99

(+) Perda com o FUNDEB

973.963,57

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB

1.686,52

% de Aplicação

Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB

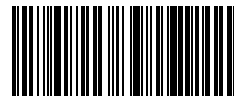
20,15

2.758.028,04

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	1.686,52	0,00	1.686,52
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos	1.762.929,94	0,00	1.762.929,94



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal			
Total		1.764.616,46	0,00	1.764.616,46

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 1.058.769,88

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.523.087,45	0,00	1.523.087,45
TOTAL		1.523.087,45	0,00	1.523.087,45
% de Aplicação				86,31

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 247,63

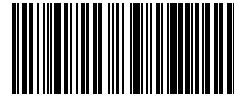
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	8.785,87	0,00	8.785,87
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	732,15	0,00	732,15
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	2.196,46	0,00	2.196,46
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	2.928,63	0,00	2.928,63
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	167.675,19	0,00	167.675,19
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	69.865,03	0,00	69.865,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	41.918,58	0,00	41.918,58
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	11.864,84	0,00	11.864,84
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	4.943,70	0,00	4.943,70
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	2.966,23	0,00	2.966,23
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo -	10.797,64	0,00	10.797,64



41801031756186378

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

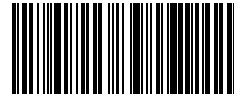
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PROPRIO			
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	4.499,14	0,00	4.499,14
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.699,41	0,00	2.699,41
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	402.298,38	0,00	402.298,38
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	167.628,70	0,00	167.628,70
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	100.570,10	0,00	100.570,10
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	1.104,41	0,00	1.104,41
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	460,61	0,00	460,61
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	275,56	0,00	275,56
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	56.756,95	0,00	56.756,95
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	23.651,64	0,00	23.651,64
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	14.186,44	0,00	14.186,44
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	20.744,06	0,00	20.744,06
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	8.646,38	0,00	8.646,38
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	5.183,55	0,00	5.183,55
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	322.433,13	0,00	322.433,13
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	134.347,24	0,00	134.347,24
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	80.608,19	0,00	80.608,19
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	260.206,65	0,00	260.206,65
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	108.421,68	0,00	108.421,68
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	65.049,69	0,00	65.049,69
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.217,07	0,00	1.217,07
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	507,33	0,00	507,33
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	303,66	0,00	303,66
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	7.022,31	0,00	7.022,31
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	2.926,11	0,00	2.926,11
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	1.755,54	0,00	1.755,54
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4.201,55	0,00	4.201,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.750,72	0,00	1.750,72
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.050,35	0,00	1.050,35
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.065.398,56	0,00	4.065.398,56
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	338.783,24	0,00	338.783,24
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.016.349,65	0,00	1.016.349,65
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.355.132,84	0,00	1.355.132,84
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	21.338,79	0,00	21.338,79
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	1.778,25	0,00	1.778,25
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	5.334,68	0,00	5.334,68
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	7.112,93	0,00	7.112,93
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.491.490,96	0,00	3.491.490,96



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	290.957,58	0,00	290.957,58
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	872.872,75	0,00	872.872,75
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.163.830,35	0,00	1.163.830,35
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	567.559,66	0,00	567.559,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	47.296,64	0,00	47.296,64
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	141.889,99	0,00	141.889,99
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	189.186,75	0,00	189.186,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	56.105,90	0,00	56.105,90
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	4.675,49	0,00	4.675,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	14.026,49	0,00	14.026,49
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	18.702,01	0,00	18.702,01
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-642,59	0,00	-642,59
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-267,78	0,00	-267,78
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-160,57	0,00	-160,57
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-10,05	0,00	-10,05
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-4,20	0,00	-4,20
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-2,55	0,00	-2,55
SUBTOTAL I		16.074.504,33	0,00	16.074.504,33

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.411.175,65**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

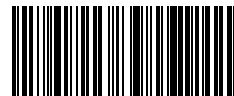
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	319.031,28	0,00	319.031,28
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.114.721,47	0,00	2.114.721,47
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.961,78	0,00	-21.961,78
TOTAL II		2.411.790,97	0,00	2.411.790,97

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.526.411,54	0,00	2.526.411,54
SUBTOTAL I		2.526.411,54	0,00	2.526.411,54

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões



41801031756186378



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.361,50	0,00	1.361,50
SUBTOTAL III	1.361,50	0,00	1.361,50

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	15,71	2.525.050,04

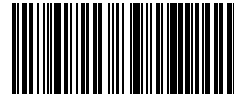
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2018, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	12 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2018, modalidade CHP (Chamamento público), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 15, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 18, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 262, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 267, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 57,817%
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 999999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 88888888888888
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 65, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 94, Contrato nr. 94, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 104, Contrato nr. 104, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 105, Contrato nr. 105, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 159, Contrato nr. 159, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 932017, Contrato nr. 93/2017, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato),



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 99,024%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 36,458%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: ESTE CAMPO NÃO ERA PREENCHIDO NO MOMENTO DO EMPENHO, ESTÁ SENDO REGULARIZADO.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

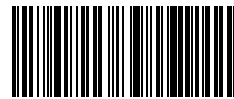
Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)



Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br
2º Bimestre	Mural	16/05/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/05/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	16/05/2018	www.famurs.com.br
3º Bimestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br
4º Bimestre	Mural	05/09/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	14/09/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	05/09/2018	www.famurs.com.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2018	25/05/2018	Câmara de Vereadores
2º Quadrimestre/2018	18/09/2018	Câmara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54



RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
2º Bimestre	6.215.666,65	5.764.697,52
3º Bimestre	6.215.666,65	5.863.319,87
4º Bimestre	6.215.666,65	5.974.072,77
5º Bimestre	6.215.666,65	0,00
6º Bimestre	6.215.666,75	0,00
TOTAL	37.294.000,00	23.775.187,70

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	318.577,67
3º Bimestre	398.333,33	328.543,98
4º Bimestre	398.333,33	333.005,96
5º Bimestre	398.333,33	0,00
6º Bimestre	398.333,35	0,00
TOTAL	2.390.000,00	1.123.705,86

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	3.019,97
3º Bimestre	29.333,41	269.912,88
4º Bimestre	29.333,41	247.877,10
5º Bimestre	29.333,41	0,00
6º Bimestre	29.332,95	0,00
TOTAL	176.000,00	645.974,63

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	-716.093,41
3º Bimestre	-726.666,66	-709.243,13
4º Bimestre	-726.666,66	-612.813,30
5º Bimestre	-726.666,66	0,00
6º Bimestre	-726.666,70	0,00
TOTAL	-4.360.000,00	-2.889.157,86

TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	22.655.710,33
-------------------------	----------------------	----------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

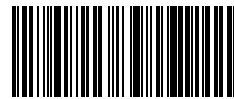
5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 49350218020

Nome: Odemar Paulo Raimondi

Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 06/03/2018

Término: 08/03/2018

Início: 28/05/2018

Término: 03/06/2018

Início: 27/07/2018

Término: 02/09/2018

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



05/09/2018 - 10:20:27

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/08/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 05 de Setembro de 2018

ANDRE BONOLDI
Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:

Sim Não

Modelos da LRF do Executivo

☐☒

Deverá ser consolidado para fins de LRF

☐☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 31/10/2018 - 5º Bimestre

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0

compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil

☒ Financeiro

☒ Patrimonial

☒ Pessoal

☒ Orçamentário

☒ Tributário

☒ Folha de Pagamento

☐ Outros

☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis



2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	3.615.000,00	2.953.028,78
Contribuicoes	1.089.000,00	647.268,77
Receita Patrimonial	2.853.000,00	1.608.665,82
Receita de Servicos	90.000,00	52.137,11
Transferencias Correntes	29.436.000,00	23.774.814,57
Outras Receitas Correntes	211.000,00	202.827,47
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	29.238.742,52
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	2.390.000,00	1.458.658,90
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	1.458.658,90
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	150.000,00	97.550,00
Transferencias de Capital	17.000,00	584.552,15
Outras Receitas de Capital	9.000,00	15.765,13
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	697.867,28
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-3.545.981,52
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	27.849.287,18

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	5.617.399,00
Créditos Especiais	4.234.338,07
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	4.915.099,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	39.536.638,07
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	24.787.203,68
Liquidado	24.060.645,74
Pago	23.161.560,96



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

SALDO A LIQUIDAR	726.557,94
SALDO A PAGAR	899.084,78

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.123.022,81
Liquidado	1.832.008,07
Pago	1.796.285,84
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	291.014,74
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	35.722,23

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.594.930,93
Excesso de Arrecadação	1.341.707,14
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	4.915.099,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	4.915.099,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	30.832.982,95D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	19.012.107,72D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	3.478.920,18C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	25.054.459,31C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	13.115.904,22D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.342.893,39D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	8.948.455,07D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	38.835,21D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	5.105.066,94D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	238.993,40D
TRIBUTARIAS	0,00	245.995,86D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.846.762,51D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	2.813.497,59C
CONTRIBUICOES	0,00	2.105.927,67C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	108.262,21C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.811.683,40C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	24.147.772,57C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	420.395,59C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	381.012,16C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	99.823.841,75D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65D	817.212,65D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	99.823.841,75C



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

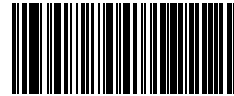
	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65C	817.212,65C
ATOS POTENCIAIS	0,00	1.121.899,00D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50D	56.695.314,24D
DIVIDA ATIVA	1.057.156,99D	1.852.203,10D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	232.595,12D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	52.030,49D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	1.121.899,00C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50C	56.695.314,24C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	1.057.156,99C	1.852.203,10C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	232.595,12C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	52.030,49C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.433.090,17D	2.343.835,55D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.433.090,17D	2.343.835,55D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	43.527,06D	0,00
Bancos Conta Aplicação	24.457.402,94D	27.038.190,68D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	24.500.930,00D	27.038.190,68D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	25.934.020,17D	29.382.026,23D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.958.426,06	4.505.331,20	4.213.797,09
2º Bimestre	5.678.087,45	5.472.500,78	5.057.675,79
3º Bimestre	4.164.441,34	4.635.009,28	4.526.872,21
4º Bimestre	4.695.767,80	4.496.371,87	4.430.294,81
5º Bimestre	4.347.819,80	4.687.927,13	4.512.387,60



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Página

93

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça

5

Peça
1575685

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N004DBD2

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	4.758.821,05	5.682.361,44	6.615.689,12

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	34.833.470,00	33.574.740,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.030.000,00	2.172.659,42
RECEITAS DE CAPITAL	5.135.550,00	2.406.894,55
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.395.020,00	-3.965.475,03

TOTAL CONTAS DE RECEITA	37.604.000,00	34.188.819,38
--------------------------------	----------------------	----------------------

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	291.096,19	0,00	291.096,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		321.096,19	0,00	321.096,19

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

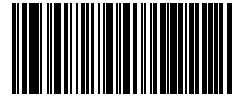
FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1112011101000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - PROPRIO	108.173,90	0,00	108.173,90
1112011102000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - MDE	9.014,50	0,00	9.014,50



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

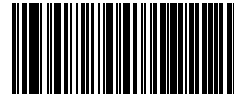
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	27.043,48	0,00	27.043,48
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	36.057,99	0,00	36.057,99
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	215.297,00	0,00	215.297,00
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	89.707,58	0,00	89.707,58
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	53.823,90	0,00	53.823,90
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	16.422,77	0,00	16.422,77
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	6.842,84	0,00	6.842,84
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	4.105,71	0,00	4.105,71
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	13.147,07	0,00	13.147,07
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	5.478,11	0,00	5.478,11
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	3.286,72	0,00	3.286,72
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	412.038,79	0,00	412.038,79
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	171.687,54	0,00	171.687,54
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	103.004,74	0,00	103.004,74
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	1.997,21	0,00	1.997,21
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	832,95	0,00	832,95
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	498,61	0,00	498,61
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	74.772,45	0,00	74.772,45
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	31.158,81	0,00	31.158,81
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	18.689,56	0,00	18.689,56
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	30.212,78	0,00	30.212,78
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	12.592,21	0,00	12.592,21
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	7.550,11	0,00	7.550,11
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	379.849,37	0,00	379.849,37
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	158.270,69	0,00	158.270,69
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	94.962,25	0,00	94.962,25
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	342.865,53	0,00	342.865,53
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	142.863,24	0,00	142.863,24
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	85.714,02	0,00	85.714,02
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.842,97	0,00	1.842,97
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	768,29	0,00	768,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	459,84	0,00	459,84
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	8.246,59	0,00	8.246,59
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	3.436,27	0,00	3.436,27
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	2.061,63	0,00	2.061,63
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	5.092,15	0,00	5.092,15
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	2.121,84	0,00	2.121,84



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.272,99	0,00	1.272,99
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.815.695,96	0,00	4.815.695,96
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.308,02	0,00	401.308,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.924,00	0,00	1.203.924,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.605.231,96	0,00	1.605.231,96
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	26.673,45	0,00	26.673,45
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.222,81	0,00	2.222,81
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	6.668,34	0,00	6.668,34
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	8.891,15	0,00	8.891,15
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	4.560.063,19	0,00	4.560.063,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	380.005,27	0,00	380.005,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	1.140.015,80	0,00	1.140.015,80
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.520.021,10	0,00	1.520.021,10
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	580.875,67	0,00	580.875,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	48.406,33	0,00	48.406,33
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	145.219,02	0,00	145.219,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	193.625,52	0,00	193.625,52
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	70.080,09	0,00	70.080,09
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	5.840,00	0,00	5.840,00
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	17.520,03	0,00	17.520,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	23.360,08	0,00	23.360,08
91118011101000000000	Deducacao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10
91118011102000000000	Deducacao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducacao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011301000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-0,95	0,00	-0,95
91118011302000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-0,40	0,00	-0,40
91118011303000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-0,24	0,00	-0,24
91118011401000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.153,45	0,00	-3.153,45
91118011402000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.314,02	0,00	-1.314,02
91118011403000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-788,24	0,00	-788,24
91118014101000000000	Deducacao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducacao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducacao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducacao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducacao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducacao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducacao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducacao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-96,49	0,00	-96,49



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-40,22	0,00	-40,22
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-24,17	0,00	-24,17
SUBTOTAL		19.714.082,30	0,00	19.714.082,30
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				4.928.520,58

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	635.220,74	0,00	635.220,74
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	944.862,28	0,00	944.862,28
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-37.697,39	0,00	-37.697,39
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	36.057,99	0,00	36.057,99
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.351.129,81	0,00	3.351.129,81
TOTAL II		4.929.573,43	0,00	4.929.573,43

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.988.949,31	0,00	1.988.949,31
20	Educação Infantil	450.080,49	0,00	450.080,49
20	Educação Especial	98.662,46	0,00	98.662,46
31	Ensino Fundamental	2.186.367,81	0,00	2.186.367,81
SUBTOTAL I		4.724.060,07	0,00	4.724.060,07

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		1.197.223,26	0,00	1.197.223,26
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.124,16	0,00	2.124,16
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		30,03		5.919.159,17

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - PROPRIO	108.173,90	0,00	108.173,90
11120111020000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - MDE	9.014,50	0,00	9.014,50
11120111030000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - ASPS	27.043,48	0,00	27.043,48
11120111040000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - FUNDEB	36.057,99	0,00	36.057,99



51801030818040430



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.815.695,96	0,00	4.815.695,96
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.308,02	0,00	401.308,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.924,00	0,00	1.203.924,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.605.231,96	0,00	1.605.231,96
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PRÓPRIO	26.673,45	0,00	26.673,45
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.222,81	0,00	2.222,81
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	6.668,34	0,00	6.668,34
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	8.891,15	0,00	8.891,15
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.560.063,19	0,00	4.560.063,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	380.005,27	0,00	380.005,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	1.140.015,80	0,00	1.140.015,80
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.520.021,10	0,00	1.520.021,10
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	580.875,67	0,00	580.875,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	48.406,33	0,00	48.406,33
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	145.219,02	0,00	145.219,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	193.625,52	0,00	193.625,52
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	70.080,09	0,00	70.080,09
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	5.840,00	0,00	5.840,00
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	17.520,03	0,00	17.520,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	23.360,08	0,00	23.360,08
SUBTOTAL		16.935.937,66	0,00	16.935.937,66

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.387.187,53**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	36.057,99	0,00	36.057,99
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.351.129,81	0,00	3.351.129,81
TOTAL II		3.387.187,80	0,00	3.387.187,80

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.186.367,81	0,00	2.186.367,81
SUBTOTAL I		2.186.367,81	0,00	2.186.367,81
(+) Perda com o FUNDEB		1.197.223,26	0,00	1.197.223,26
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		2.008,05	0,00	2.008,05
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		19,97		3.381.583,02

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018



Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	2.008,05	0,00	2.008,05
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.189.964,54	0,00	2.189.964,54
Total		2.191.972,59	0,00	2.191.972,59
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				1.315.183,55

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.523.087,45	0,00	1.523.087,45
TOTAL		1.523.087,45	0,00	1.523.087,45
% de Aplicação				69,48

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			247,63

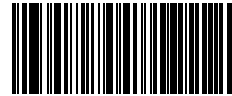
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - PROPRIO	108.173,90	0,00	108.173,90
11120111020000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - MDE	9.014,50	0,00	9.014,50
11120111030000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - ASPS	27.043,48	0,00	27.043,48
11120111040000000000	ITR - Municipios Conveniados - Principal - FUNDEB	36.057,99	0,00	36.057,99
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	215.297,00	0,00	215.297,00
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	89.707,58	0,00	89.707,58
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	53.823,90	0,00	53.823,90
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	16.422,77	0,00	16.422,77
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	6.842,84	0,00	6.842,84
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	4.105,71	0,00	4.105,71
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.070,09	0,00	1.070,09



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

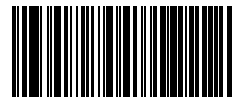
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	445,87	0,00	445,87
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	267,52	0,00	267,52
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	13.147,07	0,00	13.147,07
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	5.478,11	0,00	5.478,11
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	3.286,72	0,00	3.286,72
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	412.038,79	0,00	412.038,79
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	171.687,54	0,00	171.687,54
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	103.004,74	0,00	103.004,74
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	1.997,21	0,00	1.997,21
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	832,95	0,00	832,95
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	498,61	0,00	498,61
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	74.772,45	0,00	74.772,45
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	31.158,81	0,00	31.158,81
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	18.689,56	0,00	18.689,56
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	30.212,78	0,00	30.212,78
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	12.592,21	0,00	12.592,21
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	7.550,11	0,00	7.550,11
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	379.849,37	0,00	379.849,37
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	158.270,69	0,00	158.270,69
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	94.962,25	0,00	94.962,25
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	342.865,53	0,00	342.865,53
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	142.863,24	0,00	142.863,24
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	85.714,02	0,00	85.714,02
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	1.842,97	0,00	1.842,97
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	768,29	0,00	768,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	459,84	0,00	459,84
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	8.246,59	0,00	8.246,59
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	3.436,27	0,00	3.436,27
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	2.061,63	0,00	2.061,63
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	5.092,15	0,00	5.092,15
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	2.121,84	0,00	2.121,84
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.272,99	0,00	1.272,99
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.815.695,96	0,00	4.815.695,96
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.308,02	0,00	401.308,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.924,00	0,00	1.203.924,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.605.231,96	0,00	1.605.231,96
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	26.673,45	0,00	26.673,45
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.222,81	0,00	2.222,81



51801030818040430



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	6.668,34	0,00	6.668,34
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	8.891,15	0,00	8.891,15
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	4.560.063,19	0,00	4.560.063,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	380.005,27	0,00	380.005,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.140.015,80	0,00	1.140.015,80
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.520.021,10	0,00	1.520.021,10
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	580.875,67	0,00	580.875,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	48.406,33	0,00	48.406,33
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	145.219,02	0,00	145.219,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	193.625,52	0,00	193.625,52
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	70.080,09	0,00	70.080,09
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	5.840,00	0,00	5.840,00
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	17.520,03	0,00	17.520,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	23.360,08	0,00	23.360,08
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-0,95	0,00	-0,95
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-0,40	0,00	-0,40
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-0,24	0,00	-0,24
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.153,45	0,00	-3.153,45
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.314,02	0,00	-1.314,02
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-788,24	0,00	-788,24
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-0,83	0,00	-0,83
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-0,35	0,00	-0,35
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,20	0,00	-0,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-96,49	0,00	-96,49
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-40,22	0,00	-40,22
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-24,17	0,00	-24,17
SUBTOTAL I		19.714.082,30	0,00	19.714.082,30
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				2.957.112,35

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	402.741,08	0,00	402.741,08
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.577.595,10	0,00	2.577.595,10
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-22.611,31	0,00	-22.611,31
TOTAL II		2.957.724,87	0,00	2.957.724,87

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.904.364,35	0,00	2.904.364,35
SUBTOTAL I		2.904.364,35	0,00	2.904.364,35

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.470,22	0,00	1.470,22
SUBTOTAL III	1.470,22	0,00	1.470,22

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	14,72	2.902.894,13

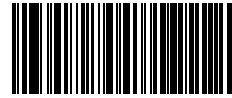
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2017, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	20 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	8 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2018, modalidade CHP (Chamamento público), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 11, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 12, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 13, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 15, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 16, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 262, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 267, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

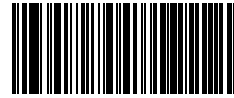
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 493, ano 2017, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 55,074%
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 999999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 8888888888888888
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 65, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 065, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 73, Contrato nr. 073-CHAMADA PUBL, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 73, Contrato nr. 073, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 94, Contrato nr. 94, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 97, Contrato nr. 97, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 99, Contrato nr. 99, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 104, Contrato nr. 104, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 105, Contrato nr. 105, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 106, Contrato nr. 106, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 107, Contrato nr. 107, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108/, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108/, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 109, Contrato nr. 109, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 117, Contrato nr. 117, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 119, Contrato nr. 119, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 122, Contrato nr. 122, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 125, Contrato nr. 125, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 144, Contrato nr. 144, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 155, Contrato nr. 155, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 159, Contrato nr. 159, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 932017, Contrato nr. 93/2017, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 96,653%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 34,358%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina LIQ_41

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

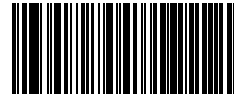
Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de



pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br
2º Bimestre	Mural	16/05/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/05/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	16/05/2018	www.famurs.com.br
3º Bimestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br
4º Bimestre	Mural	05/09/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	14/09/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	05/09/2018	www.famurs.com.br
5º Bimestre	Mural	19/11/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	23/11/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	19/11/2018	www.famurs.com.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2018	25/05/2018	Câmara de Vereadores
2º Quadrimestre/2018	17/09/2018	Câmara de Vereadores



5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54
2º Bimestre	6.215.666,65	5.764.697,52
3º Bimestre	6.215.666,65	5.863.319,87
4º Bimestre	6.215.666,65	5.974.072,77
5º Bimestre	6.215.666,65	5.463.554,82
6º Bimestre	6.215.666,75	0,00
TOTAL	37.294.000,00	29.238.742,52

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	318.577,67
3º Bimestre	398.333,33	328.543,98
4º Bimestre	398.333,33	333.005,96
5º Bimestre	398.333,33	334.953,04
6º Bimestre	398.333,35	0,00
TOTAL	2.390.000,00	1.458.658,90

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	3.019,97
3º Bimestre	29.333,41	269.912,88
4º Bimestre	29.333,41	247.877,10
5º Bimestre	29.333,41	51.892,65
6º Bimestre	29.332,95	0,00
TOTAL	176.000,00	697.867,28

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	-716.093,41
3º Bimestre	-726.666,66	-709.243,13
4º Bimestre	-726.666,66	-612.813,30
5º Bimestre	-726.666,66	-656.823,66
6º Bimestre	-726.666,70	0,00
TOTAL	-4.360.000,00	-3.545.981,52

TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	27.849.287,18
-------------------------	----------------------	----------------------



5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 49350218020

Nome: Odemar Paulo Raimondi

Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 06/03/2018

Término: 08/03/2018

Início: 28/05/2018

Término: 03/06/2018

Início: 27/07/2018

Término: 02/09/2018

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 18.0.0.5

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



51801030818040430

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



14/11/2018 - 08:33:01

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/10/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 14 de Novembro de 2018

ANDRE BONOLDI
Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Página

107

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça

19

Peça
1575685

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N004DBD2



Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	35.324.000,00	35.324.000,00	33.928.182,49	-1.395.817,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.435.000,00	3.435.000,00	3.222.852,79	-212.147,21
Contribuições	3.479.000,00	3.479.000,00	3.010.123,90	-468.876,10
Receita Patrimonial	2.853.000,00	2.853.000,00	1.922.633,56	-930.366,44
Receita de Serviços	90.000,00	90.000,00	70.925,61	-19.074,39
Transferências Correntes	25.256.000,00	25.256.000,00	25.474.898,36	218.898,36
Outras Receitas Correntes	211.000,00	211.000,00	226.748,27	15.748,27
RECEITAS DE CAPITAL (II)	176.000,00	176.000,00	734.161,33	558.161,33
Alienação de Bens	150.000,00	150.000,00	97.550,00	-52.450,00
Transferências de Capital	17.000,00	17.000,00	619.635,28	602.635,28
Outras Receitas de Capital	9.000,00	9.000,00	16.976,05	7.976,05
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	35.500.000,00	35.500.000,00	34.662.343,82	-837.656,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	35.500.000,00	35.500.000,00	34.662.343,82	-837.656,18
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	35.500.000,00	35.500.000,00	34.662.343,82	-837.656,18
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	3.594.930,93	-
Superávit Financeiro	-	-	3.594.930,93	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	-

Página da
peça
1Peça
1692805DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N0031252



61809113636575852

Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	29.104.500,00	30.057.717,05	28.010.097,54	28.010.097,54	27.887.312,46	2.047.619,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.935.000,00	16.471.138,00	15.502.122,51	15.502.122,51	15.502.122,51	969.015,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	205.000,00	204.894,25	204.894,25	204.894,25	105,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.099.500,00	13.381.579,05	12.303.080,78	12.303.080,78	12.180.295,70	1.078.498,27
DESPESAS DE CAPITAL (X)	895.500,00	5.804.921,02	2.114.290,10	2.054.243,51	2.054.243,51	3.690.630,92
INVESTIMENTOS	493.500,00	4.932.821,02	1.242.621,08	1.182.574,49	1.182.574,49	3.690.199,94
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	872.000,00	871.669,02	871.669,02	871.669,02	330,98
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	600.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	34.600.000,00	39.863.638,07	30.124.387,64	30.064.341,05	29.941.555,97	9.739.250,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	34.600.000,00	39.863.638,07	30.124.387,64	30.064.341,05	29.941.555,97	9.739.250,43
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	4.537.956,18	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	34.600.000,00	39.863.638,07	34.662.343,82	30.064.341,05	29.941.555,97	9.739.250,43



61809113636575852

Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a.1 Quadro Principal - Receitas e Despesas - Prefeitura

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	29.324.000,00	29.324.000,00	29.029.058,28	-294.941,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.435.000,00	3.435.000,00	3.222.852,79	-212.147,21
Contribuições	259.000,00	259.000,00	33.765,87	-225.234,13
Receita Patrimonial	153.000,00	153.000,00	72.401,66	-80.598,34
Receita de Serviços	90.000,00	90.000,00	70.925,61	-19.074,39
Transferências Correntes	25.256.000,00	25.256.000,00	25.474.898,36	218.898,36
Outras Receitas Correntes	131.000,00	131.000,00	154.213,99	23.213,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	176.000,00	176.000,00	734.161,33	558.161,33
Alienação de Bens	150.000,00	150.000,00	97.550,00	-52.450,00
Transferências de Capital	17.000,00	17.000,00	619.635,28	602.635,28
Outras Receitas de Capital	9.000,00	9.000,00	16.976,05	7.976,05
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	29.500.000,00	29.500.000,00	29.763.219,61	263.219,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	29.500.000,00	29.500.000,00	29.763.219,61	263.219,61
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	29.500.000,00	29.500.000,00	29.763.219,61	263.219,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	3.594.930,93	-



61809113636575852

Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	27.104.500,00	28.057.717,05	26.455.442,54	26.455.442,54	26.332.657,46	1.602.274,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.100.000,00	14.666.138,00	14.082.113,68	14.082.113,68	14.082.113,68	584.024,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	205.000,00	204.894,25	204.894,25	204.894,25	105,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.934.500,00	13.186.579,05	12.168.434,61	12.168.434,61	12.045.649,53	1.018.144,44
DESPESAS DE CAPITAL (X)	895.500,00	5.804.921,02	2.114.290,10	2.054.243,51	2.054.243,51	3.690.630,92
INVESTIMENTOS	493.500,00	4.932.821,02	1.242.621,08	1.182.574,49	1.182.574,49	3.690.199,94
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	872.000,00	871.669,02	871.669,02	871.669,02	330,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	600.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	28.600.000,00	33.863.638,07	28.569.732,64	28.509.686,05	28.386.900,97	5.293.905,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	28.600.000,00	33.863.638,07	28.569.732,64	28.509.686,05	28.386.900,97	5.293.905,43
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	1.193.486,97	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	28.600.000,00	33.863.638,07	29.763.219,61	28.509.686,05	28.386.900,97	5.293.905,43

Processo
01519-0200/18-7Página da
peça
4Peça
1692805DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N0031252



61809113636575852

Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a.2 Quadro Principal - Receitas e Despesas - RPPS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.000.000,00	6.000.000,00	4.899.124,21	-1.100.875,79
Contribuicoes	3.220.000,00	3.220.000,00	2.976.358,03	-243.641,97
Receita Patrimonial	2.700.000,00	2.700.000,00	1.850.231,90	-849.768,10
Outras Receitas Correntes	80.000,00	80.000,00	72.534,28	-7.465,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	6.000.000,00	6.000.000,00	4.899.124,21	-1.100.875,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	6.000.000,00	6.000.000,00	4.899.124,21	-1.100.875,79
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	6.000.000,00	6.000.000,00	4.899.124,21	-1.100.875,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-
Superavit Financeiro	-	-	3.594.930,93	-
Reabertura de Creditos Adicionais	-	-	0,00	-



Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.554.655,00	1.554.655,00	1.554.655,00	445.345,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.835.000,00	1.805.000,00	1.420.008,83	1.420.008,83	1.420.008,83	384.991,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	195.000,00	134.646,17	134.646,17	134.646,17	60.353,83
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.554.655,00	1.554.655,00	1.554.655,00	4.445.345,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.554.655,00	1.554.655,00	1.554.655,00	4.445.345,00
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	3.344.469,21	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	6.000.000,00	6.000.000,00	4.899.124,21	1.554.655,00	1.554.655,00	4.445.345,00

Processo
01519-0200/18-7Página da
peça
6Peça
1692805DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N0031252



Balanço Orçamentário

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	122.785,08	0,00	92.088,81	0,00	30.696,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	122.785,08	0,00	92.088,81	0,00	30.696,27
DESPESAS DE CAPITAL	565.539,81	123.861,80	5.025,96	0,00	487.212,66	492.238,62	114.182,94	88.006,01
INVESTIMENTOS	565.539,81	123.861,80	5.025,96	0,00	487.212,66	492.238,62	114.182,94	88.006,01
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	565.539,81	123.861,80	5.025,96	122.785,08	487.212,66	584.327,43	114.182,94	118.702,28

c. Notas Explicativas

NÃO TIVERAM FATOS RELEVANTES PARA SEREM EXPRESSOS EM NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2018.

RONDA ALTA , 16 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Miguel Angelo Gasparetto - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ANDRE BONOLDI

Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Prefeito Municipal



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 2º Semestre
PM DE RONDA ALTA



51804112368183237

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019

17:00:45

3.0.1.1

Pág.: 1/5

Nome da Entidade: PM DE RONDA ALTA

CNPJ: 87711503000153

ORGÃO Nº: 56100

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 61802113636575852 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Mateus Paulo Cence Lazaretti

Telefone: (54)33645909

e-mail: lazaretti.mateus@yahoo.com.br

Lei de Instituição do Controle Interno: 1710

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 31/10/2013

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
208026096	Marcelo Bandeira Chaves	Coordenador Do Sistema De Controle Interno	marcelo.mbc@bol.com.br	(54) 0313-5225

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 31/08/2018, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 2º Semestre
PM DE RONDA ALTA



51804112368183237

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
	16/01/2019
	17:00:45
3.0.1.1	Pág.: 2/5

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2018, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2018 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2018 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2018 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 2º Semestre
PM DE RONDA ALTA



51804112368183237

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
16/01/2019 17:00:45 3.0.1.1 Pág.: 3/5	

STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2018, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2018.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2018.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 2º Semestre
PM DE RONDA ALTA



51804112368183237

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
	16/01/2019 17:00:45 3.0.1.1 Pág.: 4/5

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2018.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 01/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018
Período: 2º Semestre
PM DE RONDA ALTA



51804112368183237



3.0.1.1

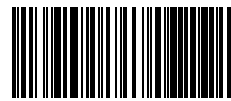
Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

16/01/2019
17:00:45
Pág.: 5/5

PM DE RONDA ALTA, 16/01/2019

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Marcelo Bandeira Chaves
Responsável pelo Controle Interno



61810113636575852

Demonstração das Variações Patrimoniais

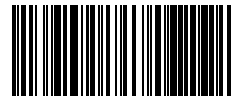
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	39.324.332,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	3.177.802,50
IMPOSTOS	2.912.065,18
TAXAS	264.362,13
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	1.375,19
CONTRIBUICOES	3.010.123,90
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.976.358,03
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	33.765,87
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	113.541,38
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	113.541,38
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.174.425,26
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	247.178,95
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	1.922.633,56
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	4.612,75
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	30.026.954,19
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	379.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	29.647.954,19
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	422.749,69
REAVALIACAO DE ATIVOS	18.361,64
GANHOS COM ALIENACAO	2.533,12
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	399.500,83
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.354,10
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	398.736,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	398.736,00
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	39.537.729,96
PESSOAL E ENCARGOS	15.994.390,09
REMUNERACAO A PESSOAL	12.993.491,74
ENCARGOS PATRONAIS	2.570.070,37
BENEFICIOS A PESSOAL	430.827,98
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	1.778.786,13
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.214.402,50
PENSOES	348.132,83



61810113636575852

16 / 01 / 2019 -
10 : 37 : 32

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	216.250,80
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.122.141,28
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.603.305,38
SERVICOS	6.785.274,84
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	733.561,06
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	6.209.449,67
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	902.835,03
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.462.753,17
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	843.861,47
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	251.958,71
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	61.940,74
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	2.656,68
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	187.361,29
TRIBUTARIAS	303.654,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	303.654,89
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.877.349,19
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	11.662,40
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISÕES	3.660.792,54
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	204.894,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-213.397,04



Demonstração das Variações Patrimoniais

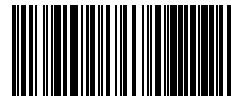
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

a.1 Variações Patrimoniais - Prefeitura

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	34.425.208,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	3.177.802,50
IMPOSTOS	2.912.065,18
TAXAS	264.362,13
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	1.375,19
CONTRIBUICOES	33.765,87
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	33.765,87
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	113.541,38
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	113.541,38
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	324.193,36
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	247.178,95
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	72.401,66
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	4.612,75
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	30.026.954,19
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	379.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	29.647.954,19
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	422.749,69
REAVALIACAO DE ATIVOS	18.361,64
GANHOS COM ALIENACAO	2.533,12
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	399.500,83
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.354,10
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	326.201,72
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	326.201,72
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	34.322.282,42
PESSOAL E ENCARGOS	15.973.403,77
REMUNERACAO A PESSOAL	12.972.505,42
ENCARGOS PATRONAIS	2.570.070,37
BENEFICIOS A PESSOAL	430.827,98
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	268.692,20
APOSENTADORIAS E REFORMAS	150.743,20
PENSOES	117.949,00



61810113636575852

16 / 01 / 2019 -
10 : 37 : 32

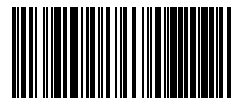
Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.098.566,53
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.603.305,38
SERVICOS	6.761.700,09
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	733.561,06
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	6.209.449,67
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	902.835,03
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.462.753,17
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	843.861,47
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	251.958,71
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	61.940,74
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	2.656,68
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	187.361,29
TRIBUTARIAS	303.654,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	303.654,89
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	216.556,65
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	11.662,40
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISÕES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	204.894,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	102.926,29



61810113636575852

16 / 01 / 2019 -
10 : 37 : 32

Demonstração das Variações Patrimoniais

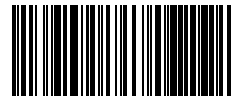
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

a.2 Variações Patrimoniais - RPPS

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4.899.124,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	2.976.358,03
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.976.358,03
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.850.231,90
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	1.850.231,90
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	72.534,28
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	72.534,28
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.215.447,54
PESSOAL E ENCARGOS	20.986,32
REMUNERACAO A PESSOAL	20.986,32
ENCARGOS PATRONAIS	0,00
BENEFICIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	1.510.093,93
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.063.659,30
PENSOES	230.183,83



61810113636575852

16 / 01 / 2019 -
10 : 37 : 32

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	216.250,80
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	23.574,75
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00
SERVICOS	23.574,75
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.660.792,54
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISÕES	3.660.792,54
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-316.323,33



61810113636575852

16 / 01 / 2019 -
10 : 37 : 32

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153 01/01/2018 a 31/12/2018

b. Notas Explicativas

NÃO TIVERAM FATOS RELEVANTES PARA SEREM EXPRESSOS EM NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE 2018.

RONDA ALTA , 16 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Miguel Angelo Gasparetto - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ANDRE BONOLDI
ContabilistaMIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:

Sim Não

Modelos da LRF do Executivo



Deverá ser consolidado para fins de LRF



1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 87711503000153

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE RONDA ALTA

Logradouro: Praça Mose Missio, s/nº

nr: 0 compl: Predio

Telefone: (54) 3364-5900

HomePage: www.rondaalta.rs.gov.br

E-Mail: administracao@rondaalta.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Contabilista: ANDRE BONOLDI

Número do CRC: 080968

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182277

Responsável: RAFAEL MARIO SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil

☒ Financeiro

☒ Patrimonial

☒ Pessoal

☒ Orçamentário

☒ Tributário

☒ Folha de Pagamento

☐ Outros

☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
8007591000130	CONSORCIO DE SAUDE INTERMUNICIPAL
2412033000174	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE COOP. EM GESTÃO PÚBLICA
1987787000190	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade			
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis



2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	3.615.000,00	3.437.333,07
Contribuicoes	1.089.000,00	851.849,40
Receita Patrimonial	2.853.000,00	1.922.633,56
Receita de Servicos	90.000,00	70.933,27
Transferencias Correntes	29.436.000,00	29.621.794,89
Outras Receitas Correntes	211.000,00	227.874,88
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	36.132.419,07
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	2.390.000,00	2.158.274,50
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	2.158.274,50
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	150.000,00	97.550,00
Transferencias de Capital	17.000,00	619.635,28
Outras Receitas de Capital	9.000,00	16.976,05
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	734.161,33
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-4.360.000,00	-4.362.511,08
TOTAL DAS RECEITAS	35.500.000,00	34.662.343,82

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	34.600.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	8.370.599,00
Créditos Especiais	4.234.338,07
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	7.341.299,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	39.863.638,07
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	30.124.387,64
Liquidado	30.064.341,05
Pago	29.941.555,97



SALDO A LIQUIDAR	60.046,59
SALDO A PAGAR	122.785,08

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	2.016.349,80
Liquidado	1.928.343,79
Pago	1.897.647,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	88.006,01
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	30.696,27

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.594.930,93
Excesso de Arrecadação	1.668.707,14
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	7.341.299,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	7.341.299,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	27.741.496,95D	30.472.626,32D
ATIVO NAO CIRCULANTE	17.192.041,28D	18.771.583,99D
PASSIVO CIRCULANTE	1.003.638,15C	2.023.911,32C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	21.523.833,49C	25.027.629,44C
PATRIMONIO LIQUIDO	22.406.066,59C	22.406.066,59C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	15.994.390,09D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.778.786,13D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	11.122.141,28D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	6.209.449,67D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	251.958,71D
TRIBUTARIAS	0,00	303.654,89D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.877.349,19D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	3.177.802,50C
CONTRIBUICOES	0,00	3.010.123,90C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	113.541,38C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.174.425,26C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	30.026.954,19C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	422.749,69C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	398.736,00C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	105.488.025,71D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65D	817.212,65D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	105.488.025,71C



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	817.212,65C	817.212,65C
ATOS POTENCIAIS	0,00	1.231.899,00D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50D	63.988.024,30D
DIVIDA ATIVA	1.057.156,99D	1.884.466,16D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	279.295,71D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	62.717,63D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	1.231.899,00C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	25.837.689,50C	63.988.024,30C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	1.057.156,99C	1.884.466,16C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	279.295,71C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	62.717,63C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.433.090,17D	1.692.992,77D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.433.090,17D	1.692.992,77D

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	43.527,06D	0,00
Bancos Conta Aplicação	24.457.402,94D	27.845.399,21D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	24.500.930,00D	27.845.399,21D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	25.934.020,17D	29.538.391,98D
--------------	-----------------------	-----------------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.958.426,06	4.505.331,20	4.213.797,09
2º Bimestre	5.678.087,45	5.472.500,78	5.057.675,79
3º Bimestre	4.164.441,34	4.635.009,28	4.526.872,21
4º Bimestre	4.695.767,80	4.496.371,87	4.430.294,81
5º Bimestre	4.347.819,80	4.687.927,13	4.512.387,60



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	4.758.821,05	5.682.361,44	6.615.689,12

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	34.833.470,00	33.574.740,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.030.000,00	2.172.659,42
RECEITAS DE CAPITAL	5.135.550,00	2.406.894,55
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.395.020,00	-3.965.475,03

TOTAL CONTAS DE RECEITA	37.604.000,00	34.188.819,38
--------------------------------	----------------------	----------------------

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112610101000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	30.000,00	0,00	30.000,00
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	298.000,12	0,00	298.000,12
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		328.000,12	0,00	328.000,12

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

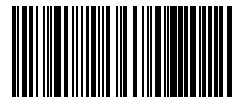
2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

FOI REALIZADO O LANÇAMENTO EM DÍVIDA ATIVA, E A MESMA ESTÁ EM COBRANÇA

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	36.132.419,07	0,00	36.132.419,07
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	734.161,33	0,00	734.161,33
91000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.362.511,08	0,00	-4.362.511,08
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12100421000000000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	818.083,53	0,00	818.083,53



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

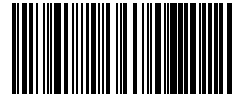
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010301000000	Rec Remun FNS Qualificacao e Gestao SUS	201,33	0,00	201,33
13210011010302000000	Rec Remun Producao Ambulatorial	48,48	0,00	48,48
13210011010310000000	Rec Remun FNS Farmacia Basica	29,97	0,00	29,97
13210011010320000000	Rec Remun FNS PAB Fixo	12.021,21	0,00	12.021,21
13210011010321000000	Rec Remun FNS PSF	4,96	0,00	4,96
13210011010324000000	Rec Remun FNS PMAQ	684,77	0,00	684,77
13210011010330000000	Rec Remun FNS Vigilancia Epidemiologica	484,08	0,00	484,08
13210011010331000000	Rec Remun FNS Vigilancia Sanitaria	30,77	0,00	30,77
13210011010340000000	Rec Remun FNS SAMU	73,37	0,00	73,37
13210011010341000000	Rec Remun FNS Exames Laboratoriais	59,85	0,00	59,85
13210011010350000000	Rec Remun FNS Academia Rua Duque de Caxias	40,55	0,00	40,55
13210011010351000000	Rec Remun FNS Academia Boa Esperanca	151,99	0,00	151,99
13210011010352000000	Rec Remun FNS Academia Bairro Ipiranga	7,29	0,00	7,29
13210011010353000000	Rec Remun FNS Equipamentos Academia da Saude	174,07	0,00	174,07
13210011010354000000	Rec Remun FNS Estrutura de Atencao Basica	1.280,82	0,00	1.280,82
13210011010355000000	Rec Remun FNS Equipamentos CEMPREV	178,61	0,00	178,61
13210011010356000000	Rec Remun FNS Equipamentos Emenda Osmar Terra	350,28	0,00	350,28
13210011010357000000	Rec Remun FNS Equipamentos para UBS	1.570,99	0,00	1.570,99
13210011010358000000	Rec Remun FNS Ampliacao UBS	0,58	0,00	0,58
13210011010359000000	Rec Remun FNS Construcão UBS	450,26	0,00	450,26
13210011010360000000	Rec Remun FNS Aquis Equipamentos Saude	2.722,76	0,00	2.722,76
13210011010371000000	Rec Remun FES Atencao Basica PIES	1.071,20	0,00	1.071,20
13210011010372000000	Rec Remun FES Atencao Basica NAAB	552,76	0,00	552,76
13210011010701000000	Rec Remun IGD BOLSA FAMILIA	246,12	0,00	246,12
13210011010702000000	Rec Remun IGD SUAS	183,43	0,00	183,43
13210011010703000000	Rec Remun PBF I - PAIF	932,62	0,00	932,62
13210011010704000000	Rec Remun PBV SCFV	409,20	0,00	409,20
13210011010706000000	Rec Remun ACESSUA TRABALHO	999,69	0,00	999,69
13210011010707000000	Rec Remun BPC ESCOLA	36,54	0,00	36,54
13210011010708000000	Rec Remun CRIANCA FELIZ	635,06	0,00	635,06
13210011010801000000	Rec Remun Salario Educacao	238,79	0,00	238,79
13210011010802000000	Rec Remun Transporte Escolar FNDE	88,22	0,00	88,22
13210011010803000000	Rec Remun Merenda Escolar FNDE	263,38	0,00	263,38
13210011010804000000	Rec Remun FNDE Apoio a Creche	24,18	0,00	24,18
13210011010805000000	Rec Remun FNDE Cobert Quadra L. Subida Grande	699,49	0,00	699,49
13210011010806000000	Rec Remun FNDE Onibus Pronacampo	258,67	0,00	258,67
13210011010807000000	Rec Remun FNDE Brinquedos PAR	276,97	0,00	276,97
13210011010808000000	Rec Remun FNDE Brasil Carinhoso	33,39	0,00	33,39
13210011010809000000	Rec Remun FNDE Apoio Financeiro aos Municipios	760,51	0,00	760,51
13210041000100000000	REMUN BANRISUL C/RPPS	980.901,53	0,00	980.901,53
13210041000200000000	REMUN C.E..F C/RPPS	596.033,10	0,00	596.033,10
13210041000300000000	REMUN B.BRASIL C/RPPS	273.297,27	0,00	273.297,27
17180311000100000000	FNS Producao Ambulatorial	7.012,75	0,00	7.012,75
17180311000200000000	FNS Farmacia Basica	59.566,43	0,00	59.566,43
17180311000301000000	FNS PAB Fixo	299.694,96	0,00	299.694,96
17180311000302000000	FNS PSF - SAUDE DA FAMILIA	287.045,76	0,00	287.045,76
17180311000303000000	FNS PACS - AGENTES DE SAUDE	48.672,00	0,00	48.672,00
17180311000304000000	FNS Saude Bucal	101.465,00	0,00	101.465,00



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

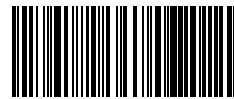
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180311000305000000	FNS PMAQ	89.075,49	0,00	89.075,49
17180311000306000000	FNS Incremento PAB Fixo	600.000,00	0,00	600.000,00
17180311000307000000	FNS NASF	84.000,00	0,00	84.000,00
17180311000401000000	Vigilancia Epidemiologica	47.164,09	0,00	47.164,09
17180311000402000000	Vigilancia Sanitaria	16.400,00	0,00	16.400,00
17180311000501000000	FNS SAMU	157.500,00	0,00	157.500,00
17180311000502000000	FNS Exames Laboratoriais	87.822,13	0,00	87.822,13
17180311000503000000	FNS REDE CEGONHA	5.281,50	0,00	5.281,50
17180311000700000000	FNS AFM PRODUCAO AMBULATORIAL	60.000,00	0,00	60.000,00
17180311000800000000	FNS AFM FARMACIA BASICA	45.708,43	0,00	45.708,43
17180311000900000000	FNS EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	11.000,00	0,00	11.000,00
17180311001000000000	FNS ORGANIZACAO ASSIST FARMACEUTICA	24.000,00	0,00	24.000,00
17180411000100000000	FNAS IGD BOLSA FAMILIA	26.673,61	0,00	26.673,61
17180411000200000000	FNAS IGD SUAS	10.076,88	0,00	10.076,88
17180411000300000000	FNAS PAIF	72.000,00	0,00	72.000,00
17180411000400000000	FNAS PSB SCFV	86.335,02	0,00	86.335,02
17180411000600000000	FNAS BPC ESCOLA	200,00	0,00	200,00
17180411000700000000	FNAS CRIANCA FELIZ	59.982,00	0,00	59.982,00
17180411000801000000	FNAS AFM IGD SUAS	2.333,35	0,00	2.333,35
17180411000802000000	FNAS AFM PAIF	6.000,00	0,00	6.000,00
17180411000803000000	FNAS AFM SCFV	33.950,02	0,00	33.950,02
17180511000000000000	Transferencias do Salario-Educacao - Principal	213.468,66	0,00	213.468,66
17180531000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE - Principal	93.962,00	0,00	93.962,00
17180541000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	56.202,24	0,00	56.202,24
17180591000400000000	FNDE AFM APOIO FINANC AOS MUNICIPIOS	63.425,05	0,00	63.425,05
17280311000100000000	FES Atencao Basica Oficinas Terapeuticas	31.500,00	0,00	31.500,00
17280311000200000000	FES Atencao Basica PIES	158.491,29	0,00	158.491,29
17280311000300000000	FES Atencao Basica NAAB	84.000,00	0,00	84.000,00
17280311000400000000	FES Farmacia Basica	29.617,75	0,00	29.617,75
17280311000500000000	FES Aquisicao de Fraldas	54.272,54	0,00	54.272,54
17280311000600000000	FES PACS - Agentes de Saude	19.266,00	0,00	19.266,00
17280311000700000000	FES PSF - Saude da Familia	227.500,00	0,00	227.500,00
17280311000800000000	FES PIM	58.000,00	0,00	58.000,00
17280311000900000000	FES SAMU	97.204,86	0,00	97.204,86
17280311001000000000	FES PSF Indigena	38.000,00	0,00	38.000,00
17281021010000000000	Transferencias de Convenios para o Transporte Escolar - Principal	586.326,04	0,00	586.326,04
17281091100000000000	PROGRAMA PEAS	7.262,57	0,00	7.262,57
17281091110000000000	PROGRAMA INTEGRACAO TRIBUTARIA - PIT	39.000,00	0,00	39.000,00
19900311000000000000	Compensacoes Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Proprios de Previdencia dos Servidores - Principal	72.534,28	0,00	72.534,28
24180311010000000000	TRANSF FNS AQUIS EQUIPAMENTOS SAUDE	150.000,00	0,00	150.000,00
24180311020000000000	TRANSF FNS INVEST ORGANIZACAO FARMACIA	35.083,13	0,00	35.083,13
24181011000100000000	FNS ACADEMIAS DA SAUDE	20.000,00	0,00	20.000,00
24181011000300000000	FNS ESTRUTURA ATENCAO BASICA	116,15	0,00	116,15
24181011000600000000	FNS EQUIPAMENTOS UBS	61,00	0,00	61,00
24181091000200000000	SICONV PAVIM RUA RIACHUELO	121.875,00	0,00	121.875,00
24181091000800000000	SICONV QUADRA BAIRRO IPIRANGA	48.750,00	0,00	48.750,00

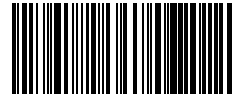


Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
24181091001000000000	SICONV AQUIS BRITADOR	243.750,00	0,00	243.750,00
Subtotal		24.928.848,70	0,00	24.928.848,70
	(+) Perda com o FUNDEB	1.493.414,05	0,00	1.493.414,05
TOTAL		26.422.262,75	0,00	26.422.262,75

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	130.271,80	0,00	130.271,80
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	10.855,98	0,00	10.855,98
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	32.567,95	0,00	32.567,95
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	43.423,97	0,00	43.423,97
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	288.993,02	0,00	288.993,02
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	120.414,37	0,00	120.414,37
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	72.247,71	0,00	72.247,71
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	17.338,56	0,00	17.338,56
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	7.224,42	0,00	7.224,42
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	4.334,65	0,00	4.334,65
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.118,77	0,00	9.118,77
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.799,50	0,00	3.799,50
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.279,70	0,00	2.279,70
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	16.215,74	0,00	16.215,74
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.756,75	0,00	6.756,75
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.053,87	0,00	4.053,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	428.265,38	0,00	428.265,38
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	178.449,47	0,00	178.449,47
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	107.060,68	0,00	107.060,68
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	4.377,45	0,00	4.377,45
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	1.825,56	0,00	1.825,56
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1.093,01	0,00	1.093,01
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	82.987,79	0,00	82.987,79
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	34.582,26	0,00	34.582,26
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	20.742,99	0,00	20.742,99
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	33.631,14	0,00	33.631,14
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	14.017,04	0,00	14.017,04
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	8.404,30	0,00	8.404,30
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	416.473,16	0,00	416.473,16



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

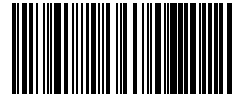
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	173.530,62	0,00	173.530,62
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	104.118,19	0,00	104.118,19
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	417.268,89	0,00	417.268,89
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	173.865,03	0,00	173.865,03
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	104.314,52	0,00	104.314,52
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.396,08	0,00	2.396,08
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	998,95	0,00	998,95
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	597,94	0,00	597,94
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	22.216,50	0,00	22.216,50
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	9.257,14	0,00	9.257,14
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	5.554,09	0,00	5.554,09
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	14.825,91	0,00	14.825,91
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	6.177,58	0,00	6.177,58
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	3.706,42	0,00	3.706,42
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.930.686,71	0,00	5.930.686,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	494.223,91	0,00	494.223,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.482.671,69	0,00	1.482.671,69
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.976.895,55	0,00	1.976.895,55
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PRÓPRIO	263.404,85	0,00	263.404,85
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	109.752,03	0,00	109.752,03
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	65.851,22	0,00	65.851,22
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PRÓPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PRÓPRIO	32.008,10	0,00	32.008,10
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.667,37	0,00	2.667,37
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	8.002,01	0,00	8.002,01
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	10.669,37	0,00	10.669,37
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	5.750.003,18	0,00	5.750.003,18
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	479.166,95	0,00	479.166,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.437.500,83	0,00	1.437.500,83
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.916.667,80	0,00	1.916.667,80
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	643.911,68	0,00	643.911,68
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	53.659,36	0,00	53.659,36
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	160.978,02	0,00	160.978,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	214.637,57	0,00	214.637,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PRÓPRIO	84.078,50	0,00	84.078,50
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	7.006,56	0,00	7.006,56
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	21.019,66	0,00	21.019,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	28.026,24	0,00	28.026,24
91180111010000000000	Deducao - IPTU - Principal - PRÓPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-0,95	0,00	-0,95
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-0,40	0,00	-0,40
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-0,24	0,00	-0,24
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.419,55	0,00	-3.419,55
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.424,92	0,00	-1.424,92
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-854,76	0,00	-854,76
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-3,68	0,00	-3,68
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-1,53	0,00	-1,53
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,91	0,00	-0,91
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-6.557,85	0,00	-6.557,85
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-2.732,46	0,00	-2.732,46
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-1.639,51	0,00	-1.639,51
SUBTOTAL		24.576.292,84	0,00	24.576.292,84
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				6.144.073,21

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	741.754,67	0,00	741.754,67
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.253.556,03	0,00	1.253.556,03
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-40.501,71	0,00	-40.501,71
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	43.423,97	0,00	43.423,97
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.146.896,53	0,00	4.146.896,53
TOTAL II		6.145.129,49	0,00	6.145.129,49

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	2.633.802,58	0,00	2.633.802,58
20	Educação Infantil	535.158,85	0,00	535.158,85
20	Educação Especial	121.553,04	0,00	121.553,04
31	Ensino Fundamental	2.699.193,34	0,00	2.699.193,34
SUBTOTAL I		5.989.707,81	0,00	5.989.707,81

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB				
		1.493.414,05	0,00	1.493.414,05



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2.416,84	0,00	2.416,84
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	30,44		7.480.705,02

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	130.271,80	0,00	130.271,80
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	10.855,98	0,00	10.855,98
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	32.567,95	0,00	32.567,95
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	43.423,97	0,00	43.423,97
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.930.686,71	0,00	5.930.686,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	494.223,91	0,00	494.223,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.482.671,69	0,00	1.482.671,69
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.976.895,55	0,00	1.976.895,55
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PRÓPRIO	32.008,10	0,00	32.008,10
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.667,37	0,00	2.667,37
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	8.002,01	0,00	8.002,01
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	10.669,37	0,00	10.669,37
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	5.750.003,18	0,00	5.750.003,18
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	479.166,95	0,00	479.166,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	1.437.500,83	0,00	1.437.500,83
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.916.667,80	0,00	1.916.667,80
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	643.911,68	0,00	643.911,68
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	53.659,36	0,00	53.659,36
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	160.978,02	0,00	160.978,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	214.637,57	0,00	214.637,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	84.078,50	0,00	84.078,50
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	7.006,56	0,00	7.006,56
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	21.019,66	0,00	21.019,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	28.026,24	0,00	28.026,24
SUBTOTAL		20.951.600,76	0,00	20.951.600,76
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				4.190.320,15

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	RECEITA TRIBUTÁRIA	43.423,97	0,00	43.423,97
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.146.896,53	0,00	4.146.896,53



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL II		4.190.320,50	0,00	4.190.320,50

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.699.193,34	0,00	2.699.193,34
SUBTOTAL I		2.699.193,34	0,00	2.699.193,34
(+) Perda com o FUNDEB		1.493.414,05	0,00	1.493.414,05
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		2.286,89	0,00	2.286,89
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		20,00		4.190.320,50

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2018

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	2.286,89	0,00	2.286,89
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.696.906,45	0,00	2.696.906,45
Total		2.699.193,34	0,00	2.699.193,34
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				1.619.516,00

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.686.788,59	0,00	2.686.788,59
TOTAL		2.686.788,59	0,00	2.686.788,59
% de Aplicação				99,54

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

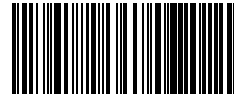
Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	4.952,69	0,00	4.952,69
TOTAL	4.952,69	0,00	4.952,69
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			247,63

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2018 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

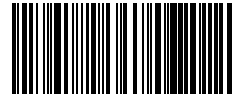
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120111010000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	130.271,80	0,00	130.271,80
11120111020000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	10.855,98	0,00	10.855,98
11120111030000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	32.567,95	0,00	32.567,95
11120111040000000000	ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	43.423,97	0,00	43.423,97
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	288.993,02	0,00	288.993,02
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	120.414,37	0,00	120.414,37
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	72.247,71	0,00	72.247,71
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	17.338,56	0,00	17.338,56
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	7.224,42	0,00	7.224,42
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	4.334,65	0,00	4.334,65
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.118,77	0,00	9.118,77
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.799,50	0,00	3.799,50
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.279,70	0,00	2.279,70
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	16.215,74	0,00	16.215,74
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.756,75	0,00	6.756,75
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.053,87	0,00	4.053,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	428.265,38	0,00	428.265,38
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	178.449,47	0,00	178.449,47
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	107.060,68	0,00	107.060,68
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	4.377,45	0,00	4.377,45
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	1.825,56	0,00	1.825,56
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1.093,01	0,00	1.093,01
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	82.987,79	0,00	82.987,79
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	34.582,26	0,00	34.582,26
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	20.742,99	0,00	20.742,99
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	33.631,14	0,00	33.631,14
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	14.017,04	0,00	14.017,04
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	8.404,30	0,00	8.404,30
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	416.473,16	0,00	416.473,16
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	173.530,62	0,00	173.530,62
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	104.118,19	0,00	104.118,19
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	417.268,89	0,00	417.268,89
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	173.865,03	0,00	173.865,03
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	104.314,52	0,00	104.314,52
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	2.396,08	0,00	2.396,08
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	998,95	0,00	998,95
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	597,94	0,00	597,94
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	22.216,50	0,00	22.216,50
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	9.257,14	0,00	9.257,14



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

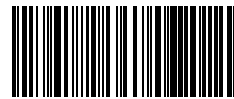
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	5.554,09	0,00	5.554,09
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	14.825,91	0,00	14.825,91
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	6.177,58	0,00	6.177,58
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	3.706,42	0,00	3.706,42
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	5.930.686,71	0,00	5.930.686,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	494.223,91	0,00	494.223,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.482.671,69	0,00	1.482.671,69
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.976.895,55	0,00	1.976.895,55
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	263.404,85	0,00	263.404,85
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	109.752,03	0,00	109.752,03
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	65.851,22	0,00	65.851,22
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	256.991,63	0,00	256.991,63
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	107.079,85	0,00	107.079,85
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	64.247,91	0,00	64.247,91
17180611010000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	32.008,10	0,00	32.008,10
17180611020000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	2.667,37	0,00	2.667,37
17180611030000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	8.002,01	0,00	8.002,01
17180611040000000000	Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	10.669,37	0,00	10.669,37
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	5.750.003,18	0,00	5.750.003,18
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	479.166,95	0,00	479.166,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.437.500,83	0,00	1.437.500,83
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.916.667,80	0,00	1.916.667,80
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	643.911,68	0,00	643.911,68
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	53.659,36	0,00	53.659,36
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	160.978,02	0,00	160.978,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	214.637,57	0,00	214.637,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	84.078,50	0,00	84.078,50
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	7.006,56	0,00	7.006,56
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	21.019,66	0,00	21.019,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	28.026,24	0,00	28.026,24
91118011101000000000	Deducacao - IPTU - Principal - PROPRIO	-77.829,10	0,00	-77.829,10
91118011102000000000	Deducacao - IPTU - Principal - MDE	-32.432,69	0,00	-32.432,69
91118011103000000000	Deducacao - IPTU - Principal - ASPS	-19.452,63	0,00	-19.452,63
91118011301000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-0,95	0,00	-0,95
91118011302000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-0,40	0,00	-0,40
91118011303000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-0,24	0,00	-0,24
91118011401000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.419,55	0,00	-3.419,55
91118011402000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.424,92	0,00	-1.424,92
91118011403000000000	Deducacao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-854,76	0,00	-854,76
91118014101000000000	Deducacao - ITBI - Principal - PROPRIO	-5.476,64	0,00	-5.476,64
91118014102000000000	Deducacao - ITBI - Principal - MDE	-2.281,93	0,00	-2.281,93



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-1.369,16	0,00	-1.369,16
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-8.067,20	0,00	-8.067,20
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.627,78	0,00	-1.627,78
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-976,67	0,00	-976,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-3,68	0,00	-3,68
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-1,53	0,00	-1,53
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-0,91	0,00	-0,91
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-6.557,85	0,00	-6.557,85
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-2.732,46	0,00	-2.732,46
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1.639,51	0,00	-1.639,51
SUBTOTAL I		24.576.292,84	0,00	24.576.292,84

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **3.686.443,93**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	471.076,02	0,00	471.076,02
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.240.271,34	0,00	3.240.271,34
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-24.293,88	0,00	-24.293,88
TOTAL II		3.687.053,48	0,00	3.687.053,48

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.700.197,63	0,00	3.700.197,63
SUBTOTAL I		3.700.197,63	0,00	3.700.197,63

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.530,23	0,00	1.530,23
SUBTOTAL III	1.530,23	0,00	1.530,23

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	15,05	3.698.667,40

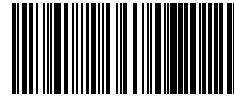
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_13	0	0	AVISO	Percentuais de CNPJ/CPF do Credor Inválidos: 2%



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

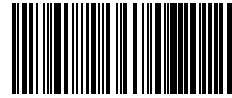
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_16	0	0	AVISO	Percentuais de CPF do Credor com dígitos iguais 2%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	9 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2017, modalidade CHP (Chamamento público), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2017, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	28 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2018, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	19 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2018, modalidade CHP (Chamamento público), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	9 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 11, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 12, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 13, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 15, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 16, ano 2018, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 21, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 23, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 26, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 262, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 267, ano 2018, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 493, ano 2017, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_67	0	0		Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 52,811%
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor FGTS-FUNDO DE GARANTIA associado ao Código do Credor 1966 possui um CNPJ inválido cadastrado, 999999999999
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor PASEP.PROGR FORM PATRIMONIO SERV/PUBLICO associado ao Código do Credor 1101 possui um CNPJ inválido cadastrado, 88888888888888
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 65, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 065, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 73, Contrato nr. 73, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 73, Contrato nr. 073, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 73, Contrato nr. 073-CHAMADA PUBL, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 88, Contrato nr. 88, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 94, Contrato nr. 94, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 97, Contrato nr. 97, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

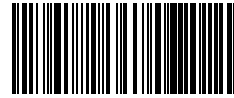
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 99, Contrato nr. 99, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 104, Contrato nr. 104, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 104, Contrato nr. 104, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 105, Contrato nr. 105, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 105, Contrato nr. 105, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 106, Contrato nr. 106, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 107, Contrato nr. 107, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 107, Contrato nr. 107, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108/, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 108, Contrato nr. 108/, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 109, Contrato nr. 109, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 109, Contrato nr. 109, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 116, Contrato nr. 116, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 117, Contrato nr. 117, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 118, Contrato nr. 118, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 119, Contrato nr. 119, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 121, Contrato nr. 121, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 122, Contrato nr. 122, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 123, Contrato nr. 123, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 125, Contrato nr. 125, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 144, Contrato nr. 144, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 155, Contrato nr. 155, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 159, Contrato nr. 159, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 663, Contrato nr. 663, ano 2018, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 932017, Contrato nr. 93/2017, ano 2017, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0		Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 94,524%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 33,571%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina LIQ_41

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_67 - Não existe nenhum empenho com Característica Peculiar entre 901 e 906 no arquivo EMPENHO.TXT

Justificativa: A COLETA DE LIXO É REALIZADA POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO PORTANTO NÃO HÁ EMPENHOS ESPECÍFICOS PARA ESTA DESPESA.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 1/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 2/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 3/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 4/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 5/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 6/2018, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: A PARTIR DO MÊS DE JULHO PASSAMOS A PREENCHER O CAMPO SOLICITADO.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO



Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: TODOS OS PAGAMENTOS DE RENDIMENTOS PARA OS FUNCIONÁRIOS SÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

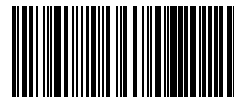
5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/04/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	06/04/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	04/04/2018	www.famurs.com.br
2º Bimestre	Mural	16/05/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/05/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	16/05/2018	www.famurs.com.br
3º Bimestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br
4º Bimestre	Mural	05/09/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	14/09/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	05/09/2018	www.famurs.com.br
5º Bimestre	Mural	19/11/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	23/11/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	19/11/2018	www.famurs.com.br
6º Bimestre	Mural	18/01/2019	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	18/01/2019	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/01/2019	www.rondaalta.rs.gov.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	18/07/2018	MURAL DA PREFEITURA
	Jornal	20/07/2018	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/07/2018	www.famurs.com.br
2º Semestre	Mural	18/01/2019	MURAL DA PREFEITURA



1º Quadrimestre	Jornal	18/01/2019	FOLHA DA PRODUÇÃO
	Internet	18/01/2019	www.rondaalta.rs.gov.br
	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
2º Quadrimestre	Internet		Não Publicado
	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2017	25/01/2018	Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2018	25/05/2018	Câmara de Vereadores
2º Quadrimestre/2018	17/09/2018	Câmara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
01/05/2013	http://www.rondaalta.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

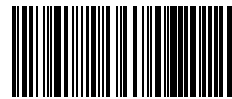
O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	36.132.419,07	0,00	36.132.419,07
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.362.511,08	0,00	-4.362.511,08
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	288.993,02	0,00	288.993,02
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	120.414,37	0,00	120.414,37
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	72.247,71	0,00	72.247,71
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	17.338,56	0,00	17.338,56
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	7.224,42	0,00	7.224,42
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	4.334,65	0,00	4.334,65
12100421000000000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	818.083,53	0,00	818.083,53
13210041000100000000	REMUN BANRISUL C/RPPS	980.901,53	0,00	980.901,53
13210041000200000000	REMUN C.E..F C/RPPS	596.033,10	0,00	596.033,10
13210041000300000000	REMUN B.BRASIL C/RPPS	273.297,27	0,00	273.297,27
19900311000000000000	Compensacoes Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes	72.534,28	0,00	72.534,28



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Proprios de Previdencia dos Servidores - Principal			
Subtotal		28.518.505,55	0,00	28.518.505,55
	(+) Perda com o FUNDEB	1.493.414,05	0,00	1.493.414,05
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		30.011.919,60	0,00	30.011.919,60

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.502.122,51	0,00	15.502.122,51
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	952.587,88	0,00	952.587,88
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	348.132,83	0,00	348.132,83
319005000101000	AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	119.143,08	0,00	119.143,08
319005000102000	AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL ATIVO	18.203,72	0,00	18.203,72
319005000103000	SALARIO MATERNIDADE - PESSOAL ATIVO	78.365,40	0,00	78.365,40
319005000105000	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	538,60	0,00	538,60
319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	855.268,84	0,00	855.268,84
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		13.129.882,16	0,00	13.129.882,16

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1113031101010000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	288.993,02	0,00	288.993,02
1113031101020000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	120.414,37	0,00	120.414,37
1113031101030000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	72.247,71	0,00	72.247,71
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		481.655,10	0,00	481.655,10

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



61801113636575852



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

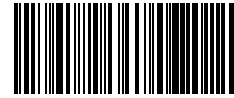
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal		12.648.227,06	0,00	12.648.227,06

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111111902010100	BCO BRASIL C/MOVIMENTO	1.279,08	0,00	1.279,08
1	111111902010200	BCO BRASIL C/FPM	177.947,08	0,00	177.947,08
1	111111902010300	BCO BRASIL C/ITR	1.015,40	0,00	1.015,40
1	111111902010400	BCO BRASIL C/FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	40,72	0,00	40,72
1	111111902010500	BCO BRASIL C/RECURSOS HIDRICOS	100.840,50	0,00	100.840,50
1	111111902010600	BCO BRASIL C/FEX - AUXILIO ESFORCO EXPORTADOR	69,83	0,00	69,83
1	111111902010700	BCO BRASIL C/SIMPLES NACIONAL	8.118,49	0,00	8.118,49
1	111111902010800	BCO BRASIL C/ICMS DESONERACAO	2.884,32	0,00	2.884,32
1	111111903010100	CEF C/MOVIMENTO	36.797,31	0,00	36.797,31
1	111111903023300	CEF C/CONTR ASF HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	680,00	0,00	680,00
1	111111912010100	BANRISUL C/MOVIMENTO	191.102,78	0,00	191.102,78
1	111111912010300	BANRISUL C/ARRECADACAO DE TRIBUTOS	6.828,05	0,00	6.828,05
1	111111912010400	BANRISUL C/13o SALARIO	451,40	0,00	451,40
1	111111912010500	BANRISUL C/ISS RETIDO DO ESTADO	949,10	0,00	949,10
1	111111999010100	SICREDI CONTA MOVIMENTO	1.831,25	0,00	1.831,25
20	111111902030100	BCO BRASIL C/PNDE	975,98	0,00	975,98
20	111111902030200	BCO BRASIL C/MDE	11.771,58	0,00	11.771,58
20	111111912040100	BANRISUL C/MDE	67.171,34	0,00	67.171,34
40	111111902040100	BCO BRASIL C/SAUDE PROPRIOS	3.230,25	0,00	3.230,25
40	111111912050100	BANRISUL C/SAUDE PROPRIOS	1.206,89	0,00	1.206,89
1021	111111902030300	BCO BRASIL C/SALARIO EDUCACAO	19.257,87	0,00	19.257,87
1030	111111902030601	BCO BRASIL C/PNAE	6,32	0,00	6,32
1040	111111902030401	BCO BRASIL C/PNATE	654,74	0,00	654,74



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

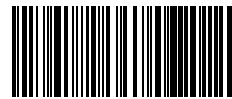
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1105	111111912020100	BANRISUL C/CIP ILUMINACAO PUBLICA	6.305,51	0,00	6.305,51
1106	111111902020100	BCO BRASIL C/CIDE	2.681,23	0,00	2.681,23
1114	111111902050600	BCO BRASIL C/BLOCO IGD BF	14.781,15	0,00	14.781,15
1173	111111902050800	BCO BRASIL C/BLOCO PSB PAIF	7.196,16	0,00	7.196,16
1186	111111902050700	BCO BRASIL C/BLOCO IGD SUAS	8.008,99	0,00	8.008,99
1200	111111902050900	BCO BRASIL C/BLOCO PSB SCFV	7.688,49	0,00	7.688,49
1204	111111912020400	BANRISUL C/GRUPO DE EGRESSOS PSIQUIATRICOS	65,96	0,00	65,96
1205	111111902051000	BCO BRASIL C/BLOCO ACESSUAS	44.873,11	0,00	44.873,11
1209	111111903022700	CEF C/MORDERN QUADRA B.IPIRANGA	10.696,43	0,00	10.696,43
1215	111111903021900	CEF C/PAVIM. ASF. RUA MIGUEL BEUX	9.711,74	0,00	9.711,74
1216	111111903023200	CEF C/ASF RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	32.458,21	0,00	32.458,21
1220	111111902051100	BCO BRASIL C/BPC ESCOLA	984,75	0,00	984,75
1225	111111902031100	BCO DO BRASIL C/BRINQUEDOS PAR	9.111,67	0,00	9.111,67
1226	111111903021500	CEF C/PAVIMENTACAO RUA RIACHUELO	6.705,14	0,00	6.705,14
1231	111111903022100	CEF C/CONSTRUCAO PORTICOS	8.956,53	121.875,00	130.831,53
1239	111111902051200	BCO BRASIL C/FNAS CRIANCA FELIZ	14.571,58	0,00	14.571,58
1240	111111903023800	CEF C/AQUIS BRITADOR	4.288,45	0,00	4.288,45
1247	111111902031200	BCO BRASIL C/FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	19.119,13	0,00	19.119,13
4011	111111912050200	BANRISUL C/INCENTIVO ATENCAO BASICA	60.196,78	0,00	60.196,78
4050	111111912050300	BANRISUL C/FARMACIA BASICA	3.878,03	0,00	3.878,03
4090	111111912050500	BANRISUL C/PSF SAUDE DA FAMILIA	81.866,34	0,00	81.866,34
4090	111111912050900	BANRISUL C/PSF INDIGENA	31.161,98	0,00	31.161,98
4160	111111912050600	BANRISUL C/PIM	34,19	0,00	34,19
4170	111111912050700	BANRISUL C/SAMU	5.357,31	153.481,35	158.838,66
4190	111111912051100	BANRISUL C/VIGILANCIA EM SAUDE - DENGUE	4.477,13	0,00	4.477,13
4500	111111902043001	BCO BRASIL C/FNS PAB FIXO	5.112,78	0,00	5.112,78
4500	111111902043002	BCO BRASIL C/FNS PSF	29.454,87	0,00	29.454,87
4500	111111902043003	BCO BRASIL C/FNS SAUDE BUCAL	9.130,63	0,00	9.130,63
4500	111111902043004	BCO BRASIL C/FNS PACS	6.661,50	0,00	6.661,50
4500	111111902043005	BCO BRASIL C/FNS PMAQ	136.587,55	0,00	136.587,55
4500	111111902043006	BCO BRASIL C/FNS NASF	84.000,00	0,00	84.000,00
4501	111111902043011	BCO BRASIL C/FNS EXAMES LABORATORIAIS	16.206,25	0,00	16.206,25
4501	111111902043012	BCO BRASIL C/FNS PROD AMBULATORIAL	2.332,70	0,00	2.332,70
4501	111111902043013	BCO BRASIL C/FNS REDE CEGONHA	5.281,50	0,00	5.281,50
4501	111111902043014	BCO BRASIL C/FNS SAMU	2.775,87	0,00	2.775,87
4502	111111902043021	BCO BRASIL C/FNS VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	42.403,45	0,00	42.403,45
4502	111111902043022	BCO BRASIL C/FNS VIGILANCIA	9.022,43	0,00	9.022,43



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		SANITARIA			
4503	111111902043031	BCO BRASIL C/FNS FARMACIA BASICA	23.586,43	0,00	23.586,43
4503	111111902043032	BCO BRASIL C/FNS ORGANIZACAO FARMACIA	24.000,00	0,00	24.000,00
4504	111111902043041	BCO BRASIL C/FNS EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	11.000,00	0,00	11.000,00
4505	111111902042001	BCO BRASIL C/FNS EQUIPAMENTOS PARA A SAUDE	149.132,76	0,00	149.132,76
4505	111111902042002	BCO BRASIL C/FNS INVEST ORGANIZACAO FARMACIA	35.083,13	0,00	35.083,13
4505	111111902042003	BCO BRASIL C/FNS ESTRUTURA DE ATENCAO BASICA	31.619,40	0,00	31.619,40
4505	111111902042004	BCO BRASIL C/FNS EQUIPAMENTOS CEMPREV	8.038,60	0,00	8.038,60
4505	111111902042005	BCO BRASIL C/FNS EQUIP OSMAR TERRA	7.099,55	0,00	7.099,55
4505	111111902042006	BCO BRASIL C/FNS EQUIP PARA UBS	24.177,10	0,00	24.177,10
TOTAL			1.692.992,77	275.356,35	1.968.349,12

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		SELEÇÃO AUTOMÁTICA			
50	114110904010100	FUNDOS DE INVESTIMENTO BANRISUL	15.915.533,55	0,00	15.915.533,55
50	114110904020100	FUNDOS DE INVESTIMENTO C.E.F.	7.608.977,03	0,00	7.608.977,03
50	114110904030100	FUNDOS DE INVESTIMENTO BCO BRASIL	4.320.888,63	0,00	4.320.888,63
TOTAL			27.845.399,21	0,00	27.845.399,21

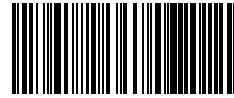
5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA			
222310101000000	FINANCIAMENTOS DO ATIVO PERMANENTE	865.744,46	0,00	865.744,46
TOTAL		865.744,46	0,00	865.744,46

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA			
111111902010100	BCO BRASIL C/MOVIMENTO	1.279,08	0,00	1.279,08
111111902010200	BCO BRASIL C/FPM	177.947,08	0,00	177.947,08
111111902010300	BCO BRASIL C/ITR	1.015,40	0,00	1.015,40
111111902010400	BCO BRASIL C/FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	40,72	0,00	40,72



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

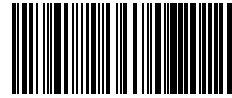
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902010500	BCO BRASIL C/RECURSOS HIDRICOS	100.840,50	0,00	100.840,50
111111902010600	BCO BRASIL C/FEX - AUXILIO ESFORCO EXPORTADOR	69,83	0,00	69,83
111111902010700	BCO BRASIL C/SIMPLES NACIONAL	8.118,49	0,00	8.118,49
111111902010800	BCO BRASIL C/ICMS DESONERACAO	2.884,32	0,00	2.884,32
111111902020100	BCO BRASIL C/CIDE	2.681,23	0,00	2.681,23
111111902030100	BCO BRASIL C/PNDE	975,98	0,00	975,98
111111902030200	BCO BRASIL C/MDE	11.771,58	0,00	11.771,58
111111902030300	BCO BRASIL C/SALARIO EDUCACAO	19.257,87	0,00	19.257,87
111111902030401	BCO BRASIL C/PNATE	654,74	0,00	654,74
111111902030601	BCO BRASIL C/PNAE	6,32	0,00	6,32
111111902031100	BCO DO BRASIL C/BRINQUEDOS PAR	9.111,67	0,00	9.111,67
111111902031200	BCO BRASIL C/FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	19.119,13	0,00	19.119,13
111111902040100	BCO BRASIL C/SAUDE PROPRIOS	3.230,25	0,00	3.230,25
111111902042001	BCO BRASIL C/FNS EQUIPAMENTOS PARA A SAUDE	149.132,76	0,00	149.132,76
111111902042002	BCO BRASIL C/FNS INVEST ORGANIZACAO FARMACIA	35.083,13	0,00	35.083,13
111111902042003	BCO BRASIL C/FNS ESTRUTURA DE ATENCAO BASICA	31.619,40	0,00	31.619,40
111111902042004	BCO BRASIL C/FNS EQUIPAMENTOS CEMPREV	8.038,60	0,00	8.038,60
111111902042005	BCO BRASIL C/FNS EQUIP OSMAR TERRA	7.099,55	0,00	7.099,55
111111902042006	BCO BRASIL C/FNS EQUIP PARA UBS	24.177,10	0,00	24.177,10
111111902043001	BCO BRASIL C/FNS PAB FIXO	5.112,78	0,00	5.112,78
111111902043002	BCO BRASIL C/FNS PSF	29.454,87	0,00	29.454,87
111111902043003	BCO BRASIL C/FNS SAUDE BUCAL	9.130,63	0,00	9.130,63
111111902043004	BCO BRASIL C/FNS PACS	6.661,50	0,00	6.661,50
111111902043005	BCO BRASIL C/FNS PMAQ	136.587,55	0,00	136.587,55
111111902043006	BCO BRASIL C/FNS NASF	84.000,00	0,00	84.000,00
111111902043011	BCO BRASIL C/FNS EXAMES LABORATORIAIS	16.206,25	0,00	16.206,25
111111902043012	BCO BRASIL C/FNS PROD AMBULATORIAL	2.332,70	0,00	2.332,70
111111902043013	BCO BRASIL C/FNS REDE CEGONHA	5.281,50	0,00	5.281,50
111111902043014	BCO BRASIL C/FNS SAMU	2.775,87	0,00	2.775,87
111111902043021	BCO BRASIL C/FNS VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	42.403,45	0,00	42.403,45
111111902043022	BCO BRASIL C/FNS VIGILANCIA SANITARIA	9.022,43	0,00	9.022,43
111111902043031	BCO BRASIL C/FNS FARMACIA BASICA	23.586,43	0,00	23.586,43
111111902043032	BCO BRASIL C/FNS ORGANIZACAO FARMACIA	24.000,00	0,00	24.000,00
111111902043041	BCO BRASIL C/FNS EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	11.000,00	0,00	11.000,00
111111902050600	BCO BRASIL C/BLOCO IGD BF	14.781,15	0,00	14.781,15
111111902050700	BCO BRASIL C/BLOCO IGD SUAS	8.008,99	0,00	8.008,99
111111902050800	BCO BRASIL C/BLOCO PSB PAIF	7.196,16	0,00	7.196,16
111111902050900	BCO BRASIL C/BLOCO PSB SCFV	7.688,49	0,00	7.688,49
111111902051000	BCO BRASIL C/BLOCO ACESSUAS	44.873,11	0,00	44.873,11
111111902051100	BCO BRASIL C/BPC ESCOLA	984,75	0,00	984,75
111111902051200	BCO BRASIL C/FNAS CRIANCA FELIZ	14.571,58	0,00	14.571,58



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903010100	CEF C/MOVIMENTO	36.797,31	0,00	36.797,31
111111903021500	CEF C/PAVIMENTACAO RUA RIACHUELO	6.705,14	0,00	6.705,14
111111903021900	CEF C/PAVIM. ASF. RUA MIGUEL BEUX	9.711,74	0,00	9.711,74
111111903022100	CEF C/CONSTRUCAO PORTICOS	8.956,53	0,00	8.956,53
111111903022700	CEF C/MORDERN QUADRA B.IPIRANGA	10.696,43	0,00	10.696,43
111111903023200	CEF C/ASF RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	32.458,21	0,00	32.458,21
111111903023300	CEF C/CONTR ASF HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	680,00	0,00	680,00
111111903023800	CEF C/AQUIS BRITADOR	4.288,45	0,00	4.288,45
111111912010100	BANRISUL C/MOVIMENTO	191.102,78	0,00	191.102,78
111111912010300	BANRISUL C/ARRECADACAO DE TRIBUTOS	6.828,05	0,00	6.828,05
111111912010400	BANRISUL C/13o SALARIO	451,40	0,00	451,40
111111912010500	BANRISUL C/ISS RETIDO DO ESTADO	949,10	0,00	949,10
111111912020100	BANRISUL C/CIP ILUMINACAO PUBLICA	6.305,51	0,00	6.305,51
111111912020400	BANRISUL C/GRUPO DE EGRESSOS PSIQUIATRICOS	65,96	0,00	65,96
111111912040100	BANRISUL C/MDE	67.171,34	0,00	67.171,34
111111912050100	BANRISUL C/SAUDE PROPRIOS	1.206,89	0,00	1.206,89
111111912050200	BANRISUL C/INCENTIVO ATENCAO BASICA	60.196,78	0,00	60.196,78
111111912050300	BANRISUL C/FARMACIA BASICA	3.878,03	0,00	3.878,03
111111912050500	BANRISUL C/PSF SAUDE DA FAMILIA	81.866,34	0,00	81.866,34
111111912050600	BANRISUL C/PIM	34,19	0,00	34,19
111111912050700	BANRISUL C/SAMU	5.357,31	0,00	5.357,31
111111912050900	BANRISUL C/PSF INDIGENA	31.161,98	0,00	31.161,98
111111912051100	BANRISUL C/VIGILANCIA EM SAUDE - DENGUE	4.477,13	0,00	4.477,13
111111999010100	SICREDI CONTA MOVIMENTO	1.831,25	0,00	1.831,25
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-30.696,27	0,00	-30.696,27
TOTAL		1.662.296,50	0,00	1.662.296,50

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				1.662.296,50
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	10.288.628,04	0,00	10.288.628,04



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-459.241,13	0,00	-459.241,13
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	41.446.844,66	0,00	41.446.844,66
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-9.381.946,58	0,00	-9.381.946,58
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-5.948.987,66	0,00	-5.948.987,66
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-3.421.526,56	0,00	-3.421.526,56
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-8.362.920,13	0,00	-8.362.920,13
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	88.006,01	0,00	88.006,01
TOTAL		24.248.856,65	0,00	24.248.856,65

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

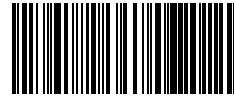
5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

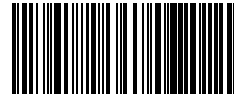
ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1028	ALIENACAO BENS EDUCACAO
1029	ALIENACAO BENS REC.LIVRES
1030	PNAE MERENDA ESCOLAR FEDERAL
1040	TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL
1103	FUNDO MUN MEIO AMBIENTE
1105	FUNDO CUSTEIO ILUMINACAO PUBLICA
1106	C I D E
1114	BOLSA FAMILIA
1127	CONVENIO PEAS ESTADO
1129	CONV MELHORIAS SANITARIAS
1173	PROG ATENCAO INT FAMILIA - PAIF
1182	QUADRA B. SAO CRISTOVAO
1186	IGD SUAS
1189	PAVIMENTACAO RUA RIO BRANCO
1192	APOIO A CRECHES
1195	PLANO DE SANEAMENTO BASICO
1198	COBERT QUADRA L.SUBIDA BRANDE
1200	PISO BASICO VARIABEL -SCFV
1201	INCENTIVO AGROINDUSTRIA CONS POPULAR
1202	PASSE LIVRE ESTADUAL
1203	CONV MIN INTEGRACAO NAC.REC.INFRAESTRUTURA
1204	GRUPO DE EGRESSOS PSIQUIATRICOS
1205	MANUTENCAO ACESSUAS TRABALHO
1209	FECHAMENTO QUADRA BAIRRO IPIRANGA
1211	MIN ESPORTE GINASIO DIVISORIA
1212	MIN ESPORTE MODENIZ GIN ALDERI FACHI
1213	MIN TUR REVITALIZACAO PRACA MOSE MISSIO
1214	REC MDA SIST COLETIVO CAP E DISTR AGUA
1215	MIN CIDADES RECAP. ASFALTO R MIGUEL BEUX
1216	PAVIM ASFALTICA RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA
1217	MAPA AQUISICAO ESCAFADEIRA HIDRAULICA
1220	PBC ESCOLA - MDS
1223	FNDE BRASIL CARINHOSO
1224	PRONAT-AQUIS CAMINHAO CACAMBA
1225	Brinquedos Pro Infancia -Rec. Par FNDE
1226	PAVIM ASFALTICA RUA RIACHUELO
1227	Campo Linha Capitel Santo Antonio
1228	Impl.Modern.Infr.Estr.Esp.Alderí Fachi e Campo Capitel Sto Antonio
1230	MDA - Aquisicao Caminhao Cacamba
1231	Construcao de Porticos nos Pontos de Acesso do Municipio
1232	BRDE-PAVIM. ASFALTICA RUAS: Bandeirantes, Francisco Alves, XV de Novembro e Ange
1234	MDA: AQUISICAO CAMINHAO FURGAO
1235	MDA - AQUISICAO RETROESCAVADEIRA
1239	FNAS CRIANCA FELIZ
1240	AQUISICAO BRITADOR
1244	FNAS AFM IGD SUAS
1245	FNAS AFM PAIF



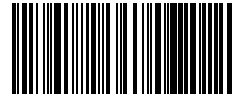
LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1246	FNAS AFM SCFV
1247	FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS
2003	AQUIS ONIBUS E MOBILIARIO FNDE
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena
4100	SPT PSF INDIGENA
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais
4292	Aquisicao de Veiculos
4500	ATENCAO BASICA
4501	ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
4502	VIGILANCIA EM SAUDE
4503	ASSISTENCIA FARMACEUTICA
4504	GESTAO DO SUS
4505	INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE
4510	PAB Fixo / Telessaude / Acolhimento Infante Juvenil
4520	ESF - Saude da Familia / Saude na Escola / Saude do Homem / NASF/Melhor em Casa
4521	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade
4530	PACS AGENTES DE SAUDE
4540	SAUDE BUCAL
4550	INCENTIVO POVOS INDIGENAS
4580	COMP ESPECIFICIDADES REGIONAIS
4590	Limite financeiro da Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar / Gesta
4620	SAMU / UPA
4710	Limite financeiro da Vigilancia em Saude - Incentivo para acoes de prevencao de
4720	FORTALECIMENTO GESTAO VISA
4760	Vigilancia Sanitaria / Gerenciamento de Riscos
4770	Assistencia Farmaceutica
4929	Academias da Saude - Construcão e Custeio-Programa Financiamento Acoes de Alimen
4931	Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente
4935	Construcoes ou Ampliacoas
4941	Qualificacao da gestao descentralizada do SUS / Premio INOVA SUS
4957	ESTRUTURACAO ATENCAO BASICA DE SAUDE
8001	Recursos Extraorçamentarios

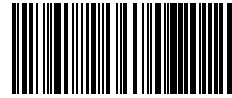
5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	411.237,78	0,00	411.237,78
11120200020000000000	IPTU - MDE	171.354,38	0,00	171.354,38
11120200030000000000	IPTU - ASPS	102.804,61	0,00	102.804,61
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	277.564,55	0,00	277.564,55



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	115.652,34	0,00	115.652,34
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	69.391,20	0,00	69.391,20
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.061,11	0,00	5.061,11
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.108,78	0,00	2.108,78
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.265,31	0,00	1.265,31
11120431030100000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - PROPRIO	10.380,35	0,00	10.380,35
11120431030200000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - MDE	4.325,16	0,00	4.325,16
11120431030300000000	IRRF - INATIVOS PAGOS PELO RPPS - ASPS	2.595,09	0,00	2.595,09
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	16.759,81	0,00	16.759,81
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	6.983,66	0,00	6.983,66
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	4.190,17	0,00	4.190,17
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	464.923,74	0,00	464.923,74
11120800020000000000	ITBI - MDE	193.718,39	0,00	193.718,39
11120800030000000000	ITBI - ASPS	116.230,81	0,00	116.230,81
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	343.946,23	0,00	343.946,23
11130501020000000000	ISS - MDE	143.314,29	0,00	143.314,29
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.983,31	0,00	85.983,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	1.958,95	0,00	1.958,95
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	14.072,66	0,00	14.072,66
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	49.496,35	0,00	49.496,35
11213200000000000000	TAXA DE APROVACAO DO PROJETO DE CONSTRUCAO CIVIL	14.166,75	0,00	14.166,75
11229000000000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	103.819,98	0,00	103.819,98
11229900030000000000	TAXA DE REGISTRO NO CADASTRO TECNICO AMBIENTAL MUNICIPAL	700,00	0,00	700,00
11229900040000000000	TAXA DE EMISSAO DE CERTIDOES	25.599,59	0,00	25.599,59
11300400000000000000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	41.218,80	0,00	41.218,80
12102907000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	775.510,59	0,00	775.510,59
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	143.623,59	0,00	143.623,59
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	5.535.195,15	0,00	5.535.195,15
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	461.266,27	0,00	461.266,27
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.383.798,80	0,00	1.383.798,80
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.845.065,07	0,00	1.845.065,07
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	246.071,85	0,00	246.071,85
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	102.529,94	0,00	102.529,94



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE			
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	61.517,97	0,00	61.517,97
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	253.880,58	0,00	253.880,58
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	105.783,58	0,00	105.783,58
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	63.470,15	0,00	63.470,15
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	108.604,95	0,00	108.604,95
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	9.050,40	0,00	9.050,40
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	27.151,23	0,00	27.151,23
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	36.201,67	0,00	36.201,67
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.No 87/96 - PROPRIO	31.992,84	0,00	31.992,84
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.No 87/96 - MDE	2.666,04	0,00	2.666,04
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.No 87/96 - ASPS	7.998,24	0,00	7.998,24
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.No 87/96 - FUNDEB	10.664,28	0,00	10.664,28
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	5.166.592,67	0,00	5.166.592,67
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	430.549,39	0,00	430.549,39
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	1.291.648,17	0,00	1.291.648,17
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	1.722.197,58	0,00	1.722.197,58
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	552.469,01	0,00	552.469,01
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	46.039,13	0,00	46.039,13
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	138.117,33	0,00	138.117,33
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	184.156,40	0,00	184.156,40
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	78.054,02	0,00	78.054,02
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	6.504,51	0,00	6.504,51
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	19.513,50	0,00	19.513,50
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	26.018,05	0,00	26.018,05
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	28.635,09	0,00	28.635,09
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	42,43	0,00	42,43
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	2.847,43	0,00	2.847,43
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	1.187,54	0,00	1.187,54
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	710,64	0,00	710,64
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	2.034,54	0,00	2.034,54
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	847,85	0,00	847,85
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	508,47	0,00	508,47
19119800000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	116,73	0,00	116,73
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO	1.700,96	0,00	1.700,96



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

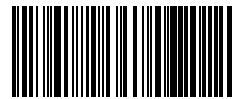
PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	EXERCICIO DO PODER DE POLICIA			
19119901010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.291,01	0,00	1.291,01
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	24.047,77	0,00	24.047,77
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	10.022,92	0,00	10.022,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	6.008,55	0,00	6.008,55
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.840,89	0,00	1.840,89
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	767,07	0,00	767,07
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	460,22	0,00	460,22
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	59,63	0,00	59,63
19139800000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	6.912,57	0,00	6.912,57
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	7.246,64	0,00	7.246,64
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	6.794,80	0,00	6.794,80
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	68.983,47	0,00	68.983,47
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	28.746,54	0,00	28.746,54
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	17.242,34	0,00	17.242,34
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	5.763,68	0,00	5.763,68
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	2.401,56	0,00	2.401,56
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	1.440,85	0,00	1.440,85
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	224,72	0,00	224,72
19319800000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.941,61	0,00	10.941,61
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	16.888,56	0,00	16.888,56
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	19.881,74	0,00	19.881,74
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-73.757,33	0,00	-73.757,33
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-30.736,37	0,00	-30.736,37
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-18.434,57	0,00	-18.434,57
91112043101010000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	-521,45	0,00	-521,45
91112043101020000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	-217,27	0,00	-217,27
91112043101030000000	Deducao - IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	-130,36	0,00	-130,36
91112043106010000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	-814,35	0,00	-814,35
91112043106020000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	-339,32	0,00	-339,32



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

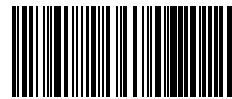
CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91112043106030000000	Deducao - IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	-203,59	0,00	-203,59
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-540,00	0,00	-540,00
91112080002000000000	Deducao - ITBI - MDE	-225,00	0,00	-225,00
91112080003000000000	Deducao - ITBI - ASPS	-135,00	0,00	-135,00
91130040000000000000	Deducao - CONTRIBUICAO DE MELHORIA PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	-5.372,40	0,00	-5.372,40
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-3,09	0,00	-3,09
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-1,29	0,00	-1,29
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,76	0,00	-0,76
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-5,31	0,00	-5,31
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-2,23	0,00	-2,23
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-1,32	0,00	-1,32
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-16,73	0,00	-16,73
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-6,95	0,00	-6,95
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-4,10	0,00	-4,10
91913130001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	-5,47	0,00	-5,47
91913130002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	-2,28	0,00	-2,28
91913130003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	-1,37	0,00	-1,37
91913350000000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	-0,33	0,00	-0,33
91913980000000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	-1,82	0,00	-1,82
91913990001010000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	-3,31	0,00	-3,31
91913990001020000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	-2,43	0,00	-2,43
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,73	0,00	-0,73
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,31	0,00	-0,31
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,11	0,00	-0,11
91931350000000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	-0,03	0,00	-0,03
91931990101010000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	-0,16	0,00	-0,16
91931990101020000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	-0,17	0,00	-0,17
TOTAL		23.819.838,61	0,00	23.819.838,61

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	2.065.172,71	0,00	2.065.172,71	1,0303	2.127.747,44



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Fevereiro	1.909.820,07	0,00	1.909.820,07	1,0258	1.959.093,43
Março	1.892.521,06	0,00	1.892.521,06	1,0252	1.940.212,59
Abril	2.140.838,00	0,00	2.140.838,00	1,0252	2.194.787,12
Maiο	2.093.412,22	0,00	2.093.412,22	1,0252	2.146.166,21
Junho	1.742.854,00	0,00	1.742.854,00	1,0252	1.786.773,92
Julho	2.090.472,54	0,00	2.090.472,54	1,0252	2.143.152,45
Agosto	1.806.879,84	0,00	1.806.879,84	1,0252	1.852.413,21
Setembro	1.671.867,33	0,00	1.671.867,33	1,0228	1.709.985,91
Outubro	2.011.265,78	0,00	2.011.265,78	1,0165	2.044.451,67
Novembro	1.775.923,99	0,00	1.775.923,99	1,0155	1.803.450,81
Dezembro	2.618.811,07	0,00	2.618.811,07	1,0074	2.638.190,27
TOTAL	23.819.838,61	0,00	23.819.838,61		24.346.425,02

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão

Justificativa: VALOR DE R\$ 121.875,00 LANÇADO NO VÍNCULO 1231 REFERENTE A CONVÊNIO FEDERAL A RECEBER DA UNIÃO CONFORME LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112330800120000. VALOR DE R\$ 153.481,35 LANÇADO NO VÍNCULO 4170 REFERENTE AO SAMU ESTADUAL, SENDO QUE O FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE TEM 15 PARCELAS ATRASADAS DESTE PROGRAMA, FOI LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112340199010000.

Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

Justificativa: VALOR DE R\$ 121.875,00 LANÇADO NO VÍNCULO 1231 REFERENTE A CONVÊNIO FEDERAL A RECEBER DA UNIÃO CONFORME LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112330800120000. VALOR DE R\$ 153.481,35 LANÇADO NO VÍNCULO 4170 REFERENTE AO SAMU ESTADUAL, SENDO QUE O FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE TEM 15 PARCELAS ATRASADAS DESTE PROGRAMA, FOI LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112340199010000.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	6.215.666,65	6.173.097,54
2º Bimestre	6.215.666,65	5.764.697,52
3º Bimestre	6.215.666,65	5.863.319,87
4º Bimestre	6.215.666,65	5.974.072,77
5º Bimestre	6.215.666,65	5.463.554,82
6º Bimestre	6.215.666,75	6.893.676,55
TOTAL	37.294.000,00	36.132.419,07

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	398.333,33	143.578,25
2º Bimestre	398.333,33	318.577,67
3º Bimestre	398.333,33	328.543,98
4º Bimestre	398.333,33	333.005,96
5º Bimestre	398.333,33	334.953,04
6º Bimestre	398.333,35	699.615,60
TOTAL	2.390.000,00	2.158.274,50

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	29.333,41	125.164,68
2º Bimestre	29.333,41	3.019,97
3º Bimestre	29.333,41	269.912,88



RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	29.333,41	247.877,10
5º Bimestre	29.333,41	51.892,65
6º Bimestre	29.332,95	36.294,05
TOTAL	176.000,00	734.161,33
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-726.666,66	-851.008,02
2º Bimestre	-726.666,66	-716.093,41
3º Bimestre	-726.666,66	-709.243,13
4º Bimestre	-726.666,66	-612.813,30
5º Bimestre	-726.666,66	-656.823,66
6º Bimestre	-726.666,70	-816.529,56
TOTAL	-4.360.000,00	-4.362.511,08
TOTAL DA RECEITA	35.500.000,00	34.662.343,82

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.054.243,51	0,00	2.054.243,51
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.054.243,51	0,00	2.054.243,51
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Miguel Angelo Gasparetto

CPF: 27583201004

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 49350218020

Nome: Odemar Paulo Raimondi

Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 06/03/2018

Término: 08/03/2018

Início: 28/05/2018

Término: 03/06/2018

Início: 27/07/2018

Término: 02/09/2018

Início: 04/11/2018

Término: 07/11/2018

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

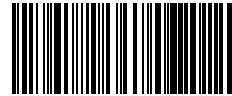
VALOR DE R\$ 121.875,00 LANÇADO NO VÍNCULO 1231 REFERENTE A CONVÊNIO FEDERAL A RECEBER DA UNIÃO CONFORME LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112330800120000. VALOR DE R\$ 153.481,35 LANÇADO NO VÍNCULO 4170 REFERENTE AO SAMU ESTADUAL, SENDO QUE O FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE TEM 15 PARCELAS ATRASADAS DESTES PROGRAMAS, FOI LANÇADO NO ATIVO NA CONTA 112340199010000.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 18.0.0.5

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



61801113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/01/2019 - 10:37:32

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

RONDA ALTA, 16 de Janeiro de 2019

ANDRE BONOLDI

Contabilista

MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Prefeito Municipal

Página

165

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça

39

Peça
1692803

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N0031254



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2018
PM DE RONDA ALTA
2º Semestre



61802113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.0.0.5
16/01/2019
10:37:32
Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE RONDA ALTA
CNPJ: 87711503000153
ORGÃO Nº: 56100
Cód. Barras do RVE Vinculado: 61801113636575852

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		30.011.919,60

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	12.648.227,06	42,14 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 87711503000153

Entidade: PM DE RONDA ALTA



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2018

PM DE RONDA ALTA

2º Semestre



61802113636575852

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.0.0.5

16/01/2019

10:37:32

Pág.: 2/3

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	0,00	1.802,60
1216	PAVIM ASFALTICA RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	0,00	24.375,00
1231	Construcao de Porticos nos Pontos de Acesso do Municipio	0,00	121.875,00
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC	153.481,35	0,00
SUBTOTAL		153.481,35	148.052,60
TOTAL			301.533,95

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00		0,00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00
------------------------------	------



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF
EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2018
PM DE RONDA ALTA
2º Semestre



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18.0.0.5
16/01/2019
10:37:32
Pág.: 3/3

RONDA ALTA, 16 de Janeiro de 2019 .

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

LOIRI JORGE LANZINI
Responsável pela Administração Financeira

MARCELO BANDEIRA CHAVES
Responsável pelo Controle Interno



61808113636575852

Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	30.472.626,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.692.992,77
CREDITOS A CURTO PRAZO	828.711,88
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.836,14
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	27.845.399,21
ESTOQUES	88.686,32
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	18.771.583,99
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.154.944,25
CREDITOS A LONGO PRAZO	1.154.944,25
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	17.611.473,74
INTANGIVEL	5.166,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	49.244.210,31

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	2.023.911,32
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.870.429,97
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	153.481,35
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	25.027.629,44
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	865.744,46
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	24.160.850,64
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	1.034,34
TOTAL DO PASSIVO	27.051.540,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	22.192.669,55
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.192.669,55
TOTAL	49.244.210,31

Página da
peça
1Peça
1692807DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N0031250



Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	29.538.391,98
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	29.538.391,98
ATIVO PERMANENTE	19.705.818,33
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	19.705.818,33
TOTAL	49.244.210,31

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	301.533,95
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	153.481,35
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	88.006,01
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	60.046,59
PASSIVO PERMANENTE	26.898.059,41
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	1.870.429,97
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	25.027.629,44
TOTAL	27.199.593,36
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	22.044.616,95

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	989.340,12
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	79.918,90
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	4.437,14
50	RPPS (instituido como FUNDO dentro da Administracao Direta)	27.845.399,21
1021	SALARIO EDUCACAO FEDERAL	19.257,87
1030	PNAE MERENDA ESCOLAR FEDERAL	6,32
1040	TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL	654,74



Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Código do Recurso	Descrição	Valor
1105	FUNDO CUSTEIO ILUMINACAO PUBLICA	6.305,51
1106	C I D E	2.681,23
1114	BOLSA FAMILIA	14.781,15
1173	PROG ATENCAO INT FAMILIA - PAIF	7.196,16
1186	IGD SUAS	8.008,99
1200	PISO BASICO VARIABEL -SCFV	7.688,49
1201	INCENTIVO AGROINDUSTRIA CONS POPULAR	-2.285,71
1203	CONV MIN INTEGRACAO NAC.REC.INFRAESTRUTURA	65,96
1205	MANUTENCAO ACESSUAS TRABALHO	44.873,11
1208	MIN ESP CONSTRUCAO QUADRA S CRISTOVAO	-8.392,70
1209	FECHAMENTO QUADRA BAIRRO IPIRANGA	10.696,43
1215	MIN CIDADES RECAP. ASFALTO R MIGUEL BEUX	9.711,74
1216	PAVIM ASFALTICA RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	8.083,21
1220	PBC ESCOLA - MDS	984,75
1225	Brinquedos Pro Infancia -Rec. Par FNDE	9.111,67
1226	PAVIM ASFALTICA RUA RIACHUELO	6.734,66
1231	Construcao de Porticos nos Pontos de Acesso do Municipio	-112.918,47
1239	FNAS CRIANCA FELIZ	14.571,58
1240	AQUISICAO BRITADOR	4.288,45
1247	FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	19.119,13
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap	60.196,78
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / FraId	3.878,03
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena	113.028,32
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor	34,19
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC	-148.124,04
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais	4.477,13
4292	Aquisicao de Veiculos	270.947,33
4501	ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	26.596,32
4503	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	47.586,43
4504	GESTAO DO SUS	11.000,00
4505	INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE	255.150,54
4510	PAB Fixo / Telessaude / Acolhimento Infante Juvenil	-398.232,64
Total		29.236.858,03



Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a.1 Quadro Principal - Prefeitura

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	2.627.227,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.692.992,77
CREDITOS A CURTO PRAZO	828.711,88
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.836,14
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	88.686,32
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	18.771.583,99
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.154.944,25
CREDITOS A LONGO PRAZO	1.154.944,25
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	17.611.473,74
INTANGIVEL	5.166,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	21.398.811,10

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	2.023.911,32
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.870.429,97
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	153.481,35
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	866.778,80
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	865.744,46
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	1.034,34
TOTAL DO PASSIVO	2.890.690,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	18.508.120,98
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.508.120,98
TOTAL	21.398.811,10



61808113636575852

Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

b.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Prefeitura

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	1.692.992,77
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	1.692.992,77
ATIVO PERMANENTE	19.705.818,33
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	19.705.818,33
TOTAL	21.398.811,10

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	301.533,95
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	153.481,35
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	88.006,01
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	60.046,59
PASSIVO PERMANENTE	2.737.208,77
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	1.870.429,97
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	866.778,80
TOTAL	3.038.742,72
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	18.360.068,38

c.1 Quadro das Contas de Compensações - Prefeitura

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d.1 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - Prefeitura

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	989.340,12
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	79.918,90
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	4.437,14
1021	SALARIO EDUCACAO FEDERAL	19.257,87
1030	PNAE MERENDA ESCOLAR FEDERAL	6,32
1040	TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL	654,74
1105	FUNDO CUSTEIO ILUMINACAO PUBLICA	6.305,51



61808113636575852

Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

Código do Recurso	Descrição	Valor
1106	C I D E	2.681,23
1114	BOLSA FAMILIA	14.781,15
1173	PROG ATENCAO INT FAMILIA - PAIF	7.196,16
1186	IGD SUAS	8.008,99
1200	PISO BASICO VARIABEL -SCFV	7.688,49
1201	INCENTIVO AGROINDUSTRIA CONS POPULAR	-2.285,71
1203	CONV MIN INTEGRACAO NAC.REC.INFRAESTRUTURA	65,96
1205	MANUTENCAO ACESSUAS TRABALHO	44.873,11
1208	MIN ESP CONSTRUCAO QUADRA S CRISTOVAO	-8.392,70
1209	FECHAMENTO QUADRA BAIRRO IPIRANGA	10.696,43
1215	MIN CIDADES RECAP. ASFALTO R MIGUEL BEUX	9.711,74
1216	PAVIM ASFALTICA RUA HUGO LEONARDI E ANGELO ARGENTA	8.083,21
1220	PBC ESCOLA - MDS	984,75
1225	Brinquedos Pro Infancia -Rec. Par FNDE	9.111,67
1226	PAVIM ASFALTICA RUA RIACHUELO	6.734,66
1231	Construcao de Porticos nos Pontos de Acesso do Municipio	-112.918,47
1239	FNAS CRIANCA FELIZ	14.571,58
1240	AQUISICAO BRITADOR	4.288,45
1247	FNDE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	19.119,13
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap	60.196,78
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald	3.878,03
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena	113.028,32
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor	34,19
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC	-148.124,04
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais	4.477,13
4292	Aquisicao de Veiculos	270.947,33
4501	ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	26.596,32
4503	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	47.586,43
4504	GESTAO DO SUS	11.000,00
4505	INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE	255.150,54
4510	PAB Fixo / Telessaude / Acolhimento Infanto Juvenil	-398.232,64
Total		1.391.458,82



Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

a.2 Quadro Principal - RPPS

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	27.845.399,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00
CREDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	27.845.399,21
ESTOQUES	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	0,00
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	27.845.399,21

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	24.160.850,64
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	24.160.850,64
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	24.160.850,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	3.684.548,57
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.684.548,57
TOTAL	27.845.399,21

Página da
peça
7Peça
1692807DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N0031250



61808113636575852

Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

b.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - RPPS

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	27.845.399,21
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	27.845.399,21
ATIVO PERMANENTE	0,00
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	0,00
TOTAL	27.845.399,21

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	24.160.850,64
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	24.160.850,64
TOTAL	24.160.850,64
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	3.684.548,57

c.2 Quadro das Contas de Compensações - RPPS

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d.2 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - RPPS

Código do Recurso	Descrição	Valor
50	RPPS (instituido como FUNDO dentro da Administracao Direta)	27.845.399,21
Total		27.845.399,21



61808113636575852

16 / 01 / 2019 - 10 : 37 : 32

Balanço Patrimonial

PM DE RONDA ALTA

ORGÃO Nº: 56100

CNPJ: 87711503000153

01/01/2018 a 31/12/2018

e. Notas Explicativas

NÃO TIVERAM FATOS RELEVANTES PARA SEREM EXPRESSOS EM NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE AO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2018.

Processo
01519-0200/18-7

RONDA ALTA , 16 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Miguel Angelo Gasparetto - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ANDRE BONOLDI
ContabilistaMIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito MunicipalPágina da
peça
9Peça
1692807DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N0031250



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PODER EXECUTIVO SOBRE A GESTÃO MUNICIPAL 2018

Art 58 LC 101

Conforme prevê o art. 113 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2018, no que se refere à administração direta.

Destaca-se que seguem nesta prestação os seguintes documentos:

- Relatório circunstanciado do Prefeito sobre a sua gestão, quanto às metas atingidas, conforme consta na Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, bem como informações físico-financeiras sobre recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE/Fundeb e em Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Relatório ou parecer do responsável pelo Sistema de Controle Interno, de modo a evidenciar a consistência dos sistemas de controle interno atinente à administração do executivo municipal;
- Declaração sobre o encaminhamento das leis que compõem o processo orçamentário pelo sistema BLM;
- Declaração firmada pelo prefeito de que os agentes públicos que desempenharam atividades no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos da Resolução nº 833/2008. (alínea acrescentada pela Resolução nº 861/2009);
- Declaração firmada pelo Contador, ratificada pelo Prefeito, informando da realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados;
- Parecer do Conselho Previdenciário sobre a Gestão Financeira do Fundo de Previdência.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A demonstração dos efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o patrimônio, por serem fartamente abordadas nos demonstrativos orçamentários e contábeis, anexos na presente prestação de contas, deixa de ser reproduzida.

Praça Mose Missio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900

www.rondaalta.rs.gov.br



1.1 – Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2018.

2 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL

O cumprimento dos programas de governo e suas ações alcançaram em 2018 a execução orçamentária conforme demonstrada nos anexos presentes a este processo, ressaltando que somente foram introduzidas alterações quando o Município foi contemplado com recursos do Orçamento Geral da União. Ademais foram cumpridas as metas fiscais de manutenção administrativa resguardando o resultado primário do exercício.

3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1 – Recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise foi investido R\$ 7.480.705,02 na MDE e FUNDEB, o que corresponde a 30,44% da receita resultante de impostos e transferências.

A valorização do magistério por contas dos recursos transferidos pelo FUNDEB alcançou o valor de R\$ 2.686.788,59, equivalente a 99,54%.

3.2 – Recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde – ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária apresentou gastos nas ASPS com recursos próprios no valor de R\$ 3.698.667,40, alcançando um percentual de 15,05% da receita de impostos e transferências, onde o mínimo aplicável era de 15%.

4 – DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

A receita orçamentária teve o seguinte desempenho em 2018:

Receita	Previsão	Execução	Diferença
---------	----------	----------	-----------

Praça Mose Missio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900

www.rondaalta.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RONDA ALTA

RECEITAS CORRENTES	37.294.000,00	36.132.419,07	-1.161.580,93
Receita tributária	3.615.000,00	3.437.333,07	-177.666,93
Receita de contribuições	1.089.000,00	851.849,40	-237.150,60
Receita patrimonial	2.853.000,00	1.922.633,56	-930.366,44
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	90.000,00	70.933,27	-19.066,73
Transferências correntes	29.436.000,00	29.621.794,89	185.794,89
Outras receitas correntes	211.000,00	227.874,88	16.874,88
RECEITAS DE CAPITAL	176.000,00	734.161,33	558.161,33
Alienação de bens	150.000,00	97.550,00	-52.450,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	17.000,00	619.635,28	602.635,28
Outras receitas de capital	9.000,00	16.976,05	7.976,05
RECEITAS INTRA- ORÇAMENTÁRIAS	2.390.000,00	2.158.274,50	-231.725,50
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.360.000,00	-4.362.511,08	-2.511,08
TOTAL	35.500.000,00	34.662.343,82	-837.656,18

Podemos observar que o total da receita arrecadada em 2018 foi menor que a previsão neste período, isto se deve pelo fato das Receitas Patrimoniais terem sido arrecadadas em valores menores a previsão, pois os rendimentos das aplicações financeiras do RPPS foram menores que a previsão devido a oscilação do mercado financeiro no decorrer do exercício de 2018. São esses os fatores que fizeram com que a receita não atingisse a previsão.

Quanto ao combate à sonegação, o Município tem a expectativa de pactuar trabalhos conjuntos que são mais eficientes do que atitudes isoladas do Município.

5 – OUTROS FATOS RELEVANTES

Os programas desenvolvidos durante o exercício tiveram amparo no PPA, tiveram inclusão na LDO e condições orçamentárias para serem executados.

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessária como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Ronda Alta, 16 de janeiro de 2019.

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Praça Mose Missio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900

www.rondaalta.rs.gov.br

**RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO
SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2018**

PARECER SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município Ronda Alta, apresentamos o **Relatório e Parecer sobre as Contas de Governo do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2018**, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1.028, de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação dada pela alínea *b* do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.099/2018, de 22 de novembro de 2018.

Destaca-se, inicialmente que o órgão de Controle Interno do Município está regulamentado pela Lei Municipal nº 1.710/2013, tendo sido designados seu responsável pela Portaria nº 207/2016.

No decorrer do exercício em análise, a Unidade Central de Controle Interno de Controle Interno desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Sistema atuou através da sistemática de informar, auditar e fazer recomendações administrativas por meio de relatórios, visando sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas, e também na implantação de normas de procedimentos. **A síntese dos trabalhos realizados pela Unidade de Controle Interno no exercício 2018 consta em anexo a este Relatório.**

A Unidade de Controle Interno, após análise da documentação das Contas do Prefeito Municipal, relativas ao exercício de 2018, resolve emitir o seguinte parecer, como segue.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

O Município não realizou Operação de Crédito no exercício econômico e financeiro de 2018.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2018.

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018 revela que o total de empenhos a pagar é de R\$ 301.533, sendo R\$ 153.481,35 de empenhos processados e R\$ 148.052,60 de empenhos não processados. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2018 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2018 (R\$)

RECURSO	SALDO DISPONÍVEL	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO LÍQUIDO
1 – Livre	530.835,31	0,00	1802,60	529.032,71
1216 – PAV. ASF. RUA HUGO LEONARDI e ANGELO ARGENTA	32.458,21	0,00	24.375,00	8.083,21
1231 – Construção de Pórticos	130.831,53	0,00	121.875,00	8.956,53
4170 – SAMU/UPA URGÊNCIAS – REMOÇÃO PAC	158.838,66	153.481,35	0,00	5.357,31

Observa-se que todos os restos a pagar apresentam suficiência financeira, garantindo o pagamento da dívida em 31.12.2018. Em relação aos recursos 1231 e 4170 foram realizados ajustes no valor das disponibilidades em razão da existência de créditos a receber, devidamente contabilizados no ativo circulante.

DESPESA COM PESSOAL

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (RCL)	30.011.919,60	% S/ RCL
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	12.648.227,06	42,14%
Limite de alerta - art. 59, § 1º, II, da LRF	14.585.792,93	48,60%
Limite prudencial - art. 22, § único, da LRF	15.396.114,75	51,30%
Limite legal cfe. art. 20, III, “b”, da LRF	16.206.436,58	54,00%

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal no exercício de 2018, ficou abaixo do limite de alerta conforme inciso II do § 1º do art.59 da Lei Complementar nº 101/2000, considerando a metodologia definida pela TCE/RS.

DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2018 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	30.011.919,60
(=) Dívida Consolidada Líquida	0,00 = 0,00% s/RCL
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	32.412.873,17 = 108%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	36.014.303,52 = 120%

ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício econômico e financeiro de 2018 houve receita decorrente da alienação de bens integrantes do Ativo Permanente no valor de R\$ 97.550,00, os quais foram registrados na fonte específica, código 1029, sendo que sua aplicação respeitou a legislação vigente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2018, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos especiais:

Despesa Fixada		34.600.000,00
Créditos Suplementares	8.370.599,00	
(-) Reduções	(7.341.299,00)	
Créditos Especiais	4.234.338,07	
Subtotal		5.263.638,07
Total da Despesa Autorizada		39.863.638,07

Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no artigo 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2018.

INVENTÁRIO

Os bens móveis do Município foram levantados e reavaliados no exercício econômico e financeiro de 2018 e os saldos dos bens no controle patrimonial guardam conformidade com os saldos contábeis.

Há controle informatizado dos almoxarifados com registros de entrada e saída, sendo que seu saldo reflete a existência física dos materiais e o movimento do estoque é lançado na contabilidade.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo Anterior do ativo disponível (Caixa e Bancos)	25.934.020,17
(+) Receita Orçamentária Realizada	34.662.343,82
(+) Receita Extra Orçamentária	3.738.297,94
(+) Transferências Financeiras Recebidas	379.000,00
(-) Despesa Orçamentária realizada (Empenhada)	30.124.387,64
(-) Despesa Extra Orçamentária	4.149.354,69
(-) Transferências Financeiras Concedidas	901.527,62
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/18 (Caixa e Bancos)	29.538.391,98

Fonte: Anexo 13 – Lei 4320/64

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, conjugados com a movimentação da Receita, Variações e Despesa Orçamentária.

(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	39.324.332,92
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	39.537.729,96
(=) Superávit ou Déficit Patrimonial do Período de 2018	-213.397,04

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo foi verificado mediante a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.

Ativo Circulante	30.472.626,32
Ativo Não Circulante	18.771.583,99
TOTAL ATIVO	49.244.210,31
Passivo Circulante	2.023.911,32
Passivo Não Circulante	25.027.629,44
Patrimônio Líquido	22.192.669,55
TOTAL PASSIVO + PL	49.244.210,31

Saldo patrimonial do exercício anterior (31/12/2017)	22.406.066,59
(-) Resultado cfe. Demonstração das Variações Patrimoniais (déficit)	(213.397,04)
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
(=) Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2018)	22.192.669,55

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.

PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária, com o detalhamento do Orçamento, Créditos Adicionais, análise da Receita e Despesa, confronto entre os valores realizados através da Receita e os dispêndios realizados através da Despesa pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, da Dívida Pública, com o detalhamento da Dívida Fundada, da Demonstração das Variações Patrimoniais, com detalhamento das Variações e a apuração do Resultado do Exercício, foram devidamente analisados através do Relatório apresentado pelo Chefe do Executivo Municipal, o qual é parte integrante do Balanço Geral do Exercício econômico e financeiro em análise.

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as principais metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2018, foram adequadamente cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado sem fins lucrativos, nota-se que o Município concedeu auxílios e subvenções sociais, mediante convênio com diversas Entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

A análise da movimentação financeira e orçamentária relativa ao período em análise foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade,

incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. A consistência dos dados apresentados está de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2018.

Em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial de responsabilidade do Administrador Municipal no exercício de 2018.

Ante o exposto, emitimos parecer favorável à aprovação das referidas contas.

É o relatório e parecer.

Município de Ronda Alta - RS, 22 janeiro de 2019.

Marcelo Bandeira Chaves
Presidente da UCCI



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RONDA ALTA

DECLARAÇÃO

MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de Ronda Alta/RS, DECLARA para fins de Prestação de contas de sua Gestão que as Leis que compõem o processo orçamentário do município, foram encaminhadas à este Tribunal de Contas pelo sistema BLM.

Pontão, 16 de janeiro de 2019.

MIGUEL ANGELO GASPARETTO

Prefeito Municipal

Praça Mose Mísio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900

www.rondaalta.rs.gov.br



DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento da Resolução TCE/RS nº 1099, de 2018, que os agentes públicos estão em dia com a entrega da declaração de bens e rendas, sendo que anualmente apresentam junto ao departamento de pessoal cópia da declaração de Imposto de Renda junto a Receita Federal e Declaração de Propriedade de Bens e Rendas.

Sendo a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Ronda Alta, 16 de janeiro de 2019.

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Praça Mose Míssio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900
www.rondaalta.rs.gov.br



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento ao art. 113 do Regimento Interno do TCE/RS e a quem possa interessar que o serviço de contabilidade do Município de Ronda Alta executa mensalmente a revisão e conciliação das contas bancárias do Município, registrando qualquer fato passível de tal procedimento, conforme preceitua as normas contábeis pertinentes.

Ronda Alta, 16 de janeiro de 2019.

ANDRÉ BONOLDI
Técnico em Contabilidade

MIGUEL ANGELO GASPARETTO
Prefeito Municipal

Praça Mose Míssio, s/nº - CEP: 99.670-000 - Fone:(54)3364-5900
www.rondaalta.rs.gov.br

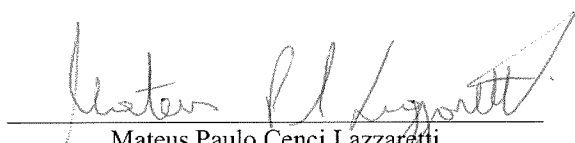
PARECER DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA
DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2018

No exercício financeiro de 2018 os trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Previdência Social do Município de Ronda Alta foram conduzidos de acordo com o planejamento inicial para este ano, atingindo as seguintes atividades: Reuniões para acompanhamento da evolução financeira do Fundo de Previdência; Acompanhamento da execução da Política de Investimentos; Fiscalização do repasse dos servidores e contribuição patronal do Município para o Fundo; Acompanhamento da aplicação do percentual definido para recuperação do passivo atuarial.

Os Conselheiros Previdenciários do Município de Ronda Alta emitem parecer favorável a aprovação das contas do Fundo Previdenciário referente ao exercício de 2018.

Atenciosamente.

Ronda Alta, 16 de janeiro de 2019


Mateus Paulo Cenci Lazzaretti
Presidente do Conselho do Fundo do RPPS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801113636575852), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Atenção Básica	40	3.700.197,63
Rendimentos de Aplicações Financeiras		
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	1.530,23
Contas da Receitas		
Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17280121040000000000	214.637,57
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	17280131010000000000	84.078,50
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	17280131020000000000	7.006,56
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	17280131030000000000	21.019,66
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	17280131040000000000	28.026,24
Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	91118011101000000000	-77.829,10
Deducao - IPTU - Principal - MDE	91118011102000000000	-32.432,69
Deducao - IPTU - Principal - ASPS	91118011103000000000	-19.452,63
Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	91118011301000000000	-0,95
Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	91118011302000000000	-0,40
Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	91118011303000000000	-0,24
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	91118011401000000000	-3.419,55
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	91118011402000000000	-1.424,92
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	91118011403000000000	-854,76
Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	91118014101000000000	-5.476,64
Deducao - ITBI - Principal - MDE	91118014102000000000	-2.281,93
Deducao - ITBI - Principal - ASPS	91118014103000000000	-1.369,16
Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	91118023101000000000	-8.067,20
Deducao - ISS - Principal - MDE	91118023102000000000	-1.627,78
Deducao - ISS - Principal - ASPS	91118023103000000000	-976,67
Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	91118023201000000000	-3,68
Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	91118023202000000000	-1,53
Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	91118023203000000000	-0,91
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	91118023401000000000	-6.557,85
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	91118023402000000000	-2.732,46
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros -	91118023403000000000	-1.639,51

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
ASPS		
ITR - Municípios Conveniados - Principal - PRÓPRIO	11120111010000000000	130.271,80
ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	11120111020000000000	10.855,98
ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	11120111030000000000	32.567,95
ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	11120111040000000000	43.423,97
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100000000	288.993,02
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200000000	120.414,37
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	11130311010300000000	72.247,71
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	11130311020100000000	17.338,56
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	11130311020200000000	7.224,42
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	11130311020300000000	4.334,65
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11130311030100000000	9.118,77
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	11130311030200000000	3.799,50
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	11130311030300000000	2.279,70
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	11130341010100000000	16.215,74
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	11130341010200000000	6.756,75
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	11130341010300000000	4.053,87
IPTU - Principal - PRÓPRIO	11180111010000000000	428.265,38
IPTU - Principal - MDE	11180111020000000000	178.449,47
IPTU - Principal - ASPS	11180111030000000000	107.060,68
IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	11180112010000000000	4.377,45
IPTU - Multas e Juros - MDE	11180112020000000000	1.825,56
IPTU - Multas e Juros - ASPS	11180112030000000000	1.093,01
IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11180113010000000000	82.987,79
IPTU - Dívida Ativa - MDE	11180113020000000000	34.582,26
IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11180113030000000000	20.742,99

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11180114010000000000	33.631,14
IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	11180114020000000000	14.017,04
IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	11180114030000000000	8.404,30
ITBI - Principal - PROPRIO	11180141010000000000	416.473,16
ITBI - Principal - MDE	11180141020000000000	173.530,62
ITBI - Principal - ASPS	11180141030000000000	104.118,19
ISS - Principal - PROPRIO	11180231010000000000	417.268,89
ISS - Principal - MDE	11180231020000000000	173.865,03
ISS - Principal - ASPS	11180231030000000000	104.314,52
ISS - Multas e Juros - PROPRIO	11180232010000000000	2.396,08
ISS - Multas e Juros - MDE	11180232020000000000	998,95
ISS - Multas e Juros - ASPS	11180232030000000000	597,94
ISS - Divida Ativa - PROPRIO	11180233010000000000	22.216,50
ISS - Divida Ativa - MDE	11180233020000000000	9.257,14
ISS - Divida Ativa - ASPS	11180233030000000000	5.554,09
ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	11180234010000000000	14.825,91
ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	11180234020000000000	6.177,58
ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	11180234030000000000	3.706,42
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17180121010000000000	5.930.686,71
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	17180121020000000000	494.223,91
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	17180121030000000000	1.482.671,69
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17180121040000000000	1.976.895,55
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	17180131010000000000	263.404,85
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	17180131020000000000	109.752,03
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	17180131030000000000	65.851,22
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	17180141010000000000	256.991,63
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	17180141020000000000	107.079,85
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	17180141030000000000	64.247,91
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	17180611010000000000	32.008,10
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	17180611020000000000	2.667,37
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	17180611030000000000	8.002,01

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: RONDA ALTA**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2018**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	17180611040000000000	10.669,37
Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17280111010000000000	5.750.003,18
Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	17280111020000000000	479.166,95
Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	17280111030000000000	1.437.500,83
Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17280111040000000000	1.916.667,80
Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17280121010000000000	643.911,68
Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17280121020000000000	53.659,36
Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	17280121030000000000	160.978,02
TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS		3.698.667,40
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		24.576.292,84
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS		15,05

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- FECHADO PARA FINS DE CERTIDÃO.

SICM/SAG, em 25/03/2019

MARCELO HUSEK DE FREITAS

Auditor Público Externo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Fl.

Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: RONDA ALTA**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2018**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB

Os índices de aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801113636575852), foram:

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas das Receitas		
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	17280131040000000000	28.026,24
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	17280131020000000000	7.006,56
ITR - Municípios Conveniados - Principal - PROPRIO	11120111010000000000	130.271,80
ITR - Municípios Conveniados - Principal - MDE	11120111020000000000	10.855,98
ITR - Municípios Conveniados - Principal - ASPS	11120111030000000000	32.567,95
ITR - Municípios Conveniados - Principal - FUNDEB	11120111040000000000	43.423,97
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17180121010000000000	5.930.686,71
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	17180121020000000000	494.223,91
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	17180121030000000000	1.482.671,69
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17180121040000000000	1.976.895,55
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	17180611010000000000	32.008,10
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	17180611020000000000	2.667,37
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	17180611030000000000	8.002,01
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	17180611040000000000	10.669,37
Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17280111010000000000	5.750.003,18
Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	17280111020000000000	479.166,95
Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	17280111030000000000	1.437.500,83
Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17280111040000000000	1.916.667,80
Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17280121010000000000	643.911,68
Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17280121020000000000	53.659,36
Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	17280121030000000000	160.978,02
Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17280121040000000000	214.637,57
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	17280131010000000000	84.078,50
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	17280131030000000000	21.019,66

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Fl.
Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas das Receitas		
TOTAL DA RECEITA		20.951.600,76
Despesas por Recursos Vinculados		
Ensino Fundamental	31	2.699.193,34
(+) Perda com o FUNDEB	0	1.493.414,05
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2	2.286,89
(% Aplicação = 20)	TOTAL DA DESPESA	4.190.320,50
Base de Cálculo para Aplicação dos 60%		
Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	13210011010200000000	2.286,89
Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	17580111000000000000	2.696.906,45
(Aplicação 60% = 1.619.516,00)	TOTAL DA RECEITA	2.699.193,34
Aplicação Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério Efetivo Exercício		
Ensino Fundamental	31	2.686.788,59
(% Aplicação = 99,54)	TOTAL DA RECEITA	2.686.788,59
Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior		
Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	1	4.952,69
(Limite Aplicação 5% = 247,63)	TOTAL DA RECEITA	4.952,69
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB		4.190.320,50
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (base de cálculo)		20.951.600,76
ÍNDICE DE APLICAÇÃO FUNDEB		20,00
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB destinada ao pagamento dos profissionais do magistério		2.686.788,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA (base de cálculo)		2.699.193,34
ÍNDICE DE APLICAÇÃO		99,54

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- FECHADO PARA FINS DE CERTIDAO.

SICM/SAG, em 25/03/2019

MARCELO HUSEK DE FREITAS
Auditor Público Externo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801113636575852), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Ensino Fundamental	20	2.633.802,58
Educação Especial	20	121.553,04
Educação Infantil	20	535.158,85
Ensino Fundamental	31	2.699.193,34
(+) Perda com o FUNDEB	0	1.493.414,05
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	2.416,84
Contas da Receitas		
Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17280121040000000000	214.637,57
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	17280131010000000000	84.078,50
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	17280131020000000000	7.006,56
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	17280131030000000000	21.019,66
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	17280131040000000000	28.026,24
Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	91118011101000000000	-77.829,10
Deducao - IPTU - Principal - MDE	91118011102000000000	-32.432,69
Deducao - IPTU - Principal - ASPS	91118011103000000000	-19.452,63
Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	91118011301000000000	-0,95
Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	91118011302000000000	-0,40
Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	91118011303000000000	-0,24
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	91118011401000000000	-3.419,55
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	91118011402000000000	-1.424,92
Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	91118011403000000000	-854,76
Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	91118014101000000000	-5.476,64
Deducao - ITBI - Principal - MDE	91118014102000000000	-2.281,93
Deducao - ITBI - Principal - ASPS	91118014103000000000	-1.369,16
Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	91118023101000000000	-8.067,20
Deducao - ISS - Principal - MDE	91118023102000000000	-1.627,78
Deducao - ISS - Principal - ASPS	91118023103000000000	-976,67
Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	91118023201000000000	-3,68
Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	91118023202000000000	-1,53
Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	91118023203000000000	-0,91
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros -	91118023401000000000	-6.557,85

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
PROPRIO		
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	91118023402000000000	-2.732,46
Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	91118023403000000000	-1.639,51
ITR - Municipios Conveniados - Principal - PROPRIO	11120111010000000000	130.271,80
ITR - Municipios Conveniados - Principal - MDE	11120111020000000000	10.855,98
ITR - Municipios Conveniados - Principal - ASPS	11120111030000000000	32.567,95
ITR - Municipios Conveniados - Principal - FUNDEB	11120111040000000000	43.423,97
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	11130311010100000000	288.993,02
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200000000	120.414,37
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300000000	72.247,71
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	11130311020100000000	17.338,56
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	11130311020200000000	7.224,42
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	11130311020300000000	4.334,65
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	11130311030100000000	9.118,77
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	11130311030200000000	3.799,50
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	11130311030300000000	2.279,70
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	11130341010100000000	16.215,74
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	11130341010200000000	6.756,75
IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	11130341010300000000	4.053,87
IPTU - Principal - PROPRIO	11180111010000000000	428.265,38
IPTU - Principal - MDE	11180111020000000000	178.449,47

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
IPTU - Principal - ASPS	11180111030000000000	107.060,68
IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	11180112010000000000	4.377,45
IPTU - Multas e Juros - MDE	11180112020000000000	1.825,56
IPTU - Multas e Juros - ASPS	11180112030000000000	1.093,01
IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11180113010000000000	82.987,79
IPTU - Dívida Ativa - MDE	11180113020000000000	34.582,26
IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11180113030000000000	20.742,99
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11180114010000000000	33.631,14
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	11180114020000000000	14.017,04
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	11180114030000000000	8.404,30
ITBI - Principal - PRÓPRIO	11180141010000000000	416.473,16
ITBI - Principal - MDE	11180141020000000000	173.530,62
ITBI - Principal - ASPS	11180141030000000000	104.118,19
ISS - Principal - PRÓPRIO	11180231010000000000	417.268,89
ISS - Principal - MDE	11180231020000000000	173.865,03
ISS - Principal - ASPS	11180231030000000000	104.314,52
ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	11180232010000000000	2.396,08
ISS - Multas e Juros - MDE	11180232020000000000	998,95
ISS - Multas e Juros - ASPS	11180232030000000000	597,94
ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11180233010000000000	22.216,50
ISS - Dívida Ativa - MDE	11180233020000000000	9.257,14
ISS - Dívida Ativa - ASPS	11180233030000000000	5.554,09
ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11180234010000000000	14.825,91
ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	11180234020000000000	6.177,58
ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	11180234030000000000	3.706,42
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	17180121010000000000	5.930.686,71
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	17180121020000000000	494.223,91
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	17180121030000000000	1.482.671,69
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17180121040000000000	1.976.895,55
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	17180131010000000000	263.404,85
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	17180131020000000000	109.752,03
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	17180131030000000000	65.851,22
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	17180141010000000000	256.991,63
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	17180141020000000000	107.079,85
Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	17180141030000000000	64.247,91

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: RONDA ALTA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
julho - Principal - ASPS		
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - PROPRIO	17180611010000000000	32.008,10
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - MDE	17180611020000000000	2.667,37
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - ASPS	17180611030000000000	8.002,01
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneracao - L.C. No 87/96 - Principal - FUNDEB	17180611040000000000	10.669,37
Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17280111010000000000	5.750.003,18
Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	17280111020000000000	479.166,95
Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	17280111030000000000	1.437.500,83
Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17280111040000000000	1.916.667,80
Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17280121010000000000	643.911,68
Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17280121020000000000	53.659,36
Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	17280121030000000000	160.978,02
TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE		7.480.705,02
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		24.576.292,84
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE		30,44

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- FECHADO PARA FINS DE CERTIDÃO.

SICM/SAG, em 25/03/2019

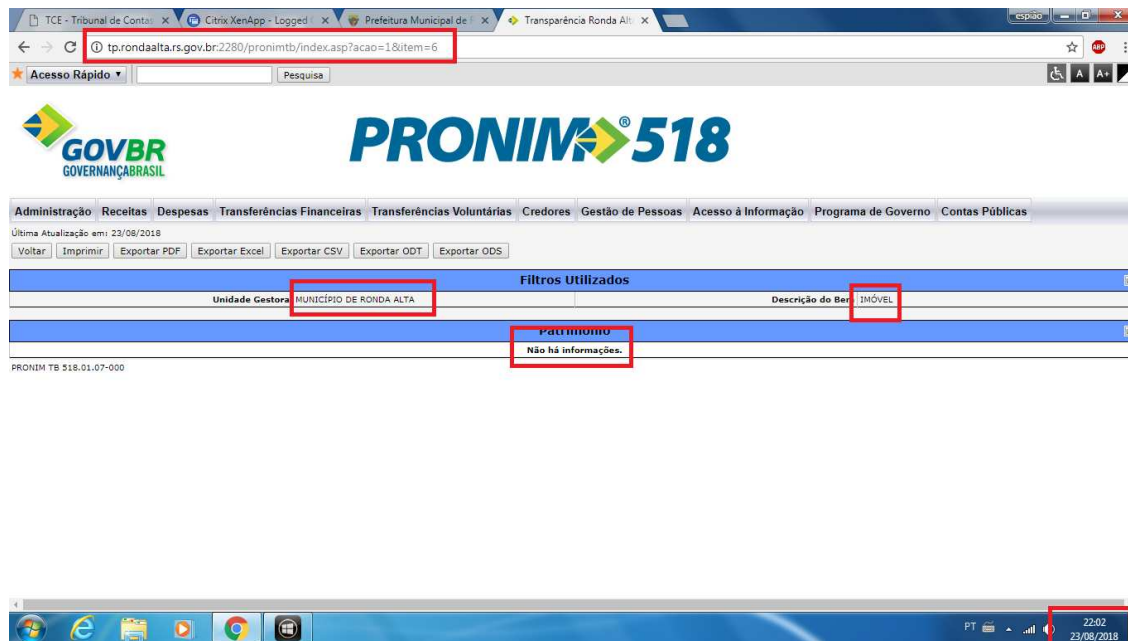
MARCELO HUSEK DE FREITAS

Auditor Público Externo.

Item: 11) Administração do patrimônio público - Imóveis(Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011);
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011);

Justificativa: Não foi localizado no site a lista dos imóveis da prefeitura.

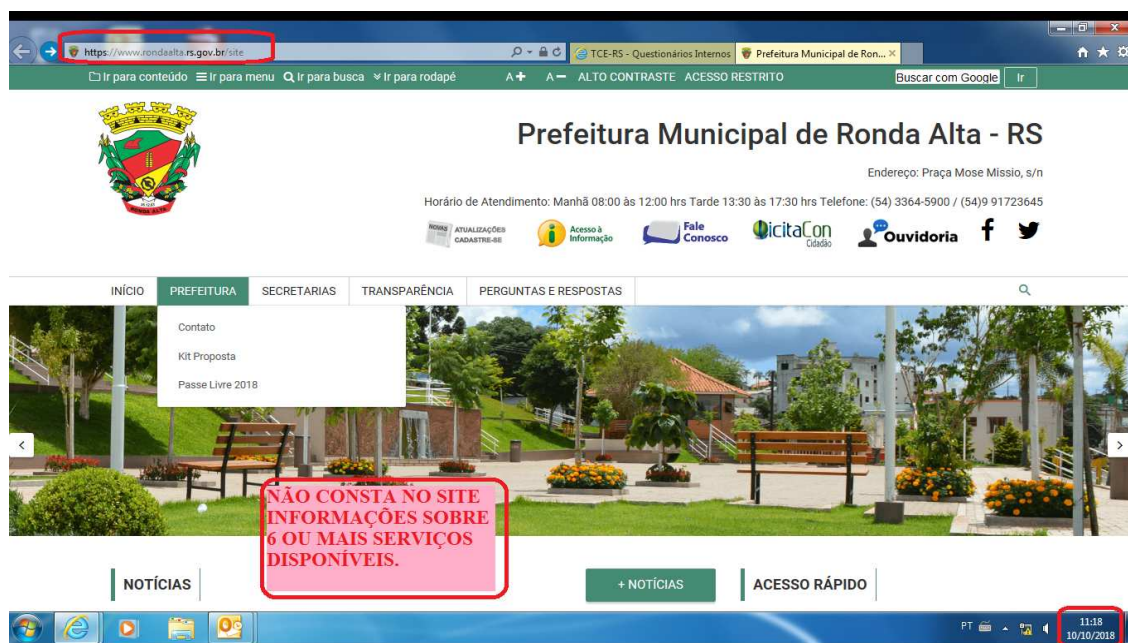


acesso em 23/08/2018 22:02

Item: 20) Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo(Artigo 7º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: Disponibilização superior a 6 serviços e atividades

Justificativa: NÃO CONSTA NO SITE INFORMAÇÕES SOBRE 6 OU MAIS SERVIÇOS DISPONÍVEIS.



ACESSO EM 10/10/2018.

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Debito	Saldo Atual Credito	Saldo Final
21881010101000000000	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	0,00	0,00
21881010201000000000	INSS FOLHA DE PAGAMENTOS	0,00	0,00	0,00
21881010202000000000	INSS AUTONOMOS E EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
21881010300000000000	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00
21881010401000000000	RETENCAO IRRF S/RENDIMENTO TRABALHO SERVIDORES ATIVOS	0,00	0,00	0,00
21881010402010000000	IRRF EXECUTIVO AUTONOMOS E EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
21881010402020000000	IRRF EXECUTIVO FOLHA DE PAGAMENTOS	0,00	0,00	0,00
21881010403010000000	IRRF A REPASSAR - AUTONOMOS EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
21881010403020000000	IRRF A REPASSAR - FOLHA DE PAGAMENTOS	0,00	0,00	0,00
21881010490000000000	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	0,00	0,00
21881010501000000000	INDENIZACOES E RETITUICOES PREFEITURA	0,00	0,00	0,00
21881010590000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
21881010600000000000	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS	0,00	0,00	0,00
21881010700000000000	ICMS	0,00	0,00	0,00
21881010801000000000	ISS EXECUTIVO - RETENCAO AR	0,00	0,00	0,00
21881010890000000000	ISS - EXECUTIVO RETENCOES CP	0,00	0,00	0,00
21881010901000000000	TAXAS DE PODER DE POLICIA	0,00	0,00	0,00
21881011000000000000	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	0,00
21881011101000000000	IPE A RECOLHER	0,00	0,00	0,00
21881011102000000000	PLANO DE SAUDE SERVIDOR	0,00	0,00	0,00
21881011200000000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	0,00	0,00	0,00
21881011301000000000	RETENCOES SINDICATO SERVIDOR	0,00	0,00	0,00
21881011401000000000	SEGURO VIDA EM GRUPO	0,00	0,00	0,00
21881011402000000000	SEGURO DE VIDA COMPASSO	0,00	0,00	0,00
21881011501000000000	EMPRESTIMOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	0,00
21881011502000000000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL EMPRESTIMOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	0,00
21881011503000000000	BRADESCO EMPRESTIMOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	0,00
21881011504000000000	SICREDI EMPRESTIMOS CONSIGNADOS	0,00	0,00	0,00
21881011600000000000	RETENCAO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00
21881011700000000000	RETENCAO RELATIVA A VALE ALIMENTACAO	0,00	0,00	0,00
21881019900000000000	OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	0,00	0,00
21881030100000000000	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	0,00	0,00	0,00
21881030201000000000	DEPOSITOS JUDICIAIS HONORARIOS ADVOCATICIOS	0,00	0,00	0,00
21881040100000000000	DEPOSITOS E CAUCOES	0,00	0,00	0,00
21881040200000000000	DEPOSITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
21881040300000000000	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	0,00	0,00
21881040400000000000	DEPOSITOS DE VEICULOS ALIENAVEIS	0,00	0,00	0,00
21881040500000000000	DEPOSITOS A TRANSFERIR	0,00	0,00	0,00
21881044600000000000	DEPOSITOS DE TRIBUTOS A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00

21881049900000000000	OUTROS DEPOSITOS	0,00	0,00	0,00
21881990001000000000	CAUCAO CONSTRUIR CONSTRUTORA E INCORPORADORA	0,00	0,00	0,00
21881990002000000000	CAUCAO FRANCIOSI E SZEFER LTDA	0,00	0,00	0,00
21881990003000000000	DEPOSITOS DE TRIBUTOS A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00

Status da Seleção:
Tipo Nível Conta Verificação: A
Cod Conta Verificação: 2188*
Origem_Verificacao: BVERENC
Identificador Unidade: NOT RPPS (exceto autarquia)
Ano Remessa: 2018
Mes Remessa: 12
Jurisdicionado: PM DE RONDA ALTA
Município: RONDA ALTA

Assinado digitalmente por: Ivan de Oliveira Lucas em 27/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2CAD.3042.53C7.A936.BEE6.

Recibo de Informações Nº 11/2018
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

LEI DA TRANSPARÊNCIA
(Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009)

Órgão: PM DE RONDA ALTA

Site: www.rondaalta.rs.gov.br

População: 10583

Período da Pesquisa: 06/08/2018 a 11/10/2018.

Período para apresentação dos recursos: 15/10/2018 a 26/10/2018 conforme orientações dos **Ofícios Circulares DCF nº 23/2018, de 01/10/2018 e nº 24/2018, de 09/10/2018.**

Justificativa/Observação:

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
5) Registro de despesas (Art. 48-A, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S		S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S		S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S		S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S		S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
6) Registro de receitas (Art. 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Natureza da receita	S		S
- Previsão dos valores da receita	S		S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
7) Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)			
- A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior	S		S
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S		S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S		S
- PPA - Lei Nº e Ano	1891/2017		1891/2017
- PPA - Existência do anexo PPA	S		S
- Existência da LDO	S		S
- LDO - Lei nº e Ano	1903/2017		1903/2017
- LDO - Existência do anexo LDO	S		S
- Existência da LOA	S		S
- LOA - Lei nº e Ano	1915/2017		1915/2017
- LOA - Existência do anexo LOA	S		S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
Balanco Orçamentário	S		S

Balanço Financeiro	S		S
Balanço Patrimonial	N		S
Demonstração das Variações Patrimoniais	S		S
Demonstração dos Fluxos de Caixa	S		S

Demais orientações encaminhadas aos Jurisdicionados:

- Ofício Circular nº 13/2018, de 18/05/2018: Orientação sobre publicação das Demonstrações Contábeis;

- Ofício Circular nº 18/2018, de 25/06/2018: Orientação sobre as publicações para atendimento do art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

Código de Autenticação

ECGZ4-QDLP9-PMFI8

Recibo de Informações Nº 11/2018
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Aplicação da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011

Órgão: PM DE RONDA ALTA

Site: www.rondaalta.rs.gov.br

População: 10583

Período da Pesquisa: 06/08/2018 a 11/10/2018.

Período para apresentação dos recursos: 15/10/2018 a 26/10/2018 conforme orientações dos **Ofícios Circulares DCF nº 23/2018, de 01/10/2018 e nº 24/2018, de 09/10/2018.**

Justificativa/Observação:

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
1) Pedido de informações por meio da internet (Artigos 9º e 10, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
2) Relatório de pedidos de informação (Artigo 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
3) Informações organizacionais (Artigo 8º, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011)			
- Registro de Competências	S*		S*
- Estrutura Organizacional	S*		S*
- Endereço de Unidades	S*		S*
- Telefone da Unidade	S*		S*
- Horário de Atendimento	S*		S*
4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
9) Informações sobre contratos celebrados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	N		S
10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
11) Administração do patrimônio público - Imóveis (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	N		N

Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
12) Administração do patrimônio público - Veículos (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, §1º, III e § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S		S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S		S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
14) Diárias (Artigo 8º, §1º, III e § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Nome do beneficiário	S		S
- Cargo do beneficiário	S		S
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S		S
- Período de afastamento	S		S
- Motivo do afastamento	S		S
- Local de destino	S		S
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
15) Publicação de respostas a perguntas mais frequentes (Artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
16) Ferramenta de pesquisa (Artigo 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
17) Canal de Comunicação com o Cidadão ("fale conosco" - Ouvidoria) (Artigo 8º, § 3º, inciso VII, da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	6,10		6,10
19) Instrumento Normativo local que regulamente a LAI (Artigo 45 da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
20) Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo (Artigo 7º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
Disponibilização de três serviços e atividades	S*		S*
Disponibilização superior a 6 serviços e atividades	N		N

S*: quesito atendido nas duas últimas pesquisas, item não avaliado nessa edição.

Demais orientações encaminhadas aos Jurisdicionados:

- Ofício Circular nº 13/2018, de 18/05/2018: Orientação sobre publicação das Demonstrações Contábeis;
- Ofício Circular nº 18/2018, de 25/06/2018: Orientação sobre as publicações para atendimento do art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

Código de Autenticação
ECGZ4-QDLP9-PMFI8



RELATÓRIO DE CONTAS DE GOVERNO

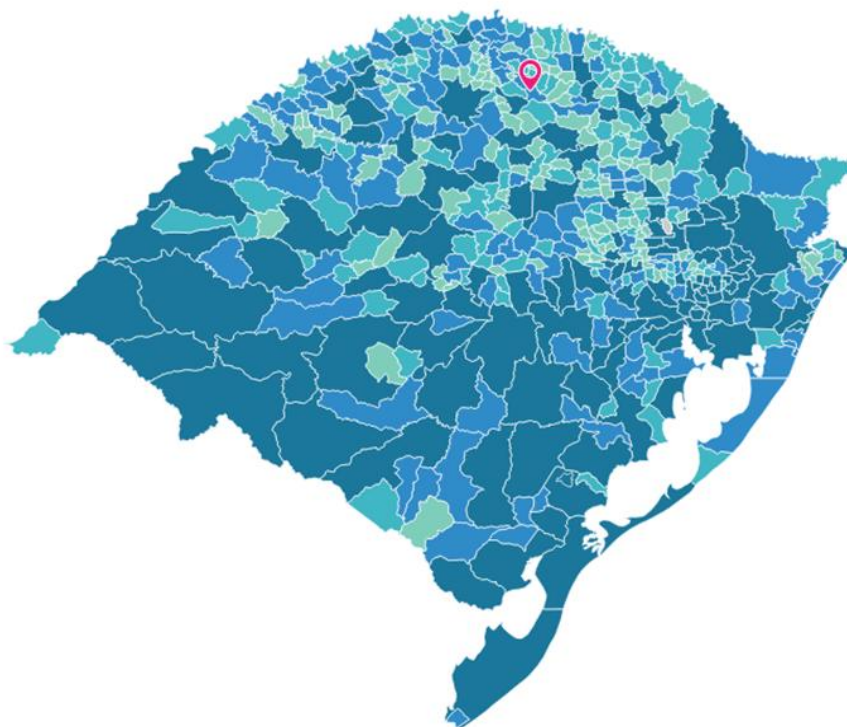
EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 01519-02.00/18-7

JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

CNPJ: 87.711.503/0001-53

EXERCÍCIO: 2018





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

3. IDENTIFICAÇÃO

4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM

6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC FEDERAL Nº 12.527/2011

7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

7.1 DO PLANO PLURIANUAL – PPA

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

8. DA GESTÃO FISCAL

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

8.1.3 Das Audiências Públicas

8.1.4 Da Lei da Transparência

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida – RCL

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

8.2.4 Das Operações de Crédito

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

9.3 DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AS DESPESAS DE CAPITAL - REGRA DE OURO

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

12. CONCLUSÃO

13. INTIMAÇÕES



1. INTRODUÇÃO

A apreciação das Contas Anuais de Governo, prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes federativos, constitui uma das funções precípua dos Tribunais de Contas do Brasil. Ocorre mediante a emissão de Parecer Prévio e tem caráter consultivo e opinativo, constituindo subsídio indispensável para o julgamento político exercido pelos respectivos Poderes Legislativos.

Nesse sentido, a Resolução TCE/RS nº 1028/2015 determina, em seu art. 9ª, inciso IV, que compete às Câmaras desta Corte de Contas a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo que os Prefeitos, anualmente, devem submeter ao Poder Legislativo Municipal.

Este Relatório Consolidado sobre as Contas de Governo tem como principal finalidade auxiliar na elaboração do referido parecer, pois, de acordo com o art. 71 da Resolução TCE/RS nº 1028/2015, serão consideradas para a elaboração do mesmo as análises da gestão fiscal e da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde, assim como os demais documentos indicados em resoluções próprias.

As análises apresentadas neste relatório foram efetuadas a partir do conjunto de dados e informações encaminhados bimestralmente a este Tribunal de Contas pelos jurisdicionados da esfera municipal e colocados à disposição dos técnicos para consultas e pesquisas através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. Esse sistema compreende dois programas, a saber: o Programa Autenticador de Dados – PAD e a Manifestação Conclusiva do Controle Interno – MCI, que são disponibilizados pelo TCE/RS e, de forma automática e eletrônica, geram os seguintes relatórios:

- **Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE:** contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO. Integra o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo;
- **Relatório de Gestão Fiscal – RGF:** apresenta o montante da Receita Corrente Líquida, a apuração dos percentuais de Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, além dos Restos a Pagar inscritos com suficiência ou insuficiência financeira. Todos estes itens são detalhados no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE;
- **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP:** Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;



- **Manifestação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI acerca do cumprimento da LRF:** deve obrigatoriamente acompanhar o RGF, nos termos da Instrução Normativa TCE nº 01/2016. Composta por dados cadastrais do sistema de controle interno do fiscalizado e por questionamentos objetivos, sendo utilizado como subsídio à análise.

Através desses relatórios, considerando os documentos de códigos de barra nºs 61801113636575852 e 51804112368183237, tendo por base o disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 1052/2015¹ e nas Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016 e nº 12/2017 e considerando ainda os ajustes que se fizeram necessários segundo entendimento desta Corte, foi efetuada a análise das Contas de Governo referente ao exercício de 2018.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/RS nº 05/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.

2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

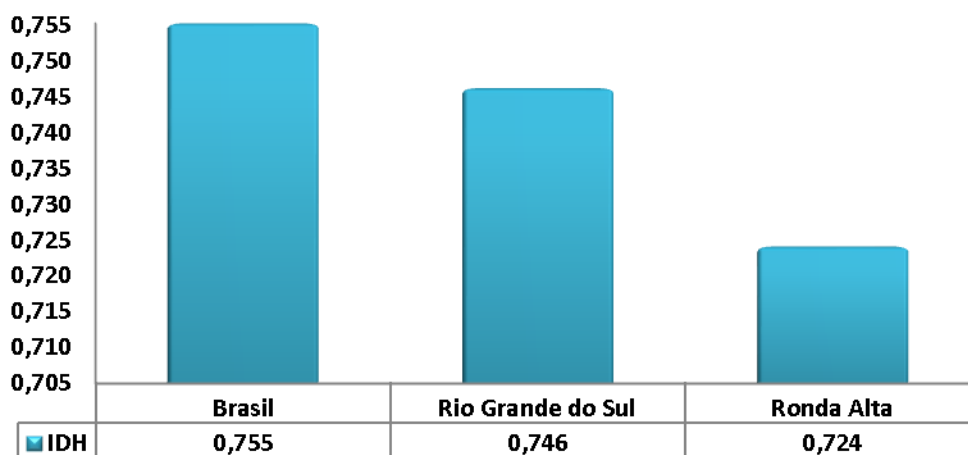
O Município de Ronda Alta está localizado na Mesorregião Noroeste Rio-grandense, fazendo parte da Microrregião de Passo Fundo e está distante 347 km da Capital do Estado. Emancipou-se em 26 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.690, desmembrado dos municípios de Sarandi e Nonoai. Para maiores informações sobre a cidade, recomenda-se o acesso ao site: www.rondaalta.rs.gov.br. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ronda-alta/panorama>), no último censo de 2010 o município possuía 10.221 habitantes.

Ainda com base nos dados do IBGE, o Município de Ronda Alta apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,724, em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 220ª posição no ranking estadual.

¹ Revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, válida a partir de 22/11/2018.



IDH (2010)



Em 2015, o município apresentava PIB per capita de R\$ 24.576,08. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era 283 de 497. Já na comparação com cidades de todo Brasil sua colocação era 1.322 de 5.570. Em 2015, tinha 80,2% de suas receitas provenientes de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 250 de 497 e, quando comparado a cidades de todo o Brasil, ficava em 3.777 de 5.570.

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O IEGM/TCERS é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação; Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Defesa Civil; Gestão de TI e Gestão Fiscal. Estes indicadores são consolidados em um único índice: IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

1 - Educação: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à Educação Infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Reúne informações sobre: avaliação escolar; planejamento de vagas; atuação do Conselho Municipal de Educação; problemas de infraestrutura; merenda escolar, situação e qualificação de professores; quantitativo de vagas; material e outros.

2 - Saúde: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal por meio de uma série de quesitos específicos. Possui ênfase em processos realizados pelas Prefeituras Municipais relacionados à atenção básica; cobertura e ação do Programa Saúde da Família; atuação do Conselho Municipal da Saúde; assiduidade dos médicos; atendimento à população



para tratamento de doenças, como a tuberculose, e prevenção de doenças, como a dengue; controle de estoque de insumos; cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população;

3 - Planejamento: Verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis. Possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

4 - Gestão Fiscal: Mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

5 - Meio Ambiente: Mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre: resíduos sólidos; saneamento básico; educação, estrutura e conselho ambiental;

6 – Cidades Protegidas: Mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil;

7 – Governança de TI: Mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre planejamento, políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os maiores beneficiados com a apuração deste indicador são: (a) a sociedade, que obtém mais informações para acompanhar as gestões; (b) as Administrações municipais, que podem usar os dados para seu planejamento e ter contato com outras cidades para compartilhar boas práticas e (c) os demais órgãos públicos, que podem usar os dados para dar suporte a suas atividades.

O IEGM/TCERS possui 5 (cinco) faixas de resultado:

- Altamente Efetiva: IEGM maior ou igual a 90%;
- Muito Efetiva: IEGM entre 75% e 89,9%;
- Efetiva: IEGM entre 60% e 74,9%;
- Em fase de Adequação: IEGM entre 50% e 59,9%;
- Baixo nível de adequação: IEGM menor ou igual a 49,9%.

Os dados utilizados para o cálculo dos resultados foram extraídos das prestações de contas periódicas que os municípios enviam para o Tribunal de Contas e foram obtidos por meio de pesquisa preenchida diretamente pelos entes jurisdicionados da área municipal, no ano de 2017.



Importante destacar que o indicador setorial “I-Planejamento” não foi cobrado dos municípios nas aplicações referentes aos exercícios de 2015 e 2016, devido à complexidade das questões e a necessidade de os jurisdicionados estruturarem suas informações nesse tema. A partir do levantamento de dados referente ao exercício de 2017, o critério passou a ser considerado para fins de cálculo do índice.

Ainda, para 2017, municípios que responderam parcialmente aos questionários **não tiveram seus índices setoriais calculados**. A estes municípios foi atribuído o conceito NÃO INFORMADO para todos os critérios e índice global.

O Município de Ronda Alta apresentou o seguinte resultado:

Critério	Nota
IEGM	Efetiva
i-Educ	Efetiva
i-Saude	Efetiva
i-Planejamento	Baixo nível de adequação
i-Fiscal	Muito Efetiva
i-Amb	Baixo nível de adequação
i-Cidade	Muito Efetiva
i-Gov TI	Em fase de adequação

As informações referentes ao IEGM podem ser acessadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (www.tce.rs.gov.br), no link “IEGM TCE-RS”.

3. IDENTIFICAÇÃO

Abaixo constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo, ora analisadas:

Gestores Municipais e Substitutos		
Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito Municipal	Miguel Angelo Gasparetto	01-01-18 a 05-03-18, 09-03-18 a 27-05-18, 04-06-18 a 26-07-18, 03-09-18 a 03-11-18, 08-11-18 a 31-12-18



Vice-Prefeito Municipal	Odemar Paulo Raimondi	06-03-18 a 08-03-18, 28-05-18 a 03-06-18, 27-07-18 a 02-09-18, 04-11-18 a 07-11-18
--------------------------------	------------------------------	--

Abaixo informamos os profissionais técnicos responsáveis pela elaboração das informações do Poder Executivo ora analisadas por esta Corte de Contas:

Responsáveis Técnicos		
Cargo	Nome	Período
Contador	Andre Bonoldi	01-01-18 a 31-12-18
Controle Interno	Marcelo Bandeira Chaves	01-01-18 a 31-12-18

4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

Compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

PODER EXECUTIVO	
ADM. DIRETA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal - RGF está previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, em regra ao final de cada quadrimestre.



A Lei de Responsabilidade Fiscal faculta em seu art. 63, aos municípios com menos de 50 mil habitantes, a emissão do RGF de forma semestral. Entretanto, esse prazo não se aplica aos municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e aos prazos correspondentes, conforme disposto no §2º art. 63 da mesma lei.

O prazo de entrega do RGF está definido no art. 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais - exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente; e

II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes - exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente.

§ 1º O prazo referido no inciso II deste artigo não se aplica aos Municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e sujeitos aos prazos estipulados no inciso I deste artigo.

§ 2º Para o fim do que dispõe este capítulo, a extrapolação dos limites definidos na legislação em um dos Poderes, Executivo ou Legislativo, compromete toda a esfera correspondente, não havendo, portanto, compensação entre ambos.

Cumprir referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que os RGF's, a partir do ano de 2019, deverão ser entregues à este Tribunal de Contas, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder.

Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos de entrega dos RGF's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos períodos a que corresponder.**

De acordo com o art. 55 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Nos termos do art. 3º, § 2º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF corresponderá, no Poder Executivo ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterá o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das



Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE).

O referido relatório, conforme art. 2º, inciso II, da Resolução TCE nº 1052/2015, será acompanhado, obrigatoriamente, de Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno sobre o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As entregas dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2017*	31-01-18	23-01-18	0	835197
1ºS/2018	31-07-18	17-07-18	0	1368134

* Processo de Contas de Governo nº04650-02.00/17-1

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015, na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, e nos arts. 54 e 55 da LC Federal nº 101/2000 – LRF.

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017.

Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa TCE nº 25/2007.

Cumprе referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que os RVE's, a partir do ano de 2019, devem ser entregues à este Tribunal de Contas mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento de cada mês.



Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos bimestrais de entrega dos RVE's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres a que se referem**.

O Relatório de Validação e Encaminhamento contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, e integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017.

As entregas dos Relatórios de Validação e Encaminhamento (RVE), conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
6ºB/2017*	31-01-18	22-01-18	0	835196
1ºB/2018 ²	30-04-18	04-04-18	0	1177030
2ºB/2018	01-06-18	23-05-18	0	1260955
3ºB/2018	31-07-18	17-07-18	0	1368133
4ºB/2018	28-09-18	05-09-18	0	1461472
5ºB/2018	30-11-18	14-11-18	0	1575685

* Processo de Contas de Governo nº04650-02.00/17-1

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015.

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

Nos termos dispostos no art. 2º, inciso II da Resolução TCE nº 1052/2015, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno. Já a Instrução Normativa TCE nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração do referido documento.

Os referidos documentos devem ser enviados a este Tribunal nos prazos previstos no artigo 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral.

² Tendo em vista as novas validações de informações que o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC implementou na versão do sistema para a entrega das remessas do 1º bimestre de 2018 e considerando o cruzamento de dados com o Sistema de Licitações e Contratos - LICITACON e a necessidade de correção, por parte dos jurisdicionados, de inconsistências apontadas pelo SIAPC devido à falta de cadastro de várias licitações e contratos no sistema LICITACON, o TCE/RS prorrogou o prazo de entrega das remessas do SIAPC/PAD relativas ao 1º bimestre de 2018 para até dia 30 de abril de 2018, conforme Ofício Circular DCF nº 05/2018.



Cumpre referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno, a partir do ano de 2019, deverão ser entregues à este Tribunal de Contas, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder.

Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos de entrega dos MCI's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos períodos a que corresponder.**

As entregas da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2017*	31-01-18	23-01-18	0	850622
1ºS/2018	31-07-18	17-07-18	0	1369884

* Processo de Contas de Governo nº04650-02.00/17-1

Em observância à Resolução TCE nº 1052/2015 e à Instrução Normativa TCE nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues nos prazos estabelecidos.**

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo sobre as contas de governo que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da Administração, serão consideradas as análises da gestão fiscal e da documentação fixada na Resolução TCE/RS nº 1099/2018³ que o Executivo Municipal deve, obrigatoriamente, entregar no Tribunal de Contas em formato eletrônico no prazo fixado pela mesma.

De acordo com o art. 2º, inciso III da Resolução TCE/RS nº 1099/2018, deverão ser entregues **até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte**, os seguintes documentos:

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: (...)

III – até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte:

a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária

³ Revogou a Resolução TCE/RS nº 1052/2015 que dispunha de prazo diferente para a entrega da documentação. A entrega antes era feita até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte.



Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS;

b) relatório e parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo;

c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

d) declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito foram devidamente encaminhadas ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal – BLM;

e) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;

f) declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados; e

g) os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio.

Com base no protocolo eletrônico nº 195681, verifica-se que a entrega da Prestação de Contas foi efetuada **dentro do prazo** indicado no art. 2º, inciso III, da Resolução TCE/RS nº 1099/2018.

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - BLM

A Base de Legislação Municipal – BLM foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para ser instrumento de suporte à execução das atribuições e competências desta Corte de Contas, bem como ser fonte de informações aos jurisdicionados e de consulta pública. O seu acesso para consulta externa é disponibilizado gratuitamente aos entes municipais, órgãos da administração pública e ao público em geral.

Os procedimentos para remessa das normas à Base de Legislação Municipal estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009 e na Resolução TCE/RS nº 843/2009.

Devem integrar a BLM todas aquelas normas expedidas pelos órgãos e entes jurisdicionados da esfera municipal que estão relacionadas no Anexo da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009. O encaminhamento destas normas assim como a responsabilidade pela validade, integridade e consistência das informações



encaminhadas e disponibilizadas é de responsabilidade do Administrador destes mesmos órgãos e entidades.

De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, as remessas à BLM deverão atender ao seguinte cronograma:

Art 6º (...)

I - normas editadas durante os meses de janeiro, fevereiro e março: envio até 10 de abril do mesmo ano;

II - normas editadas durante os meses de abril, maio e junho: envio até 10 de julho do mesmo ano;

III - normas editadas durante os meses de julho, agosto e setembro: envio até 10 de outubro do mesmo ano;

IV - normas editadas durante os meses de outubro, novembro e dezembro: envio até 10 de janeiro do exercício seguinte.

As entregas da Base de Legislação Municipal, conforme protocolos eletrônicos - relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Data da Entrega	Dias de atraso
4º Trimestre/2017	11-01-18	09-12-17	0
1º Trimestre/2018	11-04-18	05-04-18	0
2º Trimestre/2018	10-07-18	09-07-18	0
3º Trimestre/2018	10-10-18	09-10-18	0

Tendo em vista as informações do quadro acima, verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM **foram realizadas de acordo com os prazos** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 843/2009 e Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009.

6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC Federal nº 12.527/2011

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXIII, prevê que todos têm direito a receber informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, de órgãos públicos, que serão prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade. A Carta Magna estabelece ainda, em seu art. 37, §3º, inciso II que a lei disciplinará as formas de participação dos usuários na administração pública regulando o acesso dos usuários a registros administrativos sobre atos de governo.

Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação – LAI regulamentou este direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa física ou jurídica, sem



necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgãos e entidades.

O art. 8º, §1º da referida lei estabelece quais informações mínimas deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, em local de amplo acesso, independente de requerimento, quais sejam:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ademais, a LAI, em seu art. 8º, § 3º, institui os requisitos que os sítios dos órgãos públicos deverão atender:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Cabe referir que constitui conduta ilícita, ensejando responsabilização do agente público, “recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” (art. 32, III, Lei nº 12.527/2011).



Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011, **não estão sendo cumpridas**, conforme se demonstra nas peças 2664470 e 2664456. Estão sendo descumpridos os seguintes requisitos:

- Item 11) Administração do patrimônio público - Imóveis;
- Existência de histórico das informações
- Existência de informações atualizadas
 - Item 20) Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo.
 - Disponibilização superior a 6 serviços e atividades

Registra-se que esta matéria foi apontada no Processo de Contas de Governo do exercício de 2017 nº 4650-0200/17-1, julgado em 25/11/2019, com decisão por recomendar “ *b) determinar ao atual Gestor a adoção de medidas efetivas em relação aos itens 8.2.5.2 e 9.1.3 apresentados no voto do Conselheiro-Relator;*”.

7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 um processo integrado de alocação de recursos que compreende as atividades de planejamento e orçamento, mediante a definição de três instrumentos de iniciativa do Poder Executivo, a saber:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO e
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Tendo em vista seu caráter autorizativo, todos estes instrumentos são elaborados em forma de leis.

Independente do fato de a Carta Maior se referir à “administração pública federal”, importante destacar que todas as normativas referentes ao orçamento devem ser obrigatoriamente seguidas pelos Estados e Municípios. Competindo às Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais adaptarem as regras constitucionais às suas respectivas estruturas.

7.1 DO PLANO PLURIANUAL - PPA

De acordo com o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.



O PPA pode ser considerado um plano de médio prazo, que traz o planejamento da aplicação de recursos do ente governamental, de modo a suprir as necessidades da sociedade e a atenuar a desigualdade entre as sub-regiões existentes nos municípios.

O Plano Plurianual orienta as demais leis orçamentárias, pois serve de parâmetro para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

No Município de Ronda Alta, o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 foi instituído pela Lei Municipal nº 1891/2017.

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

O § 2º do art. 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é um instrumento de planejamento de curto prazo (um ano). É a ferramenta que faz a ligação entre o PPA e a LOA, tendo em vista que deve ser elaborada em consonância com o PPA e também orienta a elaboração da LOA.

O art. 4º, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101/2000, determinou ainda novas atribuições para a LDO, a saber:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31; (...)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Também na Lei de Responsabilidade Fiscal foi inserida a obrigatoriedade do envio, na LDO, do Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º) e do Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e § 2º).

No Município de Ronda Alta, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018 foi instituída pela Lei Municipal nº 1903/2017.



7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 5º determina que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que o ente direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A Lei Orçamentária Anual estabelece um conjunto de ações a serem realizadas durante um ano, estimando o total das receitas a serem arrecadadas pelos órgãos e entidades públicas e fixando as despesas a serem aplicadas na consecução dos programas de trabalho que tem por finalidade a manutenção ou ampliação dos serviços públicos, bem como o atendimento das necessidades da população. Portanto, a LOA compreende a programação das ações a serem executadas visando à viabilização das diretrizes, objetivos e metas compreendidas no Plano Plurianual, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim como ocorreu com a LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal também trouxe novas demandas para a LOA, constantes no art. 5º, conforme segue:

- Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais;
- Demonstrativo previsto no art. 165, § 6º da CF/88 (demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia), devidamente acompanhado das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Reserva de Contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na Receita Corrente Líquida, deverão estar assinalados na LDO.
- As despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual, e as receitas que as atenderão deverão constar na LOA e o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.

No Município de Ronda Alta, a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2018 foi instituída pela Lei Municipal nº 1915/2017.



8. DA GESTÃO FISCAL

O art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000) trata da fiscalização da lei em relação ao seu cumprimento. Prevê um mecanismo conjunto de controle, a ser realizado tanto pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas, como pelos sistemas de controles internos de cada Poder e do Ministério Público.

Nesse sentido, o Regimento Interno desta Corte de Contas prevê, em seu art. 5º, inciso XVI, a competência do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e dos Municípios, das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visando exercer tal atribuição no âmbito municipal, o TCE/RS emitiu a Instrução Normativa nº 12/2017, que dispõe sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório da Gestão Fiscal - RGF, bem como sobre a sistemática de remessa das informações e dados contábeis e fiscais pelos jurisdicionados da área municipal.

Tais elementos correspondem àqueles constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, que contém informações e dados relativos ao RGF e ao RREO, sendo utilizados como subsídio à análise da gestão fiscal procedida no exercício financeiro pelos gestores públicos municipais. O item 5 do RVE, denominado "Informações Referentes à Gestão Fiscal", trata, inicialmente, das publicações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF no prazo e na forma da legislação, da realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais e da contribuição realizada pelo Município para o custeio de despesas de competência de outros entes.

Adicionalmente, apresenta diversos Demonstrativos Fiscais analíticos que são utilizados como base para fins de apuração, no RGF, dos limites impostos pela LRF e por Resoluções do Senado Federal. Destaca-se que a forma de elaboração detalhada de todos estes demonstrativos é devidamente abordada na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017. O Quadro a seguir apresenta os demonstrativos indicando o respectivo modelo:

Modelo	Demonstrativo	Modelo	Demonstrativo
1	Da Receita Corrente Líquida	5	Das Garantias e Contragarantias de Valores
2	Da Despesa com Pessoal	6	Das Operações de Crédito
3	Das Disponibilidades de Caixa	7	Dos Restos a Pagar
4	Da Dívida Consolidada Líquida	9	Dos Limites



O "Demonstrativo dos Limites", Modelo 9, no caso do Poder Executivo, corresponde ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, onde consta a apuração do percentual - em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) - da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida (DCL), das garantias e contragarantias de valores e das operações de crédito, além de evidenciar, no último quadrimestre/semestre, os restos a pagar inscritos com suficiência e/ou insuficiência financeira.

Portanto, através do Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (RGF) verifica-se o cumprimento ou não, por parte dos entes fiscalizados, dos limites estabelecidos na legislação.

Importante salientar que o Relatório da Gestão Fiscal - RGF deve ser obrigatoriamente acompanhado pela Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno (MCI), acerca do cumprimento da LRF, conforme estabelece a IN TCE/RS nº 01/2016.

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

A publicação e a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF são de responsabilidade individual de cada um dos Poderes da esfera municipal (Executivo e Legislativo), independentemente de a forma de execução orçamentária e financeira do Legislativo Municipal ser centralizada ou descentralizada.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal realizada no período pelo titular do Poder/Órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, a publicação e divulgação do RGF deve ser realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

- I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);
- II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

O RGF, conforme previsto no art. 55, § 2º da LRF, deverá ser publicado até 30 dias após o final de cada quadrimestre. No entanto, de acordo com o art. 63, inciso II, letra b, da mesma lei, é facultado aos Municípios com população inferior a



cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral. Neste caso, a publicação do relatório com os seus demonstrativos deverá ocorrer em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Importante destacar que, de acordo com o §2º do mesmo artigo, se, ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar essa situação, o Município com população inferior a cinquenta mil habitantes, que tiver optado em divulgar os referidos anexos do RGF semestralmente, ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes, ou seja, o prazo voltará a ser quadrimestral.

A publicação e divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
2ºS/2017*	30-01-18	835196	19-01-18	19-01-18	19-01-18	0	0	0
1ºS/2018	30-07-18	1692803	18-07-18	20-07-18	18-07-18	0	0	0

* Processo de Contas de Governo nº 04650-02.00/17-1

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve publicação e divulgação** dos Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição Federal que estabelece em seu artigo 165, § 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publicá-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O art. 52 da LRF determina a composição do RREO, assim como reforça o prazo de publicação de 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Portanto, é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo Municipal a elaboração e respectiva divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de forma consolidada, ou seja, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, conforme determina o art. 1º, §3º, inciso I, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (Administração Direta - Executivo e Legislativo Municipal, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes).

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, a publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser



realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);

II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

A publicação e divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
6ºB/2017*	30-01-18	835196	19-01-18	19-01-18	19-01-18	0	0	0
1ºB/2018	30-03-18	1692803	04-04-18	06-04-18	04-04-18	5	7	5
2ºB/2018	30-05-18		16-05-18	18-05-18	16-05-18	0	0	0
3ºB/2018	30-07-18		18-07-18	20-07-18	18-07-18	0	0	0
4ºB/2018	30-09-18		05-09-18	14-09-18	05-09-18	0	0	0
5ºB/2018	30-11-18		19-11-18	23-11-18	19-11-18	0	0	0

* Processo de Contas de Governo nº 04650-02.00/17-1

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que as publicações e as divulgações dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária **não foram procedidas**, em sua totalidade, de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000 (Peças 835196 e 1692803)..

Entretanto, como o referido atraso não comprometeu os princípios da publicidade e transparência requeridas na gestão dos Executivos Municipais, tal situação não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento.

8.1.3 Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa



contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo.

Um dos meios de assegurar que o cidadão exercite a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no § 4º do art. 9º, que ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão equivalente, nas Casas Legislativas Municipais, àquela referida no §1º do art. 166 da Constituição Federal.

As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.3 do Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE (peça 1692803), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/17	28-02-18	25-01-18	Câmara de Vereadores	0
1ºQ/18	31-05-18	25-05-18	Câmara de Vereadores	0
2ºQ/18	30-09-18	17-09-18	Câmara de Vereadores	0

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que o Poder **realizou as audiências públicas dentro dos prazos** dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

8.1.4 Da Lei da Transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o *caput* do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como suas versões simplificadas;



Importa referir que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foi objeto de análise neste relatório nos itens 8.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 8.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao *caput* do art. 48 da LRF, a análise realizada neste subitem limita-se a verificar a divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio. Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do artigo 48 da LC Federal nº 101/2000, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está prevista a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere à receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

A LRF ainda determina, no inciso III, §1º do art. 48, que a transparência também será assegurada através da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda o padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma Lei. Com isso, o Decreto Federal nº 7.185/2010 normatizou o referido inciso e elencou quais informações relativas à despesa e à receita deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

Art. 7º [...]

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;



e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso;

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O §2º do art. 48 da LRF, incluído pela Lei Complementar Federal nº 156/2016, dispõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso ao público.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que **estão sendo cumpridas**, em sua totalidade, as exigências de Transparência constantes na LC Federal nº 101/2000, conforme se demonstra nas peças 2664468.

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, entre outros.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios: (...)

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (...)

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências previstas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Constituição Federal.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis a esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.



Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que haja, de forma cumulativa, autorização na LDO, autorização na LOA e a existência de um convênio, acordo, ajuste ou congênere.

No caso em análise, de acordo com informações prestadas pelo Poder Executivo, através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.5 do Relatório de Validação e Encaminhamento (peça 1692803), o município **não contribuiu** para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2018.

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida - RCL

A principal importância deste ponto decorre do fato da Receita Corrente Líquida - RCL servir como parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Portanto, constitui-se numa importante medida de racionalização da despesa e da dívida pública, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como ênfase o controle e contenção dos gastos. Assim, quanto mais cresce a RCL, mais se poderá expandir o valor das despesas e dívidas que estão a ela indexadas.

O Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (art. 52 e art. 53, I da LRF), devendo ser elaborado de forma individual pelo Poder Executivo, pelas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

A RCL resulta da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, deduzidas as seguintes receitas orçamentárias correntes:

- A contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência;
- As receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem.

A Receita Corrente Líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.



A LRF estabelece, no §1º do art. 2º que serão computados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87 de 1996 - Lei Kandir - e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (fundo criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal) e os decorrentes da Lei Complementar.

No entanto, de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, o valor referente à perda dos recursos aplicados no FUNDEB não deve ser deduzido para fins de apuração da Receita Corrente Líquida. Ou seja, a perda resultante do retorno a menor dos recursos aplicados no FUNDEB deve ser adicionada à RCL. E de acordo com o mesmo anexo, deve ser deduzida a receita orçamentária advinda da retenção na fonte do Imposto de Renda sobre a folha de pessoal do Município.

Após análise, verifica-se que a RCL do Município de Ronda Alta, atingiu no exercício de 2018, o valor de R\$ 30.011.919,60, conforme quadro a seguir:

Em R\$		
ESPECIFICAÇÃO	1º SEM	2º SEM
Receitas Correntes (a)	17.801.114,93	36.132.419,07
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-2.276.344,56	-4.362.511,08
(-) Outras Deduções (c)	-1.420.323,46	-3.251.402,44
IRRF sobre Rendimento do Trabalho*	216.010,66	510.552,73
Contribuição Servidores – RPPS	362.804,10	818.083,53
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	768.974,42	1.850.231,90
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	72.534,28	72.534,28
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
Sub total (d = a+b+c)	14.104.446,91	28.518.505,55
(+) Perda com o Fundeb (e)**	772.341,19	1.493.414,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (f = d+e)	14.876.788,10	30.011.919,60
Receita Corrente Líquida - 2º Semestre ano anterior (g)	13.887.420,77	
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (h = f+g)	28.764.208,87	30.011.919,60

* Parecer Coletivo TCE nº 02/2002

** Parecer Coletivo TCE nº 01/2002



8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

O limite máximo ou legal da Despesa com Pessoal, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar 60% da RCL do Município (art. 19, inciso III, da LRF), distribuído em limites máximos de 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da LRF).

Entretanto, a LRF estabelece, também, os seguintes limites:

- **LIMITE PRUDENCIAL:** Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal chamado de limite prudencial, que equivale a 95% do limite máximo legal do poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei. Caso o ente ultrapasse o limite prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.
- **LIMITE DE ALERTA:** O limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1º, do art 59 da LRF, equivale a 90% do limite máximo/legal do Poder ou órgão referido no art. 20. Quando o Tribunal de Contas constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como despesa total de pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A apuração tem por base a despesa executada no mês de referência e nos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

De acordo com o Anexo I – Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, as despesas com contratos de terceirização de mão de obra, considerados irregulares ou ilegais, também devem ser consideradas como despesa com pessoal, uma vez que mascaram contratação de pessoal. O art. 18, § 1º da LRF também estabelece que os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A LRF admite, em seu art. 19, §1º, que sejam deduzidas da apuração as seguintes despesas com pessoal, desde que tenham sido inicialmente consideradas:



- a) Indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) Decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;
- c) Demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores;
- d) Com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

As parcelas de receitas orçamentárias do IRRF sobre Rendimentos do Trabalho também devem ser excluídas do montante da despesa com pessoal, da mesma forma que tal valor é subtraído na apuração da RCL.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. A LRF impõe, em seu art. 23, §3º que, no caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela referida lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Se a despesa total com pessoal exceder ao limite prudencial, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

- a) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- b) Criação de cargo, emprego ou função;
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) Contratação de hora extra, salvo nas situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.



O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2 - relativos aos períodos abaixo relacionados do ano de 2018 (peças 1368134 e 1692804), que foram inseridos na tabela a seguir para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2018	Mês Referência	Dez/18
Envios em 2018		Em R\$	
Período	R C L	D P	%
1ºS/18	28.764.208,87	12.574.679,91	43,72
2ºS/18	30.011.919,60	12.648.227,06	42,14

Considerando que os percentuais apurados no exercício de 2018 são **inferiores ao limite de 90%** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000 e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea "b", todos da referida lei, não houve emissão de alerta ao Poder.

Conclui-se, na análise da tabela, que os **percentuais apurados são inferiores ao limite máximo** previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

Dispõe a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 1º, § 1º, inciso V que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O art. 3º, inciso II, da mesma Resolução, determina que o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.

A Dívida Consolidada ou Fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- Pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);



- b) Em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) Pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- d) Com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- e) Pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

O valor a ser deduzido da Dívida Consolidada, para fins de apuração da DCL, corresponde a Disponibilidade de caixa bruta (somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata) deduzida do montante de Restos a Pagar Processados, e acrescidos dos demais haveres financeiros.

A disponibilidade de caixa do RPPS não deverá ser incluída na disponibilidade de caixa, visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada.

O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. Para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida, não serão considerados como haveres financeiros:

- a) Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;
- b) Os valores inscritos em dívida ativa;
- c) Outros valores que não representem créditos a receber, tais como estoques e contas do ativo imobilizado;
- d) Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;
- e) Depósitos restituíveis e valores vinculados;
- f) Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.

O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções, pois estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita,



ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária e deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento dos períodos abaixo relacionados do ano de 2018 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descrito no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 1368134 e 1692804), que foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

			Em R\$
Período	R C L	D C L	%
1ºS/18	28.764.208,87	0,00	0,00
2ºS/18	30.011.919,60	0,00	0,00

O Poder Executivo não apresenta Dívida Consolidada Líquida - DCL, **atendendo**, assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), **atendendo** ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

8.2.4 Das Operações de Crédito

A legislação aborda de forma exemplificativa o conceito de operação de crédito, listando algumas modalidades. Portanto a LRF define, no art. 29, inciso III, operação de crédito como compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.



O §1º do art. 29 da referida lei ainda inclui, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, no conceito de operações de crédito.

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, espécie do gênero operação de crédito, de acordo com o art. 38 da LRF, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito e outras, conforme regulamentação específica.

A realização de operações de crédito depende, ainda, de autorização prévia do Ministério da Fazenda que, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, verifica os limites de endividamento aplicáveis ao Ente da Federação pleiteante, as condições previstas na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43 de 2001 e a nº 48 de 2007 e alterações, e demais normativos em vigor.

Segundo disposição expressa do art. 37 da LRF, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

- a) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- b) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- c) A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; e
- d) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

É vedada a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município. Excetuam-se dessa vedação o refinanciamento da dívida mobiliária e as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda em nome do Senado Federal até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos Municípios em 16% da Receita Corrente Líquida em cada exercício. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite deverá ser calculado considerando o cronograma anual de ingresso, e projetando a RCL, mediante a aplicação do fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda.



Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 1692804) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constata-se que:

- **Operações de Crédito Internas e Externas:** No exercício de 2018, não houve captação de recursos com operações de crédito internas e externas.
- **Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita:** O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, **atendendo** o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

8.2.5.1 Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

Conforme art. 36 da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício financeiro, sendo classificadas entre processadas e não processadas. Saliencia-se que outros normativos também discorrem sobre o assunto, como o Decreto nº 93.872/86 e a LRF.

Considerando que o artigo 42 da LC Federal nº 101/2000 estabelece que, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular contrair despesas que não possam ser cumpridas dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, não é necessária a verificação do cumprimento do referido dispositivo legal, uma vez que não houve encerramento do mandato.

8.2.5.2 Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2018, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de



obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

A) Valores Restituíveis

São considerados no cálculo do Equilíbrio Financeiro tanto os recursos orçamentários como os extraorçamentários. Esses últimos são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, tendo em vista que se tratam de recursos de terceiros, que provocam o surgimento de passivos financeiros, uma vez que não pertencem ao Município. Esses valores não integram o orçamento e sua restituição será feita no futuro, na forma de Despesas Extraorçamentárias.

São exemplos de recursos restituíveis:

- Cauções em dinheiro;
- Fianças;
- Depósitos de terceiros em garantia;
- Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária;
- Retenções de folhas de pagamento que dependam de repasses aos credores dos recursos (INSS, FGTS)



Após o final do exercício, existe a necessidade de que conste no Ativo Circulante, nos Recursos Vinculados 8001 a 9999 – Extraorçamentários, saldo suficiente para cobertura dos valores restituíveis inseridos no Passivo Circulante, conforme preceitua o Manual Técnico - Volume III - Recurso Vinculado Aplicável aos Órgãos, Entidades e Consórcios Públicos municipais regidos pela Lei Federal nº 4.320/64, publicado no portal institucional do TCE/RS⁴, tendo em vista não pertencerem ao Município. Na hipótese de insuficiência no recurso citado, o Recurso Livre – 0001 deverá comportar tais obrigações.

Destaca-se que a PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA não apresentou saldo na conta de Valores Restituíveis, no Passivo Circulante.

B) Equilíbrio Financeiro

Para fins de verificação do atendimento deste item, além dos dados do item anterior foram utilizadas as informações constantes nos Modelos 3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais). Este último deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2018. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.

As informações constantes no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 1692804), demonstram a existência de disponibilidades financeiras suficientes para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, **restando atendido o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000**

9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Entende-se por vinculação constitucional o percentual de receita que deve ser aplicado em certa despesa, cuja previsão esteja determinada na Constituição da

⁴ http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/jurisdicionados/sistemas_controle_externo/siapc/manuais



República, ou seja, é o processo pelo qual os recursos públicos são vinculados a um tipo de despesa específica.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Unico de Saúde.

O cumprimento dos limites constitucionais em saúde e educação é exigência para o repasse de transferências voluntárias por parte do Estado e da União, conforme a previsão contida no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF.

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

9.1.1 – Da Aplicação do Mínimo Constitucional de 25%

A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, as Emendas Constitucionais nº 14/1996 e 53/2006 definiram os meios financeiros pelos quais o Poder Público atenderá seus deveres relacionados à oferta, permanência, qualidade e garantia de ensino aos cidadãos, estabelecendo percentuais mínimos de aplicação.

Segundo o art. 212 da CF, os Municípios deverão aplicar anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A base de cálculo dos gastos constitucionais com MDE é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), bem como multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo. As despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) estão disciplinadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e as despesas não admitidas como tais estão discriminadas no art. 71 da mesma Lei.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, também está disciplinada no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 04/2018 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1692803),



constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima (peça 1843593), conforme se demonstra:

Em R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita MDE	19.439.926,56	21.684.492,43	22.554.315,51	24.576.292,84
Aplicação Mínima (25%)	4.859.981,64	5.421.123,11	5.638.578,88	6.144.073,21
Aplicação Efetiva	5.630.499,98	6.234.445,99	7.314.488,12	7.480.705,02
% Aplicação MDE	28,96%	28,75%	32,43%	30,44%

9.1.2 DO FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. No ano subsequente, o Fundo foi instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

Trata-se de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

9.1.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e das transferências dos Estados, do Distrito Federal e Municípios passaram para 20%, e sua utilização foi ampliada para toda educação básica, a qual compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.



A aplicação do FUNDEB nos Municípios se materializa nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

Abaixo segue a abertura das receitas formadoras do FUNDEB, de acordo com os dados do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1692803):

Em R\$

Receita do FUNDEB	2015	2016	2017	2018
ITR – Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	43.423,97
Cota-parte FPM	1.694.214,45	1.936.698,24	1.845.065,07	1.976.895,55
Cota-parte ITR	23.629,11	22.840,48	36.201,67	0,00
LC nº 87/96 – Lei Kandir	10.215,93	10.210,18	10.664,28	10.669,37
Cota-parte ICMS	1.421.569,26	1.571.569,71	1.722.197,58	1.916.667,80
Cota-parte IPVA	197.350,83	205.512,42	184.156,40	214.637,57
Cota-parte IPI/Exportação	27.067,17	18.470,80	26.018,05	28.026,24
TOTAL	3.374.046,75	3.765.301,83	3.824.303,05	4.190.320,50

9.1.2.2 Aplicação 60% Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério

O parágrafo único do art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, assim como o art. 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, afirmam que pelo menos 60% dos recursos anuais do FUNDEB que retornaram ao município serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1692803) constata-se que o percentual aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto na norma contida no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 e no artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal (peça 1843592), conforme se demonstra:



Em R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita FUNDEB Total*	2.023.465,35	2.332.525,74	2.494.489,46	2.699.193,34
60% do Retorno do FUNDEB	1.214.079,21	1.399.515,44	1.496.693,68	1.619.516,00
Aplicação Recursos - FUNDEB	1.863.617,96	2.201.220,06	2.219.034,26	2.686.788,59
% Aplicação	92,10%	94,37%	88,96%	99,54%

* Total **Retorno** do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários de recursos do FUNDEB

9.1.2.3 Ganho (Plus) x Perda do FUNDEB

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª Edição, na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do Fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências – item 9.1.2.1 deste relatório) e, de outro, a receita proveniente do Fundo (valor recebido de acordo com o nº de alunos matriculados).

Ao compararmos o valor da contribuição com o valor do retorno, apuramos se houve “ganho” ou “perda” com o FUNDEB. Quando o retorno é maior do que a contribuição apura-se um Ganho, ou seja, o município recebeu mais do Fundo do que contribuiu. Já quando o retorno é menor do que a contribuição apura-se uma Perda, haja vista o recebimento de recursos do Fundo ser menor do que aquele que foi enviado para a formação do mesmo.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = Ganho

Valor do Retorno < Valor da Contribuição = Perda

De acordo com os dados da tabela abaixo, extraídos do Relatório de Validação e Encaminhamento, o município de Ronda Alta apresentou Perda no ano de 2018, de 35,64%.

Em R\$

Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2018
Contribuição (a)	4.190.320,15
Retorno (b)	2.696.906,10
Perda (b-a)	1.493.414,05



9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

A Constituição Federal de 1988, em seu art.196, consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O artigo 23, inciso II, prevê como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13-09-2000, que alterou os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição e acrescentou o artigo 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixou a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

A mencionada Emenda Constitucional foi regulamentada pela Lei Federal Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a qual disciplinou, em seu art. 7º, que os Municípios aplicarão anualmente em ASPS, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências.

Nos artigos 2º e 3º da referida Lei Complementar foram definidas como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, as quais devem atender às seguintes diretrizes:

- I. Sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados no Plano de Saúde de cada ente federativo; e
- III. Que sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Atendendo aos critérios da Lei, as despesas com ASPS deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. O art. 4º da LC nº 141/2012 define despesas que não constituirão ações e serviços públicos de saúde.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos



de Saúde também está disciplinada no Anexo II da Instrução Normativa TCE nº 04/2018 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1692803), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima (peça 1843591), conforme se demonstra:

Em R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita ASPS	19.439.926,56	21.684.492,43	22.554.315,51	24.576.292,84
Aplicação Mínima (15%)	2.915.988,98	3.252.673,86	3.383.147,33	3.686.443,93
Aplicação Efetiva	4.222.680,67	4.069.193,69	4.630.641,12	3.698.667,40
% Aplicação ASPS	21,72%	18,77%	20,53%	15,05%

9.3 DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AS DESPESAS DE CAPITAL - REGRA DE OURO

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital integra o RREO referente ao último bimestre do exercício e deverá ser publicado, de acordo com a LRF, art. 53, §1º, inciso I, até trinta dias após o encerramento do exercício. Consta no Relatório de Validação e Encaminhamento, no item 5.6.1, a comparação das receitas de operações de crédito com as despesas de capital líquidas realizadas no exercício.

A finalidade deste item é demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro, a qual foi estabelecida pela Constituição em seu art. 167, inciso III, vedando que em cada exercício financeiro o montante das receitas de operações de crédito sejam superiores ao total das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados por maioria absoluta pelo Poder Legislativo.

Ao impedir que o montante das operações de crédito em um exercício financeiro exceda o montante das despesas de capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas operações de crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura



internacional como “regra de ouro”, pois apenas isto já bastaria para controlar o endividamento.

Ressalta-se que são consideradas apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício a que se refere à lei orçamentária, pelo montante total ingressado no exercício.

Consideradas as informações do item 5.6.1 – Operações de Crédito e Despesas de Capital – constantes do Relatório de Validação e Encaminhamento (peça 1692803) e, ainda, os demais dados constantes do SIAPC, constata-se que no ano de 2018, não houve captação de recursos com Operações de Crédito Internas e/ou externas pelo Município de Ronda Alta, **restando atendido o art. 167, inciso III, da Constituição Federal.**

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal estão regulados na Resolução TCE/RS nº 1099/2018⁵.

10.1 DOS DOCUMENTOS

Passa-se a analisar a documentação referente à Prestação de Contas, no tocante à entrega e ao conteúdo dos seguintes documentos:

Resolução nº 1.099/2018 – art. 2º, inciso III, alíneas:		Entrega	Conformidade
a)	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.	SIM	SIM
b)	Relatório e Parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo.	SIM	SIM
c)	Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD.	SIM	SIM

⁵ Revogou a Resolução TCE/RS nº 1052/2015 que dispunha de prazo diferente para a entrega da documentação. A entrega antes era feita até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte.



d)	Declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito foram devidamente encaminhadas ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal – BLM.	SIM	SIM
e)	Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.	SIM	SIM
f)	Declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados.	SIM	SIM
g)	Os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio.	SIM	SIM

*Município não possui Fundo de RPPS.

O exame acerca da documentação enviada pelo Executivo evidencia o que segue:

Quanto à Entrega

Constata-se o **atendimento** ao disposto no art. 2º, inciso III e alíneas da Resolução TCE/RS nº 1099/2018, no que diz respeito ao envio de todos os documentos exigidos para a prestação de contas anual do Executivo Municipal.

Quanto à Conformidade

Destaca-se que **não foram constatadas irregularidades** passíveis de serem esclarecidas no exame de conformidade dos documentos relativos à prestação de contas do Executivo Municipal.

11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194). Seu financiamento será proporcionado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de diversas contribuições sociais (CF, art. 195).



A previdência social terá caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (CF, art. 201). O sistema previdenciário brasileiro é composto por três formas distintas de regime: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS (exclusivo dos servidores públicos e constituído em cada ente da Federação) e o Regime de Previdência Complementar – RPC. Em qualquer dos casos, a essência dos regimes previdenciários é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

O art. 13 da Lei Federal nº 8.212/1991 afirma que o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social, ou seja, caso o ente público não tenha instituído seu Regime Próprio de Previdência, fica o servidor vinculado ao Regime Geral.

A estrutura administrativa-organizacional dos Regimes Próprios poderá ser inserida na própria estrutura da administração direta ou sob a forma de autarquia ou fundação na administração indireta.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

Independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário (Lei nº 9.717/1998, art. 1º, parágrafo único), o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuarial que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial (LRF, art. 69) e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos.



O equilíbrio financeiro e atuarial da previdência deve ser observado, por meio de contribuição dos segurados, ativos e inativos, da contribuição patronal do ente da Federação e outros aportes (Constituição, art. 40, Lei nº 9.717, de 1998 e Lei nº 10.887, de 2004). Na análise do equilíbrio atuarial, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Os critérios e parâmetros utilizados nas projeções dos cálculos atuariais;
- b) As projeções realizadas anteriormente;
- c) A inclusão do resultado efetivo do período anterior, para efeito de comparação com as novas projeções;
- d) A eventual e indevida utilização de repasse para a cobertura de déficit atuarial com o objetivo de cobrir déficit financeiro sem a devida transparência;
- e) A eventual e indevida utilização da reserva atuarial, inclusive dos rendimentos financeiros, para tentar evidenciar que há equilíbrio financeiro.

O ente da Federação que já houver instituído, ou que vier a instituir uma entidade, seja ela uma autarquia, fundação, secretaria ou qualquer outra unidade administrativa, destinada a caracterizar, gerir e evidenciar o patrimônio do RPPS e suas respectivas variações deverá elaborar e publicar o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, que integra o RREO (LRF, art. 53, inciso II) e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (LRF, art. 52).

11.1 DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As fontes de recursos dos regimes de previdência encontram-se atualmente classificadas em três grupos de contas: receitas de contribuições (receitas correntes), contribuições sociais intraorçamentárias e repasses previdenciários recebidos.

No rol das receitas de contribuições (receitas correntes) estão contempladas as contribuições patronais dos servidores ativos civis e militares cedidos e licenciados, e as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, consignadas pelo empregador (ente público) ou recolhidas diretamente, inclusive eventuais parcelamentos de débitos. No rol das receitas correntes também estão contempladas as receitas de multas e os juros de mora dessas contribuições, e, ainda, a receita de compensação previdenciária.

Entre as contribuições sociais intraorçamentárias estão as contribuições patronais dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, a



contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial e a contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos. Também dentro desta categoria deverão ser registradas as receitas de multas e juros de mora das contribuições intraorçamentárias.

Os repasses previdenciários ou transferências financeiras atualmente estão contemplados em três subgrupos de contas: Repasse Plano Financeiro (repassse para cobertura de insuficiência financeira, repasse para formação de reserva, e outros aportes); Repasse Plano Previdenciário (repassse para cobertura de déficit financeiro, repasse para cobertura de déficit atuarial, e outros aportes); e Outros Aportes (repasses espontâneos de recursos pelo ente público).

É importante ressaltar que a legislação previdenciária orienta, expressamente, que é vedada a utilização dos recursos previdenciários, seja para custear ações de assistência social e saúde, seja para concessão de verbas indenizatórias, ainda que por acidente em serviço, seja por quaisquer outras despesas não previdenciárias.

11.1.1 Da Contabilização da Contribuição Patronal

A contribuição patronal é a contribuição efetuada pela Administração Pública para o regime de previdência social – seja ele RPPS ou RGPS, em virtude da sua condição de empregadora, resultante de pagamento de pessoal.

De acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000:

“(…) entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como **encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência**”.

(…)
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, **adotando-se o regime de competência. (grifo nosso)**

As partes grifadas do trecho acima demonstram a importância do correto reconhecimento, pelo regime de competência, das contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, pois estas contribuem para o somatório da despesa com pessoal que é um dos principais indicadores de responsabilidade na gestão fiscal.

Como dito anteriormente, a importância da correta classificação contábil da informação previdenciária se dá, primordialmente, pela transparência com a qual deve ser tratada toda informação referente ao Regime de Previdência, tanto para os participantes e beneficiários, como para o contribuinte e para toda a sociedade que



direta ou indiretamente contribui para o financiamento do sistema. Além disso, devem ser obedecidas as normas legais doutrinárias da ciência contábil que obrigam que haja o registro e a evidenciação da situação patrimonial dos fundos de previdência (conjunto de bens, direitos e obrigações).

De acordo com a Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, em seu art. 5º, as contribuições legalmente instituídas devidas pelo ente federativo que possua regime próprio e que não tenham sido repassadas ao mesmo até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial.

Entretanto, importa destacar que os casos de parcelamento **não podem influenciar os percentuais com Despesa de Pessoal**, e por isso, qualquer alteração nos empenhos das despesas com contribuições ao regime de previdência deve ser evidenciado manualmente na coluna de Adição/Exclusão do PAD – Programa Autenticador de Dados – no Modelo 2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do item 5.2.2.2 do RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento. É necessário que o responsável indique qual o valor total objeto do parcelamento para que haja o correto levantamento dos percentuais de Despesa com Pessoal constantes da LRF.

De acordo com o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC – **não há evidências** de que o Executivo Municipal tenha descumprido o regime de competência na contabilização das contribuições patronais. Não foram efetuados ajustes corretivos referentes às contribuições patronais na Despesa com Pessoal.

11.2 DA CONTABILIZAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA - PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Para demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), como entidade contábil, se faz necessária a contabilização das reservas matemáticas previdenciárias. A necessidade do reconhecimento do passivo atuarial e de sua evidenciação no Balanço Patrimonial provém da necessidade de atendimento ao regime de competência nos entes.

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.



Para o registro das provisões matemáticas previdenciárias, especificamente no que diz respeito ao Plano de Amortização Atuarial, o ente deverá utilizar os desdobramentos das seguintes contas do PCASP:

2.2.7.2.0.00.00.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
2.2.7.2.1.05.00.00.00.00	Plano Previdenciário – Plano de Amortização	Compreende, de acordo com resultado da avaliação atuarial, o valor presente líquido dos direitos incorporados ao patrimônio do RPPS com base em legislação específica, bem como registro tempestivo do plano de amortização implementado em lei do ente federativo, considerando que o ajuste contábil das reservas matemáticas somente ocorrerá na apresentação de uma nova reavaliação atuarial.

A importância da correta classificação contábil da informação previdenciária se dá, primordialmente, pela transparência com a qual deve ser tratada toda informação referente ao Regime Próprio de Previdência para os participantes e beneficiários do sistema, como para o contribuinte e para toda a sociedade que direta ou indiretamente contribui para o financiamento do sistema. Além disso, devem ser obedecidas as normas legais doutrinárias da ciência contábil que obrigam que haja o registro e a evidenciação da situação patrimonial dos fundos de previdência (conjunto de bens, direitos e obrigações).

Cumprir destacar o art. 3º da Portaria MF nº 464/2018, publicada em 20/11/2018:

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

- I - ser elaborada por atuário habilitado;
- II - atender aos parâmetros gerais estabelecidos nesta Portaria e nas instruções normativas editadas pela Secretaria de Previdência;
- III - ser realizada em consonância com a Nota Técnica Atuarial (NTA) do plano de benefícios do RPPS;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SICM - SAG
Proc. Nº 01519-02.00/18-7



IV - atestar a situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial nessa data;

V - incluir todos os benefícios concedidos e a conceder previstos nas normas vigentes nessa data e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

VI - fornecer as projeções atuariais e a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII - apurar as provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público:

VIII - definir o resultado atuarial do RPPS, apurando os custos normal e suplementar e os compromissos do plano de benefícios do regime para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do RPPS embasado em método de financiamento de que trata o art. 13 e descrito na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano vigente (...). **(grifo nosso)**

Com base nesta Portaria, os registros dos Planos de Amortização deverão se pautar pelo Regime de Competência, obedecendo as diretrizes da NBC TSP Estrutura Conceitual e as demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Ou seja, os valores apurados no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial serão registrados de acordo com o ano civil a que competem, tendo em vista a data do fato gerador das obrigações.

Conforme o art. 79 da mesma Portaria, a aplicação dos parâmetros previstos é **facultativa** para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em **31 de dezembro de 2018**, e **obrigatória** para as **avaliações atuariais seguintes**. Ou seja, a partir do ano de 2020, o ente deverá ajustar seus registros de modo que haja a correta evidenciação da situação patrimonial do RPPS.

De acordo com o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC houve registro de Déficit Atuarial no Balancete de Verificação do Executivo no valor de R\$ 8.362.920,13. Este montante está em **conformidade** com a informação repassada ao Ministério da Fazenda – Secretaria de Previdência, através do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, entregue pelo próprio município e disponível para consulta no sítio⁶ eletrônico da Secretaria de Previdência.

6

[illegible]



11.3 DO DÉFICIT ATUARIAL

A depender da composição dos ativos e passivos do RPPS, este pode apresentar diferentes cenários no que se refere a sua situação líquida:

-
- **Superavitária**, quando a soma dos valores dos ativos do RPPS é suficiente para cobrir os valores de suas obrigações, inclusive as de longo prazo, como a provisão matemática previdenciária;
- **Nula**, quando a soma dos ativos do RPPS é suficiente apenas para cobrir suas obrigações, mas sem sobras e
- **Deficitária**, quando a soma dos ativos é insuficiente para cobrir suas obrigações, e com isso, o regime depende de aportes financeiros para cobrir o déficit quando do pagamento dos benefícios.

Segundo o disposto na Portaria nº 403/2008, do Ministério da Previdência Social, no caso de a avaliação atuarial indicar déficit atuarial, deverá ser apresentado no parecer atuarial o plano de amortização para o seu equacionamento, que deverá estabelecer o prazo máximo de 35 anos para que sejam acumulados os recursos necessários para cobertura desse déficit atuarial. Esse mesmo dispositivo dispõe ainda que o plano de amortização indicado no parecer atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, **podendo o plano de amortização consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar, ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos.**

Ressalta-se que a definição de alíquota suplementar ou aportes periódicos deverá ser fundamentada na capacidade orçamentária e financeira do ente federativo para cumprimento do plano de amortização.

Importante destacar que tanto as despesas orçamentárias com o aporte financeiro para amortização do passivo atuarial quanto as despesas orçamentárias com a amortização do passivo atuarial/alíquota suplementar **não serão computadas para fins de limite da despesa com pessoal**, por, em ambos os casos, não pertencerem ao período de apuração correspondente, face ao estabelecido no § 2º do art. 18 da LRF (Informação CT nº 33/2004, aprovada pelo Tribunal Pleno em 04-10-2004, Processo nº 2459-02.00/04-3). Com isso, destaca-se que a contabilização tanto da alíquota suplementar quanto do aporte financeiro não deve ser efetuada junto à contribuição patronal do ente. O registro contábil deve ser efetuado em conta específica para este fim.

Após consulta ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC constata-se que **houve o atendimento** dos preceitos contábeis pelo Executivo Municipal, no que se refere à contabilização da amortização de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SICM - SAG
Proc. Nº 01519-02.00/18-7



passivo atuarial, não havendo assim ajustes de qualquer ordem a serem efetuados pela equipe técnica deste Tribunal de Contas.

12. CONCLUSÃO

Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidade passível de ser esclarecida, quanto ao seguinte tópico:

- Item 6 - Da Lei de Acesso à Informação



13. INTIMAÇÕES

Diante das inconformidades relatadas neste Relatório, resume-se a intimação dos gestores no quadro que segue:

Cargo	Nome	Itens de Responsabilização
Prefeito Municipal	Miguel Angelo Gasparetto	6
Vice-Prefeito Municipal	Odemar Paulo Raimondi	



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 29/04/2020.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 29/04/2020.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo: 001519-0200/18-7
Órgão: PM DE RONDA ALTA
Matéria: Contas de Governo
Exercício: 2018

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a intimação do Sr. Miguel Angelo Gasparetto, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo da peça nº 2680430 - Relatório de Contas de Governo, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Porto Alegre, 29 de abril de 2020.

Conselheiro Pedro Figueiredo
Relator

Assinado digitalmente pelo Relator.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 02299/2020

Porto Alegre, 19 de junho de 2020.

Processo nº 001519-0200/18-7
Órgão: PM de Ronda Alta

A Sua Excelência o Senhor
Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito -PM DE RONDA ALTA
Praça Mose Mísio, S/Nº, 0 Centro
CEP 99670000 - Ronda Alta/RS

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 2687686, 2680430 daqueles autos e atender todos os termos da decisão.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Miguel Angelo Gasparetto

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM DE RONDA ALTA

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Pedro Figueiredo

Data decisão: 04/05/2020

Decisão: Apresentar esclarecimentos.

peças 2687686, 2680430

Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 22/06/2020, no Boletim nº 560/2020, considera-se publicado na data de 23/06/2020.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

MARCELA OLIVEIRA DE AZEVEDO

Estagiário



Considerando **APOSENTADORIA** do Relator deste processo e consoante o disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **REDISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM de Ronda Alta

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Gab. CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Exercício: 2018

Redistribuído em 07 de Julho de 2020.

Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.



Considerando **PREENCHIMENTO DE VAGA NO CARGO** e consoante o disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **REDISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM de Ronda Alta

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Gab. Renato Luís B. Azeredo

Exercício: 2018

Redistribuído em 11 de Setembro de 2020.

Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR ESTILAC XAVIER – MM. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

AUDITADO: **PODER EXECUTIVO DE RONDA ALTA**

OBJETO: **ESCLARECIMENTOS**

PERÍODO: **EXERCÍCIO 2018 – CONTAS DE GOVERNO**

RESPONSÁVEL: **MIGUEL ANGELO GASPARETTO**

PROCESSO NR. 01519-0200/18-7

MIGUEL ANGELO GASPARETTO, administrador responsável6 pela apresentação de Esclarecimentos referente às Contas de Governo do exercício de 2018 do município de Ronda Alta no período auditado acima destacado, vem ante V. Excelências, na forma do disposto no Regimento Interno Dessa Casa, para apresentar seus

ESCLARECIMETNOS

no processo em epígrafe, conforme segue:

DOS APONTAMENTOS**Item 6 – Lei de Acesso a Informação - LC Federal nº 12.527/2011:**

Foi apontado pela Corte de Contas, ter sido constatado, através da análise ao sítio eletrônico do município, não estar sendo cumpridas em sua totalidade, as exigências da Lei Federal nº 12.527/2011, ao que diz respeito: “Item 11) Administração do patrimônio público – Imóveis, matéria que já havia sido apontada no processo de Contas de Governo e de Gestão do exercício de 2017.

DOS ESCLARECIMENTOS**Item 6 – Lei de Acesso a Informação - LC Federal nº 12.527/2011:**

Considerando o apontamento realizado pela Corte de Contas, o município de Ronda Alta providenciou na expedição da Portaria nº 219/2020, de 17 de julho de 2020, a qual “Designa Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial de bens imóveis do Município de Ronda Alta e dá outras providências”, como primeiro encaminhamento, para que assim possa cumprir, na integralidade, as exigências da Lei Federal nº 12.527/2011 – no que diz respeito aos bens imóveis - conforme verifica-se na documentação que ora se anexa.

A comissão reuniu-se formalmente, na data de 14 de setembro de 2020, conforme Ata nº 01, tendo informado a realização do levantamento das matrículas atualizadas de todos os imóveis pertencentes ao Município, primeiro passo para a regularização do apontamento ora esclarecido.

Ficou definido pela comissão que serão confeccionados mapas de localização dos bens imóveis, para posterior avaliação e sequência dos trabalhos, e ao final, todas as informações referentes aos bens imóveis pertencentes ao Município de Ronda Alta – RS, sejam devidamente disponibilizadas junto ao sítio, atendendo a legislação pertinente.

Importante ressaltar que, como ocorreu com o inventário e catalogação dos bens móveis pertencentes ao Município, os servidores necessitam de auxílio de empresa especializada no levantamento dos bens imóveis, o que tem um custo elevado..

Ante o exposto, muito embora entendendo-se pela inexistência de prejuízos ao Município, **uma vez que é o único item não cumprido pelo Município no que se refere a Lei de Acesso a Informação**, o que ainda não havia sido realizada tão somente pelo alto custo para contratação de uma empresa especializada para auxílio da comissão, o que, com a realidade financeira hoje do Município, está sendo possível realizar, não podendo, recair ao Gestor, qualquer sanção.

DOS PEDIDOS:

Consoante o exposto, se requer:

I - O devido recebimento dos presentes Esclarecimentos, na forma do Regimento; e

II – Pelos seus argumentos e provas que o instruem, sejam acolhidos sem qualquer sanção ao Gestor, tendo em vista que as providências foram tomadas para regularizar o apontado, conforme documentação que ora se anexa, **e, uma vez que é o único item não cumprido pelo Município no que se refere a Lei de Acesso a Informação**.

Termos em que,
Pede deferimento.

Ronda Alta, RS 19 de outubro de 2020.

Miguel Angelo Gasparetto,
Prefeito Municipal

p.p. Saulmar Antônio Barbosa,
OAB/RS 64.340

p.p. Aline Priori,
OAB/RS 73.108



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MIGUEL ANGELO GASPARETTO, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº. 275.832.010-04, e RG nº 6008416601, residente e domiciliado na Rua Túlio Fontoura, Bairro Centro, no município de Ronda Alta - RS,

OUTORGADO: SAULMAR ANTONIO BARBOSA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RS sob nº 64.340, CPF nº 499.203.320-20, **ALINE PRIORI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RS sob o nº 73.108, CPF nº 002.678.650-82, todos com endereço profissional na Praça Mose Missio, s/n, na cidade de Ronda Alta - RS.

PODERES: O OUTORGANTE nomeia e constitui os Outorgados como seus procuradores onde com esta se apresentarem, outorgando-lhes os necessários poderes para representa-los em juízo ou fora dele, podendo tudo praticar, requerer, a assinar, com poderes para transigir, desistir, reconvir, concordar, discordar, ratificar, retificar, receber quantias e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer processos, em todos os termos ou instâncias, representar perante qualquer repartição, autarquia, ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento do presente mandato, para o que se confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula ad et extra juditia, podendo substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes.

Ronda Alta, 27 de Setembro de 2019.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal



Praça Mose Missio, S/N – 99670-000 – RONDA ALTA – RS – Fone: 54.3364.5900



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PORTARIA Nº 219/2020, DE 17 DE JULHO DE 2020.

“Designa Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial de Bens Imóveis do Município de Ronda Alta e dá outras providências.”

O Senhor Miguel Angelo Gasparetto, Prefeito Municipal de Ronda Alta, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial de Bens Imóveis do Município de Ronda Alta.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste artigo será formada pelos seguintes servidores:

Loridane Angela Scaravelli – Matrícula nº 702-1 – Presidente da Comissão
Mateus Valduga Bosa – Matrícula nº 805-2 – Membro da Comissão
Gislaine Dias Cortes Manfrin – Matrícula nº 816-8 – Membro da Comissão
Manoel Cláudio Rodrigues – Matrícula nº 846-0 – Membro da Comissão
Anderson Vicentini – Matrícula nº 1119-3 – Membro da Comissão
Ivan Pedro Vendrusculo – Matrícula 32-9 – Membro da Comissão
Adriana Kemmerich dos Santos – Matrícula 1085-5 – Membro da
 Comissão
Ivone Maria Tochetto - Matrícula nº 521-5 – Membro da Comissão

Praça Mose Missio, S/N – 99670-000 – RONDA ALTA – RS – Fone:54.3364.5900





Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

Art. 2º - A Comissão poderá contar com a participação de empresa e/ou profissionais especializados no ramo para auxiliar na execução dos trabalhos.

Art. 3º - A metodologia a ser adotada pela Comissão deverá ser amplamente acompanhada pelo Setor de Patrimônio do Município.

Art. 4º - Ao término do trabalho, a Comissão deverá lavrar uma ata de encerramento do inventário e relatório descrevendo as atividades desenvolvidas.

Art. 5º - Quaisquer alterações, aquisições ou alienações realizadas no período de execução do inventário deverão ser previamente informadas por escrito à Comissão de Inventário e Avaliação de que trata esta Portaria.

Art. 6º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é 31/12/2020, podendo ser prorrogado desde que devidamente motivado.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDA ALTA, aos 17 de julho de 2020.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Giovana Giareton
Secretária Municipal de Governo e Administração



Praça Mose Missio, S/N – 99670-000 – RONDA ALTA – RS – Fone:54.3364.5900



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PORTARIA Nº 254/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de 30 dias de
Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal
IVAN PEDRO VENDRUSCOLO.

O SENHOR MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de
Ronda Alta, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica
Municipal;

CONSIDERANDO, o pedido subscrito pelo Servidor Público Municipal
IVAN PEDRO VENDRUSCOLO.

CONSIDERANDO o contido no Artigo 207 da Lei Municipal nº 575/92, de
06 de janeiro de 1992;

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a Servidor Público
Municipal **IVAN PEDRO VENDRUSCOLO**, lotado junto à Secretaria Municipal de
Saúde, no cargo de Artífice I, Regime Estatutário, com carga horária de 40 horas
semanais, referente ao período aquisitivo de **01 de maio de 2004 a 30 de abril de
2009.**

Art. 2º - O gozo da Licença Prêmio de que trata o artigo anterior terá
início no **dia 31 de agosto de 2020 a 29 de setembro de 2020.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDA ALTA, aos 03 de
setembro de 2020.


Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito

Registre-se e Publique-se.


Giovana Giareton
Secretária Municipal de Governo e Administração

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Ronda Alta

Afixado no Mural da Prefeitura Municipal

De 03/09/2020 a 17/09/2020




Secretaria da Administração

Praça Mose Missio, s/nº - Fone: (54) 3364-5900 - Cep: 99670-000 - Ronda Alta - RS



COMISSÃO DE INVENTÁRIO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL

ATA Nº 01, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

Informações da Comissão Inventariante:

Portaria de designação: 219/2020

Presidente da Comissão: Loridane Angela Scaravelli

Membro 01: Mateus Valduga Bosa

Membro 02: Gislaine Dias Cortes Manfrim

Membro 03: Manuel Claudio Rodrigues

Membro 04: Adriana kemmerich dos Santos

Membro 05: Ivone Maria Tochetto

Membro 06: Ivan Pedro Vendrusculo

Membro 07: Anderson André Vicentini

Membro 08: Cristina Ghissi

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2020, reuniram-se os membros da Comissão de Inventário Patrimonial de bens Imóveis, para dar início ao registro das atividades realizadas. Considerando as atribuições da Comissão, que se refere ao inventário e reavaliação patrimonial do Município, que neste Exercício irá se ater somente aos bens imóveis, os bens de uso especiais e os bens dominicais. Foi sugerida a contratação de auxílio de uma empresa para capacitar e acompanhar os trabalhos a serem desenvolvidos, a Gestão A+ Desenvolvimento que nos auxiliou numa primeira oportunidade no levantamento de bens móveis foi citada como sugestão, aguardamos proposta. A Comissão foi formalmente constituída no mês de julho pela portaria 219/2020, destacamos que o membro Cristina Ghissi foi nomeada pelo artigo 2º que permite a participação de profissionais especializados no ramo, algumas reuniões de organização e integração de equipe foram realizadas em agosto sem formalidade. Até o presente momento, já possuímos um levantamento das matrículas atualizadas da situação atual dos bens imóveis que pertencem a este órgão público. A Comissão definiu que será feito o mapa do município para que sejam localizados os bens imóveis das referidas matrículas, também se optou por serem feitas cópias do mapa de cada matrícula que serão anexadas a mesma. Posteriormente será definida a forma como será realizada a avaliação dos bens imóveis encontrados no levantamento patrimonial. Desta forma, identificamos que o atual controle patrimonial imobiliário é inexistente, e que teremos atividades complexas que irão demandar uma quantia de tempo considerável de todos os membros da Comissão.



Como nada a mais havia a ser tratado, encerramos a reunião, lavramos a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Presidente da Comissão

Mateus Valduga Bosa
Membro

Gislaine Dias Cortes Manfrim
Membro

Ivone Maria Tochetto
Membro

Ivan Pedro Vendruscuro
Membro

Cristina Ghissi
Membro

Manuel Claudio Rodrigues
Membro

Adriana Kemmerich dos
Santos
Membro

Anderson André Vicentini
Membro



Processo nº 001519-0200/18-7

Executivo Municipal de Ronda Alta

Administradores¹: Miguel Angelo Gasparetto (Prefeito)
Odemar Paulo Raimondi (Vice-Prefeito)

Procuradores: Saulmar Antônio Barbosa, OAB/RS n. 64340
Aline Priori, OAB/RS n. 73108

(peça 3082365)

IT - Análise de Esclarecimentos
Processo de Contas de Governo - Executivo/2018

Senhora Coordenadora:

Informa-se que não foi identificada irregularidade de responsabilidade do Senhor **Odemar Paulo Raimondi (Vice-Prefeito)**, não intimado a prestar esclarecimentos no presente feito.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se a existência de Inspeção Especial, Processo n. 018355-0200/19-2, em andamento, de responsabilidade do Sr. Miguel Angelo Gasparetto, Gestor no exercício ora em exame¹, sem determinação de sobrestamento do presente feito. Constata-se, de outro lado, que o referido processo versa sobre descumprimento de carga horária e pagamento sem contraprestação laboral de profissionais médicos contratados pelo Município, matéria atinente às Contas de Gestão.

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir.

DO RELATÓRIO DE CONTAS DE GOVERNO

¹ Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 22-10-2020.



Item 6 - Da Lei de Acesso à Informação. Constatou-se que as exigências relativas aos itens 11) Administração do patrimônio público – Imóveis – inexistência de informações atualizadas e 20) Serviços e atividades de interesse coletivo – Executivo - Disponibilização superior a 6 serviços e atividades, consoante assinalado no Recibo de Informações aposto à peça 2664470, não estavam contempladas no Portal do Executivo na Internet na data do exame realizado por esta Corte de Contas. Descumprimento parcial da Lei Federal n. 12.527/2011. Registra-se que esta matéria foi apontada no Processo n. 04650-0200/17-1² (peça 2680430, pp. 15 e 16).

Esclarecimentos à peça 3082364, pp. 02 e 03. Junta documentos às peças 3082363 e 3082337.

O Gestor informa ter designado comissão de inventário e avaliação patrimonial para que se possam cumprir, no futuro, as exigências da Lei de Acesso à Informação quanto a este quesito.

Acrescenta a ausência de prejuízos ao Município e que se trata de um único item não cumprido, tendo em vista a necessidade de contratação bastante onerosa de empresa especializada para suporte à comissão citada.

Ao exame:

Inicialmente, cabe referir que o Gestor nada manifesta sobre o item 20 do Recibo de Informações.

Quanto ao item 11 do Recibo de Informações, o Gestor reconhece a irregularidade e informa a tomada de medidas no sentido de saná-la.

Ressalta-se que os documentos apresentados datam do segundo semestre/2020, ainda que aponte igual, de exercícios anteriores, fosse de conhecimento anterior da Administração.

² Decisão n. 1C-1.050/2019, de 26-11-2019 - b) determinar ao atual Gestor a adoção de medidas efetivas em relação aos itens 8.2.5.2 e 9.1.3 apresentados no voto do Conselheiro-Relator (peça 2429900).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SICM – SIM II
Proc. Nº 001519-0200/18-7



Desta forma, opina-se pela manutenção do aponte.

À sua consideração.

Eduardo Boff Cruz
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 22/10/2020.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 23/10/2020.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Página
284

Processo
01519-0200/18-7

Página da
peça
1

Peça
3285949

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
P0153CE6

PARECER MPC 945/2021

Processo nº **001519-0200/18-7**
Relator: **Gabinete Renato Luís B. Azeredo**
Matéria: **Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2018**
Órgão: **PM DE RONDA ALTA**
Gestor: **MIGUEL ANGELO GASPARETTO (Prefeito) e ODEMAR PAULO RAIMONDI (Vice-Prefeito)**

CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de finanças públicas sujeita os Gestores à imposição de advertência, contudo não impede a emissão de parecer favorável às contas dos Administradores.

Para exame e parecer, o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

O senhor MIGUEL ANGELO GASPARETTO (Prefeito) prestou esclarecimentos, por meio de Procurador habilitado, acompanhados de documentação.

Registre-se que o senhor ODEMAR PAULO RAIMONDI (Vice-Prefeito) não foi intimado a prestar esclarecimentos em razão da ausência de inconformidades verificadas durante o seu período de gestão.

A Supervisão registra a existência de Inspeção Especial, Processo n. 018355-0200/19-2, em andamento, sem determinação de sobrestamento do presente feito e versando sobre matéria atinente às Contas de Gestão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

A situação a seguir, indicada nas manifestações da Área Técnica, exceto quando se tratam de meras recomendações, desvela a transgressão a normas de finanças públicas, de controle dos orçamentos e balanços, ensejando advertência à origem.

Observa-se que, na ausência de manifestação específica por parte deste Ministério Público de Contas, a fundamentação adotada é aquela elaborada pela Supervisão “ad relationem”.

DO RELATÓRIO DE CONTAS DE GOVERNO

Item 6 - Da Lei de Acesso à Informação. Constatou-se que as exigências relativas aos itens 11) Administração do patrimônio público – Imóveis – inexistência de informações atualizadas e 20) Serviços e atividades de interesse coletivo – Executivo - Disponibilização superior a 6 serviços e atividades, consoante assinalado no Recibo de Informações aposto à peça 2664470, não estavam contempladas no Portal do Executivo na Internet na data do exame realizado por esta Corte de Contas. Descumprimento parcial da Lei Federal n. 12.527/2011. Registra-se que esta matéria foi apontada no Processo n. 04650-0200/17-1¹ (peça 2680430, pp. 15 e 16).

O Recibo de Informações N^o 11/2018 (peça n^o 2664470) demonstra que dispositivos da Lei n^o 12.527/2009, a chamada Lei de Acesso à Informação, não foram observados no exercício sob exame.

Portanto, deve-se advertir o atual Administrador no sentido de evitar a reiteração das falhas, sob pena de desaprovação de suas contas.

¹ Decisão n. 1C-1.050/2019, de 26-11-2019 - b) determinar ao atual Gestor a adoção de medidas efetivas em relação aos itens 8.2.5.2 e 9.1.3 apresentados no voto do Conselheiro-Relator (peça 2429900).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações capazes de levar à imposição de advertência, não compromete gravemente as contas de governo.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo de MIGUEL ANGELO GASPARETTO (Prefeito) e ODEMAR PAULO RAIMONDI (Vice-Prefeito) , com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

2º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 11 de fevereiro de 2021.

ÂNGELO G. BORGHETTI,

Adjunto de Procurador.

Assinado digitalmente.



Processo: 001519-0200/18-7
Matéria: Contas de Governo
Órgão: PM DE RONDA ALTA
Gestores: Odemar Paulo Raimondi e Miguel Angelo Gasparetto
Procuradores: Saulmar Antônio Barbosa, OAB/RS n. 64340
Aline Priori, OAB/RS n. 73108
Exercício: 2018
Data da sessão: 27-07-2021
Órgão julgador: Primeira Câmara
Parecer MPC: Dr. Ângelo G. Borghetti
Relator: Conselheiro Renato Azeredo

Procuração – peça 3082365.

**CONTAS DE GOVERNO. PREFEITO. PARECER
FAVORÁVEL. VICE-PREFEITO. PARECER
FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL
ADMINISTRADOR.**

A existência de irregularidade que não compromete a gestão determina a **emissão de parecer favorável à aprovação das Contas de Governo.**

A inexistência de irregularidade de responsabilidade do Vice-Prefeito impõe a **emissão de parecer favorável à aprovação das respectivas Contas de Governo.**

A irregularidade verificada enseja **recomendação** ao atual Administrador no sentido da adoção de medidas preventivas e corretivas.

Trata-se do Processo de Contas de Governo dos Senhores Odemar Paulo Raimondi e Miguel Angelo Gasparetto, Administradores do Executivo Municipal de Ronda Alta, exercício de 2018.

Preliminarmente a Instrução Técnica destaca que não foram identificadas irregularidades de responsabilidade do Senhor **Odemar Paulo Raimondi** (Vice-Prefeito), razão pela qual não foi intimado a prestar esclarecimentos.



A Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), ao consolidar o feito, destacou a ocorrência das seguintes inconformidades:

Item 6 - Da Lei de Acesso à Informação. Constatou-se que as exigências relativas aos itens 11) Administração do patrimônio público – Imóveis – inexistência de informações atualizadas e 20) Serviços e atividades de interesse coletivo – Executivo - Disponibilização superior a 6 serviços e atividades, consoante assinalado no Recibo de Informações apostado à peça 2664470, não estavam contempladas no Portal do Executivo na Internet na data do exame realizado por esta Corte de Contas. Descumprimento parcial da Lei Federal n. 12.527/2011. Registra-se que esta matéria foi apontada no Processo n. 04650-0200/17-1(peça 2680430, pp. 15 e 16).

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer MPC nº 945/2021, da lavra do Adjunto de Procurador Ângelo Borghetti, assim opinou:

1º) Parecer favorável à aprovação das contas de governo de MIGUEL ANGELO GASPARRETTO (Prefeito) e ODEMAR PAULO RAIMONDI (Vice-Prefeito) , com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

2º) Recomendação ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Relatório.

Passo ao voto.

Quanto ao não cumprimento da totalidade das exigências impostas pela Lei Federal nº 12.527/2011 (**item 6**), o Gestor informa ter designado comissão de inventário e avaliação patrimonial para que se possam cumprir, no futuro, as exigências da Lei de Acesso à Informação quanto a este quesito. Assim, ainda que a presente inconformidade revele a ocorrência de infração capaz de levar à imposição de recomendação à origem, não compromete gravemente as contas de governo.

Diante do exposto, **voto por:**

a) emitir **parecer favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Senhores Odemar Paulo Raimondi e Miguel Angelo Gasparetto, Gestores do Executivo Municipal de Ronda Alta no exercício de 2018, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 1.009/2014;



b) **recomendar ao atual Gestor** que evite a reincidência das falhas relatadas e adote providências corretivas em relação àquelas passíveis de regularização;

c) **encaminhar o Processo ao Legislativo Municipal de Ronda Alta**, para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Conselheiro Renato Azeredo,
Relator.
Assinado digitalmente



Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 22 de Julho de 2021, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 25ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 27 de Julho de 2021 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM de Ronda Alta

Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 20 de julho de 2021.



Relator: Conselheiro Renato Azeredo
Processo n. 001519-02.00/18-7 –
Decisão n. 1C-0422/2021

– Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de Ronda Alta** no exercício de **2018**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, colocada a matéria em discussão e colhidos, individualmente, os votos dos demais Conselheiros, em conformidade com os artigos 1º, § 1º, da Resolução n. 1124/2020, e 2º da Instrução Normativa n. 7/2020, as quais disciplinam as sessões telepresenciais, o voto do Relator foi acolhido em sala virtual.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

*a) **emitir Parecer** sob o n. **21.123, Favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Senhores **Miguel Angelo Gasparetto** (p.p. Advogados Saulmar Antônio Barbosa, OAB/RS n. 64.340, e Aline Priori, OAB/RS n. 73.108) e **Odemar Paulo Raimondi, Administradores do Executivo Municipal de Ronda Alta** no exercício de **2018**, nos termos do artigo 3º da Resolução n. 1.009/2014 deste Tribunal;*

*b) **recomendar ao atual Gestor** que evite a reincidência das falhas relatadas nos autos e adote providências corretivas em relação àquelas passíveis de regularização;*

*c) **encaminhar o processo ao Legislativo Municipal de Ronda Alta** para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.*

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros Renato Azeredo (Presidente e Relator), Cezar Miola e Alexandre Postal.

Sala Virtual, em 27-07-2021.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

TC-08.1



PARECER N. 21.123

Processo n. 001519-02.00/18-7

Processo de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Ronda Alta**, referente ao exercício de **2018**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável**.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 27 de julho de 2021, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001519-02.00/18-7**, de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Ronda Alta**, Senhores **Miguel Angelo Gasparetto** e **Odemar Paulo Raimondi**, referente ao exercício de **2018**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

TC-08.1



Continuação do Parecer n. 21.123

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Ronda Alta**, correspondentes ao exercício de **2018**, gestão dos Senhores **Miguel Angelo Gasparetto** e **Odemar Paulo Raimondi**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução n. 1.009/2014 deste Tribunal; **recomendando ao atual Gestor** que evite a reincidência das falhas relatadas nos autos e adote providências corretivas em relação àquelas passíveis de regularização;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
27 de julho de 2021.

Presidente

CONSELHEIRO RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO e Relator

CONSELHEIRO CEZAR MIOLA

CONSELHEIRO ALEXANDRE POSTAL

Estive presente:

ADJUNTO DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,
DOUTOR ÂNGELO GRÄBIN BORGHETTI



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM DE RONDA ALTA

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Renato Luís Bordin de Azeredo

Data decisão: 27/07/2021

Decisão: 1C-0422/2021

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 22/11/2021, no Boletim nº 1624/2021, considera-se publicado na data de 23/11/2021.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2021.

ROSELAINE FRANCO MARTINS

Oficial de Controle Externo



Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 001519-0200/18-7

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 25/02/2022

Processo: 001519-0200/18-7

Órgão: PM de Ronda Alta

Matéria: Contas de Governo

Exercício: 2018

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 09 de Março de 2022.

Andrea Ruthner Stolfo
Oficial de Controle Externo

Julio Cesar Landin

De: Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@tce.rs.gov.br>
Para: administracao@rondaalta.rs.gov.br; fazenda@rondaalta.rs.gov.br;
juridico@rondaalta.rs.gov.br
Enviado em: quinta-feira, 10 de março de 2022 17:16
Assunto: Retransmitidas: TCE-RS Cópia da decisao do processo nº 1519-0200/18-7

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

administracao@rondaalta.rs.gov.br

fazenda@rondaalta.rs.gov.br

juridico@rondaalta.rs.gov.br

Assunto: TCE-RS Cópia da decisao do processo nº 1519-0200/18-7



Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ – Setor de Arquivo

Processo/Expediente nº 01519-0200/18-7

Contas de Governo Exercício: 2018

Órgão: Executivo Municipal de Ronda Alta

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO (ELETRÔNICO)

- a) A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 27/07/2021, transitou em julgado em 25/02/2022 e todas as alíneas foram cumpridas (peça 3695420).
- b) Emitido Parecer, sob o nº 21.123, Favorável à aprovação das Contas dos Senhores Miguel Angelo Gasparetto e Odemar Paulo Raimondi, Administradores do Executivo Municipal de Ronda Alta, no exercício de 2018 (peça 3714153).
- c) O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal.

AD-95.2.1

Jose Claudio Fernandes Ribeiro

De: Jose Claudio Fernandes Ribeiro
Enviado em: quinta-feira, 26 de maio de 2022 16:45
Para: 'camara@rondaalta.rs.gov.br'
Cc: Servico de Calculo Saneamento e Acomp. de Decisoões; Setor de Arquivo; Cleber Jose Nascimento; 'fazenda@rondaalta.rs.gov.br'; 'controleinterno.ra@rondaalta.rs.gov.br'
Assunto: Parecer Prévio - Tribunal de Contas do Estado
Prioridade: Alta

Senhor Presidente,

Comunico-lhe, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas do Estado emitiu Parecer relativo às contas do gestor do Município de Ronda Alta, no ano de 2018, conforme Decisão transitada em julgado no Processo nº 01519-0200/18-7.

A íntegra do expediente pode ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados → Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

O envio da decisão final desse Poder Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), em [Jurisdicionados](#) > [Processo Eletrônico](#) > Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo", nos termos do artigo 72 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado. Caso tenha dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Favor responder a este e-mail confirmando recebimento.

Atenciosamente,



SEADE | Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br |

Setor de Atendimento: (51) 3214-9869 Ramal 9869

Abertura de Chamados: [clique aqui](#)

Jose Claudio Fernandes Ribeiro

Dirigente de Equipe SEADE—SEARQ

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br | (51) 3214-9514 Ramal: 9514

Cleber José Nascimento

Coordenador SEADE-SECALC-SEARQ

SEADE | Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br | (51) 3214-9757 | (51) 981277142 Ramal: 9757

Jose Claudio Fernandes Ribeiro

De: camara@rondaalta.rs.gov.br
Enviado em: segunda-feira, 30 de maio de 2022 16:27
Para: Jose Claudio Fernandes Ribeiro
Cc: Servico de Calculo Saneamento e Acomp. de Decisoões; Setor de Arquivo; Cleber Jose Nascimento; fazenda@rondaalta.rs.gov.br; controleinterno.ra@rondaalta.rs.gov.br
Assunto: Re: Parecer Prévio - Tribunal de Contas do Estado

Boa tarde, confirmamos o recebimento do e-mail.

Att

Em Qui, Mai 26, 2022 às 16:44, Jose Claudio Fernandes Ribeiro <jclaudio@tce.rs.gov.br> escreveu:

Senhor Presidente,

Comunico-lhe, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas do Estado emitiu Parecer relativo às contas do gestor do Município de Ronda Alta, no ano de 2018, conforme Decisão transitada em julgado no Processo nº 01519-0200/18-7.

A íntegra do expediente pode ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados → Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

O envio da decisão final desse Poder Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), em [Jurisdicionados](#) > [Processo Eletrônico](#) > Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo “Julgamento das Contas pelo Legislativo”, nos termos do artigo 72 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado. Caso tenha dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Favor responder a este e-mail confirmando recebimento.

Atenciosamente,



SEADE | Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br |

Setor de Atendimento: (51) 3214-9869 Ramal 9869

Abertura de Chamados: [clique aqui](#)

Jose Claudio Fernandes Ribeiro

Dirigente de Equipe SEADE—SEARQ

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br | (51) 3214-9514 Ramal: 9514

Cleber José Nascimento

Coordenador SEADE-SECALC-SEARQ

SEADE | Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

www.tce.rs.gov.br | (51) 3214-9757 | (51) 981277142 Ramal: 9757

Página	300
Processo	01519-0200/18-7
Página da peça	2
Peça	4369264
DOCUMENTO PÚBLICO	
ACESSO	P025C499